

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANDRÉA DIAS VIAL

**O Coleccionismo No Período Entre Guerras: a contribuição da  
Sociedade de Etnografia e Folclore para a formação de coleções  
etnográficas**

São Paulo  
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**O Coleccionismo no Período Entre Guerras: a contribuição da  
Sociedade de Etnografia e Folclore para a formação de coleções  
etnográficas**

Andréa Dias Vial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

São Paulo  
2009

## **AGRADECIMENTOS**

Aqui, quero agradecer a todos que me incentivaram e auxiliaram ao longo desse trabalho. Como não poderia deixar de ser, tenho a certeza de que não poderei mencionar a todos que merecem e se interessaram por esse trabalho.

Agradeço inicialmente à Regina Davidoff pelo seu incentivo inicial e pelo permanente apoio e estímulo à realização desse trabalho.

Agradeço ao Alambert, pela tranquilidade, apoio e principalmente pela confiança e oportunidade.

Agradeço também à Marta Amoroso pela disposição, interesse e pelos conselhos a respeito dos desafios que enfrentaria nessa empreitada.

Não posso deixar de agradecer à Cristina Bruno, que desde o curso de especialização, é para mim um modelo de competência e dedicação à área da museologia.

Agradeço à Vera, ao Carlos, a Ana Maria e a todos do Centro Cultural São Paulo, que contribuíram com essa pesquisa. Bem como às demais instituições, IEB, MAST, MIS, MP, FGV/RJ que muito colaboraram na realização desse trabalho.

Aos amigos e à minha família pelo apoio e incentivo, mas também pela tolerância e paciência frente às ausências.

Especialmente quero agradecer a intensa colaboração, discussão, apoio e participação de Aureli Alcântara, que participou ativamente da construção desse trabalho.

Especialmente quero agradecer também ao José Eduardo Azevedo pela entrevista e pelo interesse no trabalho.

## **Resumo**

Esse trabalho analisa a formação de coleções etnográficas no período entre guerras a partir da documentação da Sociedade de Etnografia e Folclore e do anteprojeto de Mário de Andrade para o SPHAN, a primeira proposta de uma ação governamental na tentativa de identificação, coleta, registro e estudo desses aspectos para preservar manifestações da cultura popular brasileira. O período entre guerras é um momento importante para a constituição e estudo de coleções etnográficas no Brasil, por ser o momento da profissionalização e institucionalização das ciências sociais. Discutimos e o papel do Departamento de Cultura e a influência da presença francesa na formação de profissionais na área de etnografia brasileira, por meio do Curso de Etnografia ministrado por Dina Lévi-Strauss e oferecido pelo Departamento de Cultura dirigido por Mário de Andrade.

Palavras-chaves: Colecionismo, Etnografia, Folclore, Dina Lévi-Strauss, Preservação do patrimônio cultural

## **Abstract**

This work analyzes the formation of ethnographic collections created between the first and second World Wars. The starting points were the Sociedade de Etnografia e Folclore's documentation and the Mario de Andrade project to SPHAN. The Mario de Andrade project is the first proposition for a governmental action that tried to preserve of the aspects of the so called Brazilian Popular Culture. The period between the first and second World Wars is a very important moment to the construction and study of ethnographic collections in Brazil, because it was the the moment when the social sciences were professionalized and institutionalized. We discuss the Department of Culture role and the influence of the french presence in the formation of professionals in the brazilian ethnography.

Key-words: Collecting, Ethnography, Folklore, Dina Lévi-Strauss, Preservation of the Cultural Patromony

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	P.7
CAPÍTULO 1 – COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS	P.11
1.1 COLECIONAR	P.12
1.2 COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS DO PERÍODO ENTRE GUERRAS	P.16
1.3 AS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS DO SÉCULO XX	P.25
1.4 O CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS NO BRASIL	P.33
1.5 – EXPEDIÇÃO AS SERRA DO NORTE	P.42
CAPITULO 2 – O CURSO DE ETNOGRAFIA	P.47
2.1 O DEPARTAMENTO DE CULTURA	P.47
2.2 A CRIAÇÃO DO CURSO DE ETNOGRAFIA	P.51
2.3 A ESTRUTURA DO CURSO DE ETNOGRAFIA	P.59
2.4 FRANZ BOAS	P.68
2.5 MARCEL MAUSS E O MANUEL D'ETHNOGRAPHIE	P.74
CAPÍTULO 3 – O SERVIÇO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL E A SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E FOLCLORE	P.83
CAPÍTULO 4 – A COLEÇÃO SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E FOLCLORE E A COLEÇÃO MARIO DE ANDRADE	P.81
CONCLUSÃO	P. 95
ANEXO 1	P.98
ANEXO 2	P.117
ANEXO 3	P.118
ANEXO 4	P.120
ANEXO 5	P.122
BIBLIOGRAFIA	P.123

## INTRODUÇÃO

Nos anos trinta, a gestão de Mário de Andrade na direção do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo foi marcada por uma atuação consistente na elaboração de um trabalho de identificação e registro de manifestações culturais. A necessidade de especialistas para a realização do trabalho de campo levou o Departamento de Cultura a patrocinar o Curso de Etnografia, ministrado pela etnóloga Dina Lévi-Strauss. Após o término do curso em 1936, foi criada a Sociedade de Etnografia e Folclore com a finalidade de promover e divulgar estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos.

Mário de Andrade teve um papel fundamental na criação e atuação da Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF), como demonstra a carta de Dina Lévi-Strauss a ele, quando já morava no Rio de Janeiro, na qual ela menciona o quanto ele é importante para a manutenção das atividades e para a manutenção da disposição dos sócios e colaboradores no prosseguimento das atividades, comprometidos pela sua ausência<sup>4</sup>. Após a saída de Mário de Andrade do Departamento de Cultura a Sociedade de Etnografia e Folclore continuou em atividade até 1938 quando foi desativa. Ao longo do ano de 1937 a Sociedade desenvolveu uma série de estudos, publicações, comunicações de trabalhos, tentou estabelecer contatos com colaboradores e instituições por meio de suas publicações, que tinham dupla função: instruir e capacitar seus colaboradores nas pesquisas de folclore e etnografia e também divulgar os trabalhos produzidos.

A monografia está dividida em quatro capítulos: Coleções Etnográficas, o Curso de Etnografia Prática e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Sociedade de Etnografia e Folclore e a Coleção Sociedade de Etnografia e Folclore e a Coleção Mário de Andrade

No primeiro capítulo tratamos da Formação de Coleções Etnográficas, refletindo sobre aspectos do colecionismo, apresentando pontos que

---

<sup>4</sup> IEB-USP, MA-C-CPL,n.4009.

consideramos importantes para a compreensão do percurso empreendido no ato de colecionar, no processo de acumulação de objetos, abordando perspectivas afetivas, econômicas, científicas e celebrativas presentes na seleção e coleta de objetos. Uma breve história do colecionismo e conseqüentemente da história dos museus, para entrarmos mais especificamente na discussão da formação de coleções etnográficas, um dos objetivos principais da criação do Curso de Etnografia e posteriormente das atividades da Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF). A importância das viagens de pesquisa científicas realizadas no Brasil que originaram as primeiras coleções e a formação dos primeiros museus brasileiros, instituições voltadas à formação, estudo e pesquisa da nascente antropologia e etnologia.

Buscamos fazer um levantamento de expedições etnográficas que resultaram em coleções, dando ênfase ao fundo documental do Conselho de Fiscalização da Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, depositado no Museu de Astronomia e Ciências Afins, no Rio de Janeiro. A partir de um recorte cronológico - o período entre guerras - e temático - as expedições de Dina e Claude Lévi-Strauss - apontamos a contextualização das expedições e a formação de coleção resultante dessas duas expedições.

No segundo capítulo iniciamos a análise dessa documentação por meio da criação do Curso de Etnografia, seu programa e estrutura, discutindo aspectos da sua organização, plano de aula, temas discutidos e bibliografia. O papel do Departamento de Cultura e a influência das discussões trazidas pelos profissionais ligados ao Museu do Homem. Estas aulas estão embasadas em importantes discussões teóricas do período, tanto nos debates sobre relações e limites conceituais das disciplinas antropologia cultural e física, etnologia, etnografia, folclore e história, quanto na definição do conceito de cultura e nas teorias largamente debatidas nesse período como o evolucionismo e o distribucionismo, principalmente a partir da perspectiva dos textos de Franz Boas. Um dos trabalhos de maior repercussão realizado pela Sociedade de Etnografia e Folclore foi sobre o estudo da mancha mongólica, baseado num estudo de Franz Boas utilizado em defesa dos imigrantes armênios (MOURA, 2004, p.77-81).



O Manual de Etnografia e Folclore de Marcel Mauss que embora tenha sido publicado após sua morte, reúne material de seus cursos, organizado por ex-alunos e acreditamos que tenha forte influência sobre o curso ministrado em São Paulo. Tanto no aspecto programático, quanto em relação ao seu público alvo, isto é, interessados em etnografia, mas sem formação na área.

Por fim, neste capítulo analisamos a correspondência entre Mário de Andrade e Dina Lévi-Strauss, num diálogo com as ações do Departamento de Cultura e a elaboração do curso.

No terceiro capítulo pretendemos ainda discutir o anteprojeto de criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), posteriormente denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) especificamente nos aspectos referentes a criação do Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, correspondente às categorias de arte arqueológica, ameríndia e popular. Pretendemos apontar nos trabalhos da SEF as similaridades entre as propostas, compreendendo as ações promovidas pela Sociedade como exemplos parciais dessa projeto precursor de preservação do patrimônio.

No capítulo quatro trataremos do fundo documental da Sociedade de Etnografia e Folclore, traçando um histórico dessa coleção desde a sua produção até a sua transferência para o Centro Cultural São Paulo, abordando aspectos referentes à sua salvaguarda.

Como complementação da pesquisa foram consultados o arquivo de Gustavo Capanema, do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e os depoimentos de Paulo Duarte, Oneyda Alvarenga e Rossini Tavares. No arquivo de Gustavo Capanema depositado na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, o recorte dado elegeu as correspondências diretas com Mário de Andrade, Departamento de Cultura e o anteprojeto do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O recorte dado na pesquisa ao fundo documental Conselho de Fiscalização que está depositado no Museu de Astronomia e Ciências Afins, no Rio de Janeiro, foi cronológico e

temático: o período que vai da sua criação, em 1933, até 1945 e temas voltados à expedições etnográficas especialmente às realizadas por Dina e Claude Lévi-Strauss. Outro acervo consultado foi o de História Oral do Museu da Imagem e do Som de São Paulo, especificamente os depoimentos de Paulo Duarte, Oneyda Alvarenga e Rossini Tavares.

## **CAPÍTULO 1**

### **COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS**

Iniciamos este capítulo com uma breve reflexão sobre o ato de colecionar e conseqüentemente da história dos museus, para entrarmos mais especificamente na discussão da formação de coleções etnográficas, um dos objetivos principais da criação do Curso de Etnografia e posteriormente das atividades da Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF).

A importância das viagens de pesquisa científicas realizadas no Brasil que originaram as primeiras coleções e a formação dos primeiros museus brasileiros, instituições voltadas à formação, estudo e pesquisa da nascente antropologia e etnologia.

Buscamos justificar a escolha do período entre guerras como um momento importante para a constituição e estudo de coleções etnográficas no Brasil, por ser o momento da profissionalização e institucionalização das ciências sociais. A formação de coleções nesse período reflete o percurso iniciado muito tempo antes, que pôs em contato povos com civilizações distintas, mal compreendidas em sua grande maioria e vistas como inferiores e primitivas. O percurso iniciado no período das grandes navegações, é resultado da expansão marítima e comercial e também de uma nova concepção cultural voltada sobre o homem.

Tratamos neste capítulo de questões ligadas especificamente à formação e estudo de coleções etnográficas, que podem ser conduzidos de diferentes vertentes, tanto pelos aspectos funcionais e tecnológicos cujo objetivo é abordar as adaptações tecnológicas processadas ao longo do tempo e da região geográfica onde se constituíram; o estudo contextual que implica na atenção aos dados etnográficos de campo, as informações bibliográficas, a iconografia e outras referências audiovisuais e ainda a classificação e interpretação dos objetos de cultura material tanto como arte primitiva como

peças de arte, pelo seu valor estético ou pelo seu valor de artefatos etnográficos.

## **1.1 COLECIONAR**

Refletir sobre o ato de colecionar leva necessariamente a pensar sobre os aspectos envolvidos diretamente nessa ação, isto é, no ato de recolher, coletar determinado(s) objeto(s) de forma repetida, sistemática, assim como na sua organização, no seu agrupamento seguindo uma ordenação própria que lhes dá um novo sentido; sentido este que está baseado na classificação estabelecida pelo colecionador. Dessa forma, esse novo sentido reflete necessariamente a visão pessoal do colecionador, é uma seleção que expressa ao menos um dos aspectos da organização interna do mundo que o colecionador possui.

O interesse humano por objetos recolhidos e organizados, de uma forma distinta da sua função econômica original, e expostos à apreciação, é antigo como afirma Pomian (1984, p.55). O colecionismo é distinto da simples acumulação. Ambos implicam na reunião de um certo número de objetos, mas com uma distinção, já que a acumulação implica na reunião sem a preocupação de expô-los, em geral com uma preocupação maior pelo seu valor econômico; é uma ação cujo fim é claro, ao passo que a coleção está em permanente elaboração, está eternamente incabada (BAUDRILLARD, 1968, p.112). A preocupação com o valor econômico, encarado como um dos aspectos, ou ainda, como o aspecto mais importante para a seleção dos objetos a serem colecionados, pode realmente ser encontrada em várias coleções. O enfoque especulativo presente na reunião de objetos valiosos não pode ser negado, nem esquecido, mas também não é determinante para a sua definição, já que é possível identificar uma série de coleções cujo valor econômico das peças é praticamente inexistente.

Basicamente, as coleções podem ser divididas em coleções particulares e em coleções de museus. Podem ser formadas para serem fontes de prazer estético, para possibilitar a aquisição de conhecimentos históricos ou

científicos, mas estão sempre diretamente ligadas ao gosto e às escolhas do colecionador. Dessa forma, cada momento histórico expressa de uma maneira diferente a necessidade de colecionar, de acordo com as características sociais e históricas do momento (CLIFFORD:1988, p.217).

As coleções também são definidas pelo fato de que os objetos que as compõem, ao serem reunidos, assumem uma outra função distinta daquela para a qual foram construídos. Essa outra função vem do novo significado adotado a partir de então, que é o que determina e justifica a sua reunião. A partir desse momento ficam submetidos a uma organização específica, a uma proteção que visa a sua permanência por um longo período e expostos ao olhar, à apreciação. Não possuem mais seu valor de uso, mas adquirem um valor de troca (POMIAN, 1984, p.55).

Segundo Baudrillard (1968, p.93) outro aspecto importante para a constituição de coleções é a paixão que a propriedade desses objetos desperta no seu possuidor. As coleções se formam ao longo do tempo, pela incorporação gradual de novos objetos que vão redefinindo e reconstruindo seus significados. Refletem aspectos de ordem psicológica e nesse sentido de ordem individual, mas também aspectos históricos e culturais (COSTA, 2007, p.21). Esses significados que são atribuídos vão se sobrepondo, vão se somando a outros, a partir da relação que se estabelece entre um objeto e os outros pertencentes à mesma coleção, sempre a partir do olhar e da seleção feita pelo colecionador. Seleção e organização que espelham um discurso de si mesmo, como afirma Baudrillard (1968, p.99-113), espelham uma lógica interna, que é a do colecionador. A escolha do objeto a ser colecionado reflete o interesse, os valores e a importância que são atribuídos a esses objetos num determinado contexto, inseridos numa tradição social, num permanente diálogo com as coleções que se formaram antes dela e das que se formam no mesmo momento e são também consideradas dignas de valor e prestígio, valores atribuídos tanto pelo colecionador quanto pelo grupo social ao qual pertence (COSTA, 2007, p.21).

Ao analisar os aspectos do individualismo possessivo, Macpherson (apud Clifford,1988, p.217) afirma que essa valorização da posse, do indivíduo cercado pela acumulação e pela propriedade de objetos emerge de forma mais sistemática ao longo do século XVII. E Clifford complementa afirmando que uma certa acumulação do mundo material como expressão do eu interior, do mundo subjetivo que exprime nesse ato uma hierarquia de valores, escolhas e exclusões é provavelmente universal. Mas que a noção que essa reunião envolve uma acumulação de propriedades, a idéia de que a identidade é um tipo de riqueza que se realiza via objetos, conhecimento, memórias, experiências, não é, com certeza, universal.

Nos países escandinavos surgem os primeiros museus destinados a abrigar as coleções folclóricas, criadas a partir da reunião de eventos, elementos de memória coletiva, de caráter popular, como o da Dinamarca, de 1807, Noruega de 1828, da Finlândia de 1849 e o mais completo deles, o de Estocolmo de 1891 (LE GOFF, 1984, p.39).

Segundo Le Goff (1984, p.37-38) ao longo do século XIX, além do aspecto do conhecimento pode-se identificar o aspecto celebrativo, comemorativo de feitos e passagens com o intuito de conservar a sua lembrança, com eventos específicos num calendário estabelecido com a criação de objetos, elementos de suporte que suscitem a rememoração desses momentos, como moedas, medalhas, selos de correios, monumentos, placas, entre outros; *“A comemoração apropria-se de novos instrumentos de suporte moedas, medalhas, selos de correio multiplicam-se. A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de parede, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) submerge as nações europeias. Grande domínio em que a política, a sensibilidade e folclore se misturam...”* (op. cit, p. 38).

No Brasil, foi principalmente a partir do século XIX que uma significativa quantidade de viagens de pesquisa coordenadas por naturalistas estrangeiros, em geral europeus, ocorreu, contribuindo sobremaneira para a formação de diversas coleções, cuja grande quantidade de objetos buscava, segundo a

lógica do pensamento evolucionista dominante na época, garantir a salvação de exemplares de cultura material, entendidos como vestígios de um passado humano, que ainda podia ser encontrado, nas chamadas então, “sociedades primitivas”, que viviam no continente americano. O caráter científico dessas viagens estava acima de tudo no ato de coletar objetos para compor e/ou complementar as coleções, principalmente das instituições museológicas. Esses museus eram os responsáveis pela guarda, conservação e exposição dessas peças, mas também operavam muitas vezes como as instituições financiadoras dessas expedições, recolhendo espécimes naturais e de cultura material para estudo, já que também eram centros de formação da nascente antropologia e etnologia.

A formação no Brasil de instituições científicas similares se deu após o país já ser considerado um local privilegiado para a formação de coleções dessa natureza. A sua criação está diretamente relacionada à lógica externa que reinava na formação das instituições semelhantes, seguindo assim o modelo europeu e mesmo assim obedecendo a um ritmo próprio, já que não possuíam ainda os recursos financeiros necessários, nem um corpo técnico especializado. O século XIX testemunhou a criação de três importantes instituições, o Museu Nacional, o Museu do Ypiranga e o Museu Emilio Goeldi.

O Museu Nacional, criado em 1808, tinha a função de incentivar o estudo da botânica e da zoologia local e recebeu de D. João VI uma pequena coleção, composta por *“peças de arte, gravuras, objetos de mineralogia, artefatos indígenas, animais empalhados e produtos naturais. Apesar de enriquecido por outras doações, o museu padecia de um mal semelhante a outras instituições criadas pelo monarca. Enquanto ‘estabelecimento de efeito’, sem raízes profundas a sustentá-lo, o museu conservava-se longe dos padrões científicos das instituições européias. Seu papel, nesse primeiro momento, era antes de tudo comemorativo: arquivo de coleções e curiosidades, expostas sem qualquer classificação”* (SCHWARGZ, 2002, p.69-70).

O Museu do Ypiranga ou Museu Paulista, tem o seu projeto esboçado em 1824, após as comemorações de 7 de setembro, mas o edifício só seria

concluído em 1890, permanecendo como monumento histórico, sem uma função científica definida; e assim ficou desocupado até 1893, quando adquiriu as coleções pertencentes a Joaquim Sertório, *“compostas por espécimes de história natural, peças de mobiliário, jornais e objetos indígenas. ... Abria-se então um novo museu etnográfico cujo objetivo era o estudo da história natural da América do Sul e em particular do Brasil, por meios científicos”* (Idem, 2002, p.79). Em 1916, Affonso d’Escragno Taunay (1876-1958) assumiu a diretoria do Museu Paulista, implementando grandes mudanças na instituição. O novo diretor era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico de São Paulo. Dentre suas ações, investiu nas seções de história nacional e de etnografia, procurando aumentar as coleções relacionadas a essas áreas.

O Museu Paraense Emilio Goeldi aberto inicialmente em 1866, mas com outro nome, foi definitivamente reinaugurado em 1891. Com a chegada do zoólogo suíço, Emilio Goeldi para assumir a sua direção em 1893, foi organizada uma nova estrutura para o museu e também a formação de diferentes coleções que comporiam as seções de zoologia, botânica, etnologia, arqueologia, geologia e mineralogia, bibliotecas especializadas em ciências naturais e antropologia, além do jardim zoológico e do jardim botânico que faziam parte do museu (Idem, 2002, p.84-85).

## **1.2 COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS NO PERÍODO ENTRE GUERRAS**

O período entre guerras é um momento importante para a constituição e estudo de coleções etnográficas no Brasil, por ser o momento da profissionalização e institucionalização das ciências sociais; nos anos trinta são criadas a Universidade de São Paulo, a Escola de Sociologia e Política e surgem as associações de cientistas sociais. Nos anos 20 e 30 as pesquisas etnográficas começam a se distanciar das questões evolucionistas e difusionistas, num momento de crítica à forma como os trabalhos vinham sendo conduzidos até então, que apontava para o número reduzido de trabalhos e sua pouca qualidade científica. Nos quadros universitários a maioria dos professores ainda era de estrangeiros, recebendo influência tanto



americana quanto francesa que marcaram a formação desse período<sup>5</sup> (MELATTI, 1984:10). Além disso, discussões sobre o patrimônio cultural e sua preservação afloraram, sendo em 1937, criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), distanciado em alguns aspectos, mas precedido pelo anteprojeto de lei apresentado por Mário de Andrade para a criação do Serviço de Proteção Artístico Nacional (SPAN). No anteprojeto apresentado, há elementos novos apontando para novos campos de interesse e pesquisa como as formas, sons, objetos e hábitos populares, entre outros, implicando uma nova organização dos museus e seus acervos, propondo a ruptura com um modelo e prática dominantes até então.

As coleções etnográficas formadas no período entre guerras refletem o percurso iniciado muito tempo antes, no período das grandes navegações, resultado da expansão marítima e comercial e conseqüentemente na expansão colonial e também de uma nova concepção cultural voltada sobre o homem. Foi o momento de contato de povos com civilizações distintas, na maioria das vezes mal compreendidas e classificadas como inferiores e primitivas.

A partir de meados do século XVIII até o final do século XIX as expedições científicas enviadas às Américas eram compostas por viajantes e naturalistas europeus que viajavam com o intuito específico de pesquisa e coleta de espécimes naturais e cultura material para classificação do mundo natural. Esses exemplares eram conduzidos à Europa e enviados para as instituições públicas onde serviam como documentos e fontes de informação, integrando-se ao universo de conhecimento do homem europeu ocidental (RIBEIRO e VELTHEM, In: Cunha, 1998, p.104).

Essas coleções, a partir do século XVIII, constituíram inicialmente os Gabinetes de Curiosidades e posteriormente os Museus e reuniam materiais heterogêneos como pedras, vegetais, animais empalhados e objetos dos povos americanos, com destaque para os adornos plumários.

---

<sup>5</sup> “é possível que a justaposição das influências européia e norte-americana é que seja responsável pela união um tanto híbrida, respectivamente, de funcionalismo com aculturação que caracteriza esse período.”

A coleta de exemplares de cultura material ameríndia teve início com a chegada dos europeus ao Novo Mundo. A difusão das informações sobre as descobertas de então, se deram por meio das crônicas orais e escritas, de gravuras, de desenhos e pelos próprios exemplares. Atraíam a atenção e eram incorporados às coleções muito mais pelo exotismo e pela raridade dos materiais do que por questões estéticas.

A constituição e o envio dessa compilação possui duas intenções: testemunhar as novas descobertas e a conquista, justificando os poderes e honras reclamados pelos europeus; satisfazer a curiosidade natural frente ao continente desconhecido tanto pela aquisição quanto pela oferta de presentes. Enquanto testemunho e justificativa eram em geral destinadas à Coroa (CABELLO CARRO, 1989, p.23).

Essas primeiras coleções de cultura material ameríndia deixaram poucas indicações de origem e para onde se destinaram, já que grande parte dos objetos manufaturados em metais preciosos, foi fundida e reutilizada, enquanto outros foram desagregados, incluídos separadamente em coleções distintas, tanto por terem sido ofertados como também as coleções foram muitas vezes desmembradas em testamentos e heranças. Os gabinetes de curiosidades que foram montados em sua maioria ao longo do século XVIII acabaram por reunir diversos objetos de procedências muito distintas, sem uma documentação precisa sobre a sua origem. Guardavam exemplares zoológicos, minerais, fósseis, etnográficos e antiguidades americanas, egípcias e romanas, entre outras, refletindo o conceito que se tinha das Ciências Naturais, uma disciplina suficientemente abrangente, de caráter enciclopédico.

O Real Gabinete de História Natural de Madrid criado por Carlos III possuía uma sede própria destinada à guarda das coleções, a sua classificação, estudo e exposição pública. Dentre os materiais recolhidos e expostos já apareciam peças de origem ultramarina, *“entre o que parece se destacava um arco e uma flecha procedentes do Peru, tomados dos índios da ilha de Ocategui, que então acabava de descobrir-se ...”* (CABELLO CARRO, 1989, p.31).

O primeiro catálogo que organiza de forma sistemática as coleções etnográficas foi realizado no caso espanhol, por Florêncio Janer, em 1860. Na introdução da publicação *Notícias Americanas* de Antonio Ulloa (1792), referindo-se especificamente ao Museu Americano:

*“Depois do descobrimento das Índias não se trabalhou com a aplicação necessária para conhecer o que possuem de raro, fazendo pouco apreço desta parte, como menos apetecível, sendo poucos os que se detiveram com atenção nela, fora daquelas primeiras notícias que se adquiriram nos tempos imediatos após a conquista, não se repetiram, nem se fizeram especulações para adiantá-las; por essa razão são mais estranhas e com particularidade as que pertencem à física terrestre, à antiguidade, aos costumes e ao caráter, gênio e inclinações daqueles habitantes, em seu estado natural, e naquele que tem depois de entrar baixo de outra dominação...”*  
(ULLOA, 1792, in: Cabello Carro, 1989:32).

Foi este o pensamento dominante que conduziu as expedições científicas voltadas às pesquisas desses temas: documentá-los por meio do trabalho de campo com os materiais recolhidos.

As coleções etnográficas formadas a partir das primeiras expedições científicas trazem consigo, com eixo criador, a idéia dominante nessa época acerca da superioridade do homem europeu ocidental e o seu interesse pelo modo de vida dessas populações indígenas, justificam-se a partir de uma visão etnocêntrica que buscava entender as origens da humanidade e compreender melhor o seu passado. Conforme fica evidente na afirmação de Ulloa,

*“se há pessoas que conservam parte do primitivo estado dos homens, devem ser os Índios; e é por essa razão, porque tendo se mantido numa situação que os separa do comércio e da comunicação com os demais, é natural que mantivessem entre sí*

*algumas coisas das que levaram os povoadores, na sua maioria não manifestando disposição nem talento para inventar ...; e assim se pode inferir sobre o que eles reconhecem, falando dos que subsistem na total incultura, o que seriam os homens no estado primitivo...”* (ULLOA, 1792, in: Cabello Carro, 1989, p. 33).

Embora se possa identificar no século XVIII algumas afirmações como a de Ulloa, é a partir do final do século XIX que as coleções passam a ser formadas por meio de uma coleta intensiva, cujo propósito explícito era o de evitar a perda de informações relevantes sobre a origem e a evolução do homem que estariam presentes nos objetos manufaturados dos povos indígenas. Esses povos, segundo essa visão, estariam por sua vez naturalmente destinados e fadados à extinção como parte natural do processo evolutivo da humanidade, cujo ápice seria o modelo de sociedade europeu. Portanto o principal valor atribuído a esses objetos era seu caráter de documento, testemunho dos estágios primitivos da cultura humana e a sua recolha e estudo permitiria reconstruir as etapas dessa trajetória evolutiva (CLIFFORD, 1988, p. 288).

Não por acaso, a inserção do homem nessa evolução, as diversidades culturais e sua distribuição pelo mundo, já que é ao longo do século XIX que os trabalhos acadêmicos e científicos acerca do mundo natural e da vida social suscitaram estudos e debates sobre a evolução das espécies. Voltaremos ao tema do evolucionismo e do distribucionismo no capítulo dois quando analisaremos alguns aspectos teóricos abordados no *Curso de Etnologia Prática*, organizado pelo Departamento de Cultura do município de São Paulo, em 1936, e ministrado por Dina Lévi-Strauss a convite do então diretor do Departamento, Mário de Andrade.

Não obstante, essas coleções que resultam do contato entre índios e europeus, mantém o aspecto de reafirmação da conquista pelo despojo sistemático de parte da herança e patrimônio cultural dos povos contatados, são dessa forma, como afirma Ribeiro (1998, p.104) *“parte do colonialismo, exercido primeiro pelas metrópoles e depois pelos estados nacionais em relação as suas populações aborígenes”*. Além disso, resultam também da

história da ciência da antropologia que na virada do século XIX para o XX empenhou-se na interpretação e classificação dessas populações por meio dos objetos recolhidos e, geralmente, enviados então aos museus. Museus na sua maioria de História Natural que reuniam os objetos principalmente a partir da perspectiva das técnicas e da forma empregadas e do meio ambiente no qual eram produzidos.

Durante o século XIX e início do XX, diversas coleções etnográficas foram realizadas no Brasil, principalmente por naturalistas estrangeiros que empreendiam viagens ao país para recolherem exemplares da fauna, flora e artefatos das populações indígenas, difundidos na Europa pelos relatos das viagens, pela iconografia produzida e pelos próprios objetos expostos, que atraíam a atenção e eram desejados principalmente pelo que possuíam de diferente, de curioso, por serem considerados exóticos.

É um período no qual a ênfase dada às coleções visava recolher e pesquisar exemplares que ajudassem na compreensão da evolução do homem, embasada numa visão evolucionista que via as populações indígenas como representantes de uma etapa anterior da evolução humana e assim, estavam condenadas ao desaparecimento como consequência natural do processo evolutivo. Portanto, buscavam coletar artefatos que servissem de testemunho desse estágio de desenvolvimento e ajudassem a compreender a evolução da história do homem na natureza. Eram coleções constituídas de forma complexa, de caráter enciclopédico, cuja preocupação central era salvar um grande número de exemplares, vistos como vestígios de um passado, para classificá-los de maneira adequada e que enviados aos museus estariam mais protegidos e poderiam ser estudados e comparados (SCHWARCZ, in: Miceli, 1995). Não havia grande interesse na contextualização dessas peças, nem no seu significado simbólico, prevalecendo uma documentação centrada em categorias que destacavam aspectos formais e funcionais desses objetos. Não eram coleções expostas à admiração por questões estéticas; vinculadas aos museus de história natural, tinham a função de ilustrar e instruir.

## O SÉCULO XX

A partir de 1910 os museus passam por mudanças na sua condução com reflexos na sua produção e linhas de trabalho. As três principais instituições – Museu Nacional, Museu Paraense Emilio Goeldi, Museu Paulista - trocam seus diretores após vários anos de trabalho, nos quais além do cargo administrativo mantiveram expressiva produção de pesquisas divulgadas nas revistas e boletins. A partir dos anos 20, diante dos poucos recursos e baixas remunerações os museus entram num período de obscurecimento de suas atividades, afastando-se de seu projeto de museu enciclopédico, focando-se mais nas áreas das ciências naturais (SCHWARCZ, in: . Miceli, Sérgio [org], 1995).

Até os anos trinta não havia formação acadêmica de etnólogos no país e os trabalhos e contribuições são feitas por interessados com formação em diversas áreas. As universidades criadas assumiram a responsabilidade pela produção científica e formação de corpos técnicos.

Segundo Stocking (1985, p.8) há duas vertentes de análise, uma que defende a organização linear na qual são privilegiados os aspectos formais e funcionais dos objetos, seguindo uma perspectiva evolucionista e uma segunda vertente que aplicaria uma organização que valoriza o contexto no qual o objeto foi produzido e utilizado, o que conserva os múltiplos aspectos funcionais que os objetos podem ter, relativizando as formas culturais, condicionando-os às circunstâncias nas quais eles foram produzidos.

O estudo dos aspectos funcionais e tecnológicos tem o objetivo de abordar as adaptações tecnológicas processadas ao longo do tempo e da região geográfica onde se constituíram. Essa perspectiva está baseada na análise de elementos de uma mesma categoria artesanal ou que sejam construídos utilizando-se matérias-primas similares, examinando-os comparativamente dentro de uma área determinada ou em áreas culturais diferentes (RIBEIRO, 1998, p.106).

Já o estudo contextual implica na atenção aos dados etnográficos de campo, as informações bibliográficas, a iconografia e outras referências audiovisuais. Esse tipo de pesquisa só pode ser realizado a partir de coleções constituídas de forma que permitam focalizar uma vasta área de aspectos, *“partindo de implicações de mudança tecnológica e de matérias-primas em uma dada cultura ou área cultural, a problemas escudados em questões econômicas, de estrutura social, religiosa ou outras. Para pesquisas desse tipo necessitaríamos contar, idealmente, com a mais ampla documentação, uma vez que os espécimes são usados como a evidência material que diagnostica processos e fatos culturais complexos”* (RIBEIRO, 1998, p.106).

Segundo Clifford (1988, p.198) desde 1900 as coleções etnográficas têm geralmente sido classificadas tanto como arte primitiva ou artefatos etnográficos. Antes da “revolução” modernista associada com Picasso e o simultâneo surgimento da antropologia cultural com Boas e Malinowski, esses objetos eram organizados de forma distinta – como antiguidade, curiosidades exóticas, remanescente do homem primitivo, entre outros. Com o surgimento do movimento modernista no século XX o aspecto estético dos objetos dissociado do seu aspecto etnográfico foi reforçado e nas galerias os objetos eram expostos pelos seus aspectos formais e estéticos e nos museus de etnografia eram apresentados nos seus contextos culturais.

No entanto, a discussão apresentada por Clifford (1998, p. 206) quanto à interpretação dos objetos pelo seu valor como peças de arte, pelo seu valor estético e pelo seu valor de artefato etnográfico é relevante já que há uma relação direta entre os jovens etnógrafos do Museu do Homem, como Paulme, Michel Leiris, Marcel Griaule e Andréa Schaeffner, e o movimento modernista, posto que eram amigos e colaboradores dos artistas modernistas pioneiros. Como está mencionado no texto, a percepção do sentido estético dessas peças etnográficas seria produto de ambiente específico e historicamente demarcado e nunca uma intuição artística, como já havia sido aventado anteriormente. Essa afirmação feita pelo autor ao tratar de uma exposição que ocorreu no Museum of Modern Art (MOMA) de Nova York, nos anos 80, onde as peças de arte primitiva eram apresentadas a partir da similaridade que

possuíam, ou não, com as obras de arte dos primeiros artistas modernistas. O autor ainda destaca e reflete sobre a influência que teria tido no desenvolvimento da arte, o contato desses artistas com as coleções etnográficas dos museus e comenta sobre uma história muito repetida pelas ruas na época da exposição de uma visita que Picasso teria feito ao Museu de Etnografia em 1910 e que o teria posto em contato com as máscaras africanas (op. cit, 1998:190). Segundo esse autor, essa história faz parte de uma interpretação longamente difundida que destaca a inspiração e a relação entre a arte modernista e a arte primitiva, visto em alguns momentos como sendo fruto de uma intuição estética e não como resultado de um contato direto entre o meio científico e artístico:

*“The ‘African masterpieces’ catalogue insists that the founder of the Musée de l’Homme were art connoisseurs, that this great anthropological museum never treated all its contents as ‘ethnographic specimens’. The Musée de l’Homme was and is secretly an art museum ...”*

Essas questões são importantes para este trabalho já que as coleções que servem de base para esta dissertação e que serão apresentada na próxima parte deste trabalho, possuem documentação que estabelece um contato direto entre os profissionais do Museu do Homem e o Departamento de Cultura do município de São Paulo, passando pelo diretor do Museu, Paul Rivet, seu assessor diretor o museógrafo responsável pelas revolucionárias expografias desse museu, Georges Henri-Rivière, sobrinho do artista Henri Rivière, além de Dina e Claude Lévi-Strauss professora do Curso de Etnografia Prática e que além de membro da sociedade participava também da diretoria da Sociedade de Etnografia e Folclore e Claude Lévi-Strauss membro da Sociedade de Etnologia e Folclore (SEF) e que também trabalhavam e representavam o Museu do Homem.



### 1.3 AS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS DO SÉCULO XX

No início do século XX várias expedições científicas foram realizadas, o Brasil continuou sendo o destino de diversos pesquisadores, oriundos de diferentes países que organizavam as expedições com propósitos distintos. Várias foram realizadas com o objetivo de recolherem material etnográfico destinado à formação de coleções, de desbravar novos territórios e de entrarem em contato com populações nativas desconhecidas. Nas primeiras décadas do século XX essas expedições e coletas buscavam apreender o exótico, recolher testemunhos das formas da atividade humana, que deixarão de existir, embasadas numa perspectiva evolucionista, como mostra o texto de Roquette-Pinto:

*... os índios da Serra do Norte inteiramente desconhecida até 1907, foram postos em destaque pela descoberta da Comissão Rondon... Vivem num dos estados mais rudimentares de civilização, em plena idade lítica, ignorando até a cerâmica, a navegação, a rede de dormir, .... arte plumária é pobre,...a música tem desenvolvimento apreciável, ....executam desenhos, ....não existe antropofagia, ...possuem características antropológicas próximas dos Aruaks, falando idioma isolado, tendo traços etnográficos apresentados pelos Gês, os índios da Serra do Norte documentam a realidade de um fato antropogeográfico importante, já suspeitado desde a exploração do Xingu. Foi no grande planalto do Brasil que se processou o trabalho de diferenciação étnica sul-americana... (MUSEU PAULISTA, 1918-20, p.626-629)*

Para o estudo das expedições etnográficas realizadas na primeira metade do século XX, especialmente no período entre guerras, nos baseamos na documentação da Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF) depositada no Centro Cultural São Paulo, que será trabalhada nos capítulos dois e três, na documentação referente ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE), depositada no Museu de Astronomia e Ciências Afins, no Rio de Janeiro e no levantamento de publicações que tratam

das expedições e da formação de coleções etnográficas no Brasil: História das Expedições Científicas no Brasil, Revista do Museu Paulista, Diário da Expedição à Serra do Norte e Coleções e Expedições Vigeadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil.

A documentação da SEF e o *Diário da Expedição* estão diretamente ligadas às expedições à Serra do Norte realizadas por Dina e Claude Lévi-Strauss, a documentação do CFE e o livro *Coleções e Expedições Vigeadas* tratam de um grande número de expedições realizadas entre os anos de 1933-1968, dos quais nos ocupamos apenas das que estavam dentro do recorte cronológico do trabalho, isto é, o período entre guerras. O recorte cronológico foi também o critério adotado na seleção dos volumes da Revista do Museu Paulista.

Em sua obra pertencente à coleção brasileira, intitulada *História das Expedições Científicas no Brasil*, Mello-Leitão<sup>6</sup>, ao tratar das expedições do século XX, opta por seguir uma divisão baseada na nacionalidade dos exploradores e não cronológica, como o fizera ao tratar das expedições relativas aos séculos anteriores. Destaca que as expedições científicas de cunho etnográfico, foram freqüentes nas primeiras três décadas no século XX, período analisado em seu livro (MELLO-LEITÃO, 1941, p.327-328). Nessas expedições menciona a forte presença de pesquisadores de origem alemã e americana, a importância do trabalho de missionários de diferentes nacionalidades, a realização de uma expedição russa e uma francesa, realizada por Jean Vállard e Claude Lévi-Strauss, da qual trataremos com mais atenção ao longo deste trabalho. Refere-se também às expedições organizadas por brasileiros: Rondon, Roquette-Pinto, Carlos Estevam de Oliveira, Raimundo Lopes e Silvio Frois de Abreu. Inclui também os trabalhos de Herbert Baldus e Kurt Niemuendaju, que apesar de serem alemães, estavam “de tal maneira radicados entre nós que das suas expedições

---

<sup>6</sup> Cândido de Mello-Leitão foi zoólogo, professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ). Trabalhou em conjunto com intelectuais e funcionários públicos na luta pela implementação de políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro. “O grupo empenhou-se em articular propostas relacionadas ao conceito de proteção à natureza com um projeto político mais amplo, de cunho nacionalista ... Data dessa época a edição da primeira geração de leis brasileiras de proteção da natureza – o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código de Águas, o Código de Minas e o Código de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, instituídos entre maio de 1933 e outubro de 1934.” (FRANCO e DRUMMOND, 2007, p. 1265-1290).

científicas trataremos no grupo brasileiro” (Idem, p.337). Para esse autor, o que diferenciava as expedições etnográficas do século XX eram a sua duração e o aprofundamento do contato com os grupos estudados.

*Não são mais aquelas curtas estadias de semanas, dos que vinham desbravar um terreno totalmente desconhecido, e se podiam contentar com os dados que aqueles breves contactos lhes forneciam. Os roteiros estavam conhecidos e, por isso mesmo, os que vinham de longínquas terras traziam um programa bem estabelecido: - verificar as observações dos seus antecessores, corrigi-las ou dilata-las – e tal desígnio exigia uma demora mais longa para um exame mais metuculoso, a necessidade de uma comunhão mais íntima com esses homens de uma cultura diferente, almas que, como as actínias, só se expandem completamente na água tranqüila e mansa de uma confiança absoluta e sem receios .“ (Idem, p. 327-328)*

Nesse livro o autor faz um arrolamento das expedições ocorridas nas três primeiras décadas do século XX, mas apresenta poucos dados sobre elas e também não analisa os temas trabalhados pelos pesquisadores em suas publicações e comunicações acerca dessas expedições, bem como faz poucas referências às coleções formadas a partir delas. Não se trata tampouco de um trabalho de levantamento exaustivo das expedições desse período, já que há outras expedições etnográficas mencionadas na Revista do Museu Paulista e na documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, que não fazem parte das expedições apresentadas por Mello-Leitão. As expedições mencionadas, são descritas principalmente a partir dos percursos utilizados e referências às regiões abarcadas por esses roteiros. Há uma única referência a um objeto, um arco, encontrado na expedição de Raimundo Lopes ao Maranhão, pela similaridade que haveria entre o formato desse arco e um outro já conhecido de origem peruana.

Inicia o elenco de expedições pelo alemão Max Schmidt, que realizou duas expedições pelo território brasileiro, primeira em 1910 e a segunda em 1926.

Segundo o autor, ele seguiu pelo caminho das expedições alemãs anteriores, cujo itinerário indicava subir o Paraguai até Corumbá e a partir daí seguir pelo mesmo rio acima ou entrar pelo Cuiabá até chegar à capital do Mato Grosso (Idem, p.328-333). Após chegar a Cuiabá, seguiu a estrada das linhas telegráficas até alcançar o Juruena onde permaneceu um período retornando pelo rio Jaurú, em sua viagem de volta. Em sua segunda expedição, em outubro de 1926, após um mês e meio no Rio de Janeiro, após ter sido recebido pelo Museu Nacional, seguiu de trem até Cuiabá, permanecendo por quase dois anos no Mato Grosso. Nessa segunda expedição, navegando pelos rios Paranatinga e Vermelho alcançou em março de 1927 a primeira aldeia *Caiabís*, onde, segundo o autor, permaneceu por algum tempo. Ao retornar à Cuiabá, acompanhando os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios seguiu para Utiariti, onde estudou os costumes dos *Pareci*. Partindo em direção ao sul, permaneceu um outro período em Humaitá estudando os *Umotina* ou *Barbados*, terminando sua expedição com uma outra permanência, dessa vez em Barranco Vermelho convivendo então com os *Guató*. Retornou à Alemanha em 1928, partindo do Rio de Janeiro.

Mello-Leitão menciona ainda no início do século XX mais quatro expedições alemãs, em 1917 a de Kissenberth que esteve no Maranhão e no Araguaia, a de Heinrich Snethlage que em 1923 visitou os *Canelas* e numa segunda expedição em 1932 e 1933 que esteve no alto Guaporé (Idem, p.328). Em 1924, Heinrich Hintermann veio ao Brasil comissionado pela Universidade de Zurique. Em 1924 ainda, Felix Speiser e Arnold Deuber seguiram para a Amazônia, seguindo conselhos de Koch Gruenberg e estimulados pela leitura a respeito da viagem de Kurt Nimuendanjú em 1913 aos *Aparai*. Nesse mesmo navio vinham outros expedicionários, Theodor Koch Gruenberg e seu auxiliar Hermann Dengler que se reuniram em Belém à expedição americana de Hamilton Rice.

A expedição etnográfica russa tratada pelo autor é baseada no resumo de Alberto Childe e na publicação dos Arquivos do Museu Nacional (Idem, p.335-336). Segundo ele foi uma expedição empreendida por cinco estudantes russos, que em 1914 realizaram uma expedição à América do Sul e dois anos

depois, em 1916 três deles apresentaram seus trabalhos na Sociedade Imperial Russa de Geografia: C. I. Strelnikof sobre os índios *Kaaihva – Guaranis* da bacia do Paraguai, Alto Paraná; F. A. Fielstrup sobre os *Cadiuvú* do Mato Grosso e Henrique Henricovitch Manizer sobre os *Guaranis* e sobre os *Kaingang* de São Paulo e os *Botocudos* de Minas Gerais e Espírito Santo. Segundo menciona Mello-Leitão, o texto de Alberto Childe afirma que as coleções montadas a partir da expedição de Manzier, foram repartidas entre o prof. Ambrossetti de Buenos Aires, o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu da Academia Imperial de Ciências de Petrogrado. Manizer ainda apresentou seu relatório, na Sociedade Imperial Russa de Antropologia de Petrogrado, da qual fazia parte. Em 1934, a Revista Brasileira de Música, publicou um artigo seu sobre música e instrumentos musicais das tribos visitadas pela expedição russa – *Cadivéu, Tereno, Taiá, Caingang, Guaranis e Botocudos*.

As expedições científicas americanas tratadas por Mello-Leitão (Idem, p.345-347) foram geralmente subvencionadas pelas grandes instituições científicas americanas, como o Museu da Universidade da Filadélfia e a Academia de Ciências Naturais, também da Filadélfia, entre outras. O autor menciona a expedição chefiada pelo geógrafo americano Hamilton Rice, que em 1924 dirigiu-se à região do Orinoco, na qual veio a falecer o filólogo e etnógrafo alemão Theodor Koch-Grünberg<sup>7</sup>, especialmente convidado a integrar esta expedição, a qual deveria ser dividida em duas companhias, partindo uma do Orinoco e outra pelo Uraricoera em direção à Serra Parima. Koch Grünberg deveria dirigir a parte que ia pelo Uraricoera, a outra parte foi liderada por Rice, sua mulher e uma comissão médica da Universidade de Havard. De 1913 a 1916 William Curtis Farabee, encarregado de etnologia do Museu da Filadélfia, auxiliado por Franklin H. Church organizaram uma expedição ao norte do Brasil e Guiana Inglesa. Ao passarem por Belém foram recebidos pela equipe do Museu Goeldi e dirigiram-se à Ilha de Marajó, onde realizaram escavações arqueológicas, seguindo para Manaus e Guiana pelo percurso previamente

---

<sup>7</sup> Mário de Andrade encontrou o mito de Macunaíma na leitura do relato etnográfico de Koch Grünberg, que esteve entre o monte Roraima e o médio Orinoco entre 1911 e 1913, onde obteve os relatos sobre Makunaima (FARIA, 2006, p. 263-280).

empreendido por Koch Grünberg – Rio Negro, Rio Branco e Urariquera, seguindo em direção ao mar do Caribe. Em 1925, Farabee retornou chefiando uma nova expedição à Amazônia com destino ao Peru. Nesse mesmo ano, 1925, o autor menciona a participação de Lange numa expedição à Amazônia, na qual estudou as tribos ribeirinhas do Javari. Não há nenhuma outra informação a respeito do pesquisador, Lange, nem dessa expedição. Em 1931 o Museu da Universidade da Filadélfia e a Academia de Ciências Naturais organizaram uma expedição ao Mato Grosso, chefiada por James Rehn. O etnógrafo da expedição era Vincent Petrucci que entrou em contato com os *Bororo* em Campanha e no Vale do São Lourenço, chegando às cabeceiras do Xingu, onde contatou diversos grupos como os *Bacairí*, *Mehinacú*, *Vaura*, *Trumai*, *lavalapiti*, *Camaiura*, *Tsuva*, *Kuicurú*, *Kalalpahú* e *Navarate*. Em 1938 o etnógrafo Buell H. Quain permaneceu três meses entre os *Trumai* do Xingu e todo o ano de 1939 e parte de 1940 entre os *Krahô* do Tocantins. O autor menciona que ao longo desse período o pesquisador enviou importantes notas para o Museu Nacional que, até aquele momento, teriam permanecido inéditas devido ao seu trágico fim no interior do Maranhão (Idem, p.347), mas não faz referência ao seu suicídio, nem à expedição de Willian Lipikind da qual inicialmente ele faria parte como assistente.

Sobre as expedições brasileiras, Mello-Leitão menciona com maior atenção às realizadas por Candido Rondon e Roquette-Pinto. Mas cita também as realizadas por Pirineus de Sousa, um dos auxiliares de Rondon e que publicou anotações esparsas sobre os *Nhambiquaras*, “registradas sobre a perna e aos bocados, aqui e ali, conforme a oportunidade, em Campos Novos, na Serra do Norte...” (Idem, p.342).

Outras expedições realizadas por brasileiros e citadas por ele foram: a expedição de Silvio Frois de Abreu, em 1926, que esteve nas aldeias dos *Nacnanuc*, à margem do rio Pancas, perto da serra dos Aimorés e junto aos *Crenac*, em Minas Gerais, menciona, mas não especifica, as profundas modificações desse grupo a partir da comparação das observações de Silvio Frois de Abreu aos estudos etnográficos previamente realizados por Manizer; as duas expedições de Raimundo Lopes à região do Maranhão, a primeira em

1923 na qual foram realizados estudos arqueológicos no lago Cajarí e uma segunda, em 1930, a serviço do Museu Nacional, na qual permaneceu três meses entre os índios *Urubu*, destacando o fato de Raimundo Lopes ter encontrado entre eles um “arco de secção quadrangular (peruano) junto com uma flecha de emplumação costurada do Xingú” (Idem: p.342). Nessa passagem o autor apenas menciona os objetos que já haviam sido identificados em outras regiões, mas não avança em nenhuma tentativa de explicação e análise desse fato; a expedição de Mario Melo, Rafael Xavier e Dr. Antonio Estigarriba ao sudoeste de Pernambuco, onde estiveram por um breve período com os *Carnijó* de Águas Belas e a de Carlos Estevam de Oliveira à mesma região, na qual permaneceu por um período maior, “em estadia muito mais demorada e proveitosa” (Idem: p.342), sem no entanto apresentar nenhum resultado dessas expedições, citando apenas a publicação das anotações de Mario Melo na Revista do Museu Paulista, volume XVI.

A respeito de Herbert Baldus, o autor faz uma brevíssima referência às três expedições científicas realizadas por ele: a de 1933 aos *Kaingang de Palmas* e aos *Guaiaquí*; a de 1934 aos *Bororo de Merurí e Sangradouro* e aos *Tereno* e a de 1935 aos *Bororo do Torí-Parú, Carajá e Tapirapé*.

Ainda no grupo das expedições brasileiras, o autor menciona o trabalho de Kurt Nimuendaju, apresentando uma breve biografia, reproduzindo parcialmente a apresentação que Nimuendaju faz de si mesmo em seu primeiro livro, de 1914. Elenca algumas das expedições e estudos realizados por ele ao longo de mais de trinta anos de atividades (Idem, p.342-344).

Sobre as “expedições Rondon” menciona o início em 1906, época da construção da rede telegráfica “ligando o Araguaia a Cuiabá, estendendo-se daí por diante, através dos pantanais, até S. Luiz de Cáceres, Corumbá, Coimbra, Miranda, Porto-Murtinho e Bela-Vista.” e momento das primeiras observações etnográficas. Relata brevemente o contato de Rondon com os índios *Pareci*, em 1907 e em 1908 e 1910, seu contato com os *Nhambiquara* (Idem, p.337-338).

Detem-se mais sobre a expedição de Roquette-Pinto iniciada em 1912, data da partida para o Mato Grosso com destino à Serra do Norte, pelo “roteiro até então mais seguido”, segundo o autor (Idem, p.339). Na verdade a viagem teve início em Montevideu, onde tomou o vapor até a foz do rio Apa. Ao chegar em Corumbá mudou de embarcação seguindo para S. Luis de Cáceres, num percurso de uma semana, prosseguindo então por terra até Porto de Bugres com destino ao Chapadão dos Parecís e em Aldeia Queimada, Utiariti e Timalatá entrou em contato com os *Parecís*. Os trabalhos sobre os *Nhambiquaras* da Serra do Norte tiveram início a partir do pouso do rio Primavera e continuaram em Campos Novos e Três Buritis. Ao final dessa expedição, Roquette-Pinto retornou ao Rio de Janeiro levando para o Museu Nacional uma “grande coleção etnográfica, única, absolutamente inédita” (Idem, p.341). A expedição foi descrita no livro intitulado Rondônia, publicado em 1917 e o ineditismo de Roquette-Pinto foi destacado pelo emprego pioneiro do uso de câmeras e aparelhagem de som para documentação etnográfica (MUSEU PAULISTA, 1919, p.627).

Essa expedição de Roquette-Pinto foi citada também na Revista do Museu Paulista e qualificada como “verdadeiro triunfo literário e científico”, “novidades no campo da etnologia e das ciências naturais”. Seu trabalho começa pelo estudo da geografia, conjuntamente com alguns fatos históricos relativos à região explorada, por incumbência da diretora do Museu Nacional, com auxílio da Comissão Rondon. Aborda questões de botânica, zoologia, costumes brasileiros, indústria local, patologia e terapêutica popular, a agricultura regional e questões de antropologia concernentes às tribos da região, especialmente aos *Nhambiquaras*. Há várias referências aos vocabulários, as mensurações antropométricas, diversos usos e costumes dos *Nhambiquaras*: indumentária, armas, música e a coreografia, a agricultura, as crenças religiosas, a terapêutica, entre outras. Recolheu numerosos fonogramas de melodias sertanejas e indígenas, o que foi destacado, na publicação do trabalho de Roquette-Pinto na Revista do Museu Paulista (Idem, 1919, p.627) como um “elemento original a mais, nunca invocado nem aproveitado pelos nossos etnógrafos” .



A Revista do Museu Paulista reúne em seus relatórios, de 1914 a 1938 (vol IX a XXIII), diversas expedições científicas organizadas pelo Museu e publica também textos que resultam de expedições organizadas por outras instituições, cujo valor científico do trabalho tenha sido reconhecido pela Revista, como a resenha sobre o livro de Roquette-Pinto, *Rondônia* (1917).

Essas expedições tinham diferentes focos, em sua maioria estavam voltadas para o estudo da zoologia e da botânica, mas encontramos relatórios referentes a várias expedições de cunho etnográfico. Essas expedições eram realizadas tanto por pesquisadores brasileiros quanto por estrangeiros, ora financiadas e organizadas pelo próprio Museu, ora contavam com alguma participação da instituição ou ainda citavam estudos considerados relevantes, frutos de expedições e publicações organizadas por outra instituição. Os trabalhos publicados referentes à etnografia fazem menção freqüente aos estudos de missionários, cujos temas concentram-se mais no campo da lingüística.

#### **1. 4 O CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS NO BRASIL**

Criado em 1933, o Conselho de Fiscalização tinha por objetivo regulamentar as expedições realizadas no Brasil, com o intuito de vigiar e controlar essas ações e proteger o patrimônio científico e cultural nacional. Seu campo de atuação recaía sobre todas as expedições, nacionais e internacionais, que fossem feitas em território brasileiro. O que incluía as expedições que oficialmente e diretamente solicitavam autorização ao Conselho para serem realizadas, como também aquelas que desconheciam a obrigatoriedade de solicitar autorização a esse órgão, mas que acabavam sendo reveladas pelas matérias publicadas nos jornais da época e que conseqüentemente eram interrompidas, até que providenciassem a documentação necessária para poderem assim, prosseguir (MAST, 2000, p.7-13).

Essas expedições eram registradas no Conselho de Fiscalização, cuja documentação, depositada no Museu de Astronomia (MAST), no Rio de

Janeiro, permite identificar disputas e interesses distintos que havia entre órgãos de governo, instituições acadêmicas envolvidas e os intelectuais da época, bem como as tentativas de definir e regulamentar “*o que seria um patrimônio científico-cultural brasileiro*”, com a criação de legislações, órgãos de controle e políticas de proteção específicas (GRUPIONI, 1998, p.19-27). Dentre os registros, compostos por documentos oficiais, burocráticos em sua maioria, encontramos pedidos de expedições sobre diversos assuntos como: antropologia, arqueologia, arte, biologia, botânica, caça, colonização, ecologia, evangelização, geofísica, geografia, geologia, jornalismo, topografia, medicina, paleontologia, sociologia, turismo, zoologia. Além de interesses bem específicos como um eclipse solar e estudo sobre raios cósmicos<sup>8</sup>.

O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas<sup>9</sup> era composto por sete membros, representantes de especialidades distintas e provenientes de diferentes institutos: assistente-chefe do Instituto de Biologia Vegetal (Botânica); assistente-chefe do Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil; dois professores do Museu Nacional (Zoologia, Arqueologia e Etnologia); chefe de seção do Museu Histórico (Objetos Históricos); um professor da Escola Nacional de Belas-Artes (Arte Antiga e Tradicional); chefe de seção do Serviço Geográfico Militar (Topografia e Cinematografia); estavam previstos também representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda. Um ano após sua criação sofre sua primeira alteração, subordinando-se ao Gabinete do Ministro da Agricultura e alterando sua composição: os chefes de seção foram substituídos por especialistas das áreas cobertas pelo Conselho e sendo indicados por seus institutos de origem, mas seus nomes dependiam da aprovação do Ministro da Agricultura. Além disso, os especialistas das áreas de botânica, zoologia e mineralogia passaram a ter

---

<sup>8</sup> Conforme tabela, ANEXO 1 na qual, a partir de um recorte cronológico e temático, organizamos os dados dessa documentação.

<sup>9</sup> “... Decreto nº 22.698, de 11 de maio de 1933, incumbia o Ministério da Agricultura de fiscalizar as expedições nacionais, de iniciativas de particulares e sem vinculação institucional, e as estrangeiras, de qualquer natureza, empreendidas em território brasileiro...” (GRUPIONI, 1998, P.53-54).

representantes dos departamentos nacionais do próprio Ministério da Agricultura<sup>10</sup> (Idem, 1998, p. 56).

As expedições deveriam apresentar seus objetivos e propósitos, a constituição da equipe e descrição dos equipamentos envolvidos, o roteiro, incluindo portos de entrada e de saída, tempo de duração e se havia intenção de se formar coleções (Idem, 1998, p.45). Essa documentação mostra claramente a ligação direta entre a realização de expedições, muitas vezes organizadas e financiadas por museus e a formação de coleções e a conseqüente ampliação de seu acervo. Os pedidos de exportação<sup>11</sup> dos objetos, exemplares e materiais recolhidos nas expedições, mostram a preocupação do Conselho em controlar a saída do país desses objetos e materiais. Inicialmente o regulamento do Conselho determinava que os itens considerados únicos e raros estavam proibidos de sair do país e o governo brasileiro se incumbia de fornecer cópias, modelos, fotografias e desenhos aos interessados. Já o segundo regulamento, determinava que o Conselho deveria analisar caso a caso, decidindo pela conveniência ou não da exportação (Idem, 1998, p.57).

No dossiê sobre a expedição de Claude Lévi-Strauss os documentos revelam uma intensa discussão sobre a coleta de material botânico e zoológico que o Dr. Jean Véllard, membro da expedição realizou e que não fora previamente solicitado ao Conselho, o qual, por sua vez, havia autorizado apenas a coleta de material etnográfico. Após intensa troca de correspondências envolvendo inclusive o Departamento de Cultura do município de São Paulo, a exportação foi negada e a coleção permaneceu no país.

*“O sr. Luiz de Castro Faria, fiscal do Governo junto à expedição Lévi-Strauss, julga eqüitativa a divisão do material declarado na proposta de distribuição entre os Governos francês e brasileiro e apresentada pelo chefe.*

---

<sup>10</sup> Essa alteração no regulamento afastou o prof. Mello-Leitão, um dos representantes do Museu Nacional, que foi substituído por um funcionário do Departamento Nacional de Produção Animal. (GRUPIONI, 1998, p.56).

<sup>11</sup> O destino das exportações das coletas pode ser visualizado na tabela – ANEXO 1 –na qual, a partir de um recorte cronológico e temático, organizamos os dados dessa documentação.

*Há, entretanto, alguns aspectos a esclarecer:*

- a) Não se acha relacionado o material zoológico, coletado pelo médico Dr. J. R. Véllard, conforme declaração contida na carta do fiscal anexado a este processo;*
- b) Nenhum material deveria ter sido entregue para estudo anteriormente a determinação definitiva do seu destino, tal como aconteceu com as peças ... (ossadas indígenas) que, como únicas, deverão ficar no Brasil...”<sup>12</sup>*

*“ Carta de Guilherme de Almeida, chefe da Divisão de Expansão Cultural, para o Professor Campos Porto, Presidente do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas.*

*Acabo de ser visitado pelo sr. Lévi-Strauss de que um erro de interpretação surgiu numa recente reunião do Conselho ... a propósito da organização administrativa da expedição à Serra do Norte, organizada pelo Departamento de Cultura. Cabe-me, pois, precisar que os compromissos tomados em relação a nós pelo Prof. Lévi-Strauss concernem exclusivamente à organização duma missão etnológica, a partilha entre França e Brasil duma coleção etnográfica e a publicação simultânea, ..., de todos os trabalhos científicos oriundos da expedição e relativos, direta ou indiretamente, à etnografia das regiões percorridas. Estes compromissos não prendem, pois, do nosso ponto de vista, as pessoas que tenham acompanhado o Prof. Lévi-Strauss, senão na medida em que essas pessoas fossem levadas a publicar trabalhos etnográficos relativos a expedição.*

*Doutro lado, o fato do Dr. Véllard, ..., tenha acompanhado o sr. Lévi-Strauss e tenha recolhido, a título pessoal,*

---

<sup>12</sup> MAST CEF.T.2.054, doc.814

*documentos e materiais de natureza botânica ou zoológica, não faz decorrer para ele nenhuma obrigação particular a nosso respeito. ..., mas que a determinação de seus direitos e obrigações cabe exclusivamente ao Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas, ...*  
*Com estima e alta consideração, cumprimenta*  
*Guilherme de Almeida*<sup>13</sup>

*“Resposta de P. Campos Porto a Guilherme de Almeida*  
*8/3/1939*

...

*O Dr. Véllard reconhecendo não lhe caber razão em face da lei que regulamenta as expedições científicas em território nacional, abriu mão do referido material que será incorporado a um instituto científico nacional...*<sup>14</sup>

Consta desse dossiê a listagem final<sup>15</sup> com a divisão da coleção, incluindo as ossadas indígenas entregues ao Dr. J. Véllard para estudo, assinada por Claude Lévi-Strauss datada de 02/03/39. Conforme carta endereçada ao presidente do Conselho, Prof. Campos Porto, a divisão foi submetida à aprovação do Conselho, seguida de pedido de exportação de cerca de 745 peças para a França. Os exemplares únicos dessa coleção permaneceram no Brasil, *“sempre que não tínhamos a prova da presença duma peça idêntica nos museus brasileiros”*<sup>16</sup>.

Essa documentação está organizada por fotografias e documentos textuais divididos em dossiês. Grande parte das expedições possui um número reduzido de documentos a seu respeito, ou porque foram poucos os documentos gerados pela burocracia, como sugere Grupioni (1998, p.247), ou porque foram extraviados e perdidos até o momento de sua recolha, guarda e organização. Além disso, dependendo do caso, o Conselho se restringia a

---

<sup>13</sup> MAST CEF.T.2.054, doc.815

<sup>14</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc.822

<sup>15</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc.766

<sup>16</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc.764

licenciar a expedição, o que gerava um número de documentos inferior aos casos em que o Conselho exercia de fato seu papel fiscalizador.

Nesses casos em que a atuação do Conselho não se restringia a deliberar sobre a autorização ou não da expedição, ela chegava a exercer uma intervenção direta ao longo de toda a expedição, podendo inclusive determinar o destino que teriam os materiais coletados, sua divisão e exportação. As ações do conselho dependiam de cada caso e nem sempre uma intervenção tinha um significado negativo para o andamento dos trabalhos, já que uma interferência poderia também facilitar o andamento da expedição, resolvendo, por exemplo, questões burocráticas, de logística, entre outras, que eventualmente surgissem ao longo dos trabalhos.

*“cópia telegrama*

*22 [nov 1935]*

*Diretor da Estrada de Ferro Noroeste*

*No dia 23 corrente mês deve chegar Porto-Esperança Mato Grosso Professor Lévi-Strauss que pretende levar efeito escavações pesquisas científicas sambaqui lago Margarida pt Tratando-se cientista patrocinado Museu Nacional Rio de Janeiro venho solicitar vossos bons ofícios sentido prestar citado professor todo auxilio que lhe for possível*

*Atenciosas saudações*

*Endereço: Jardim Botânico do Rio de Janeiro*

*P. Campos Porto*

*Presidente do Conselho de Fiscalização*

*Jardim Botânico Rio de Janeiro”<sup>17</sup>*

O dossiê Claude Lévi-Strauss é um dos mais volumosos desse fundo documental e conjuntamente com o Diário da Expedição à Serra do Norte, de Luís de Castro Faria e o Curso de Etnografia ministrado por Dina Lévi-Strauss, nos permite analisar um caso concreto de formação de uma coleção e o papel

---

<sup>17</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 675.

de pesquisadores estrangeiros na formação de pesquisadores nacionais e na estruturação da antropologia no Brasil.

O Conselho de Fiscalização possui documentação das duas expedições de Dina e Claude Lévi-Strauss, 1935-36 e 1938-39. No entanto, o número de registros acerca da primeira expedição, mesmo levando em consideração que foi mais curta do que a segunda, é reduzido.

Sobre a expedição de 1935-36, ao Mato Grosso, os documentos tratam da coleção etnográfica recolhida na expedição e do seu encaminhamento ao Museu Nacional que também patrocinara os trabalhos *“o Museu Nacional que receberá do Prof. Strauss coleções científicas recolhidas pelo ilustre professor francês, resolveu patrocinar essa excursão e vem solicitar de V.S. a fineza de tomar as medidas exigidas em lei...”*<sup>18</sup>, apoio que se restringiu a liberação da licença; incluem o inventário de peças etnográficas deixadas no Brasil<sup>19</sup>, de documentos, assinados por Paul Rivet, diretor do Museu do Homem, e pelo Ministro de Educação da França<sup>20</sup>, atestando que Claude Lévi-Strauss era encarregado de uma missão científica no Brasil, cujo objetivo era realizar estudo etnográficos e coleta de documentos destinados ao Museu Nacional de História Natural / Etnográfico, como também a exposição dessa coleção em Paris, noticiada pelo Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, em 1937.

*Paris, 21 – foram expostas em Paris as coleções etnográficas reunidas pelo Professor Claude Lévi-Strauss, da USP, e pela senhora Lévi-Strauss, encarregada da cadeira municipal de etnografia e folclore de São Paulo, durante viagem que ambos realizaram por incumbência do Governo Francês, do Governo do Estado de São Paulo e do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo .*

---

<sup>18</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 674.

<sup>19</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 680.

<sup>20</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 686-687.

*...admirando cerca de 1.000 objetos, cerâmicas, peles, máscaras, redes, flautas, arcos e flechas de caça e outros espécimes de arte indígena...<sup>21</sup>*

Apesar da referência às peças deixadas no país e do seu encaminhamento ao Museu Nacional, conforme indicam os documentos acima citados - *“Inventaire des pièces ethnographiques laissées au Brésil par la mission Lévi-Strauss”* e a carta do Diretor do Museu Nacional - a divisão não parece ter ocorrido dessa maneira. Segundo afirma Grupioni, em seu livro *Coleções e Expedições Vigeadas (1998)*, após consultar os livros de tomo das coleções etnográficas do Museu Nacional, o autor verificou que a instituição não possui essas peças, bem como após consultar o acervo do Museu do Homem, em Paris, o autor conclui que a divisão não ocorreu de forma eqüitativa como previa a legislação brasileira. Essa afirmação de Grupioni, foi contestada por Lévi-Strauss, que justificou a partilha mencionando os filmes deixados no Departamento de Cultura de São Paulo, o que restabeleceria o equilíbrio dessa divisão (GRUPONI, 1998, P.131).

Grupioni estabelece algumas hipóteses sobre o destino que essa coleção teria tido, já que a troca de objetos entre o Museu da Universidade de São Paulo e o Trocadero, em Paris, mencionada por Lévi-Strauss em entrevista ao Lux Jornal, em março de 1936, parece também não ter ocorrido *“No inventário de peças do acervo, organizado recentemente, não há nenhuma referência, entre os coletores e colecionadores, ao nome de Lévi-Strauss”* e sugere que tenha ficado no Departamento de Cultura, onde Dina Lévi-Strauss tentava organizar um Museu de Etnografia. As peças teriam posteriormente sido levadas ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que por sua vez as teria doado ao Museu de Etnografia da USP. O intuito do autor é tentar localizar essa coleção, coletada pelo casal Lévi-Strauss na expedição de 1935-36 que apesar de noticiada e documentada na burocracia do Conselho de Fiscalização, não foi localizada em nenhum dos museus por ele pesquisados: Museu Nacional,

---

<sup>21</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 683.



Museu do Índio, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paulista e o Acervo Plínio Ayrosa (Idem, 1998, p.133).

*“Excursão de dois cientistas pelo interior do Brasil  
...Pretendemos promover a troca de objetos do Museu da  
Universidade de São Paulo com duplicatas ou mesmo originais do  
Trocadero e de outros estabelecimento da Europa e da América.  
A senhora Lévi-Strauss, sob o patrocínio do Departamento de  
Cultura da Municipalidade iniciará brevemente um curso, no qual  
transmitirá entre outras coisas, as observações colhidas na  
viagem que acaba de realizar aos sertões mato-grossenses...”<sup>22</sup>*

Nessa mesma entrevista Lévi-Strauss fala sobre os objetos por eles coletados e de suas observações acerca da estatuária, cerâmica, pintura dos índios Guaicurús.

*“...concluimos as nossas observações que os Guaycurus são admiráveis escultores em madeira, pois entre eles encontramos figurinos de estatuária, representando personagens e animais. Tendo nos interessado vivamente por alguns desses trabalhos que figuram hoje, aliás, em nossa coleção, ...cujo valor é excelente, tanto científico como artístico, constatamos que, na cerâmica, predomina a técnica do pré-histórico europeu e na pintura, a forma geométrica... Quanto à parte propriamente etnográfica, os resultados alcançados são mais preciosos nas observações sobre a constituição tribal, organização da família, etc..”*

Sobre expedição de 1938-39, realizada pelo casal Lévi-Strauss, além da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, há o livro *Um Outro Olhar: diário da expedição à Serra do Norte* (2001), que reúne o diário de campo e as fotografias de Luiz de Castro

---

<sup>22</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 679

Faria. Dividido em seis capítulos o livro segue o trajeto percorrido pela Expedição.

## 1.5 EXPEDIÇÃO À SERRA DO NORTE

Essa segunda expedição, com duração prevista de um ano, tinha por objetivo *“recolher coleções no domínio da etnografia e no das ciências naturais”*, percorrendo as regiões do Rio Juruena e do Gi-Paraná. Além do longo período de duração, essa expedição pretendia não só recolher materiais e objetos, mas estava bem equipada para o registro de imagens (FARIA, 2001), como havia sido feito também na expedição anterior. No entanto, as imagens não fizeram parte da divisão da coleção, permanecendo com seus autores (MONTE-MÓR, 2001, p.29). Da mesma forma que na viagem anterior, foi necessário pedir autorização ao Conselho de Fiscalização para a realização de uma expedição pelo interior do país. A equipe inicialmente planejada seria composta por:

- *“um antropólogo (senhora Claude Lévi-Strauss, “Agregée de l’Université de Paris” e encarregada pelo Governo francês de uma missão científica no Brasil);*
- *um etnógrafo (sr. Claude Lévi-Strauss, “Agregé de l’Université de Paris”, Professor na Universidade de São Paulo, encarregado do Governo FrancÊs de uma missão científica no Brasil);*
- *um naturalista e médico (para esta função eu, oficialmente, solicitei, em nome do meu Governo o Dr. J. VÉllard, do Instituto de Biologia de Pernambuco);*
- *um lingüista (para estas funções, eu oficialmente, solicitei, em nome de meu Governo o Dr. Kurt Nimuendanju, do qual não tenho necessidade de lembrar títulos);*
- *um chefe de material, cartógrafo (Sr. René Sliz, Engenheiro Agrônomo)<sup>23</sup>*

---

<sup>23</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 684

O projeto foi apresentado em abril de 1937, e um longo processo teve início, já que apesar da aprovação do Conselho<sup>24</sup>, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) não autorizou, alegando que a expedição poderia *“perturbar as relações pacíficas já iniciadas há muito pelo SPI”*<sup>25</sup>.

Para Castro Faria, conforme afirma Domingues (2001, p.13) o fato de estar em pleno Estado Novo, as relações próximas do casal Lévi-Strauss com Paul Rivet, diretor do Museu do Homem, levantou suspeitas junto às autoridades, já que Paul Rivet havia sido perseguido no Brasil por ser um intelectual de esquerda<sup>26</sup>, com forte atuação política, tendo sido eleito na França, deputado pelo partido socialista.

Antes do pronunciamento contrário do SPI, houve um outro fato que retardou a partida da expedição. Heloisa Alberto Torres, Conselheira, representante do Museu Nacional, instituição que dirigia, fez uma exigência ao projeto de Lévi-Strauss: a expedição deveria ser acompanhada por um delegado designado pelo Conselho de Fiscalização e que fosse ao mesmo tempo representante do Museu Nacional. A expedição deveria arcar com a sua manutenção, embora ele se reportasse diretamente ao Conselho e incluiu a consulta ao Serviço de Proteção aos Índios para que este se pronunciasse sobre a conveniência de se enviar uma expedição à região.

Após a recusa do SPI, Heloisa Alberto Torres ofereceu-se para intermediar a relação com o órgão, quando Lévi-Strauss lhe escreveu solicitando também a dispensa do representante do Museu Nacional, já que havia uma colaboração com a Universidade de São Paulo, com quem os objetos coletados na viagem seriam divididos e assim sendo, a expedição franco-brasileira pedia a dispensa da fiscalização<sup>27</sup>. Esse movimento provocou o afastamento da Diretora do Museu Nacional do caso, que pediu então que a Universidade de

---

<sup>24</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 688

<sup>25</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 693

<sup>26</sup> A perseguição à Paul Rivet no Brasil é mencionada por Paulo Duarte na abertura do livro de *As Origens do Homem Americano*. “Assim, convidado em 1952, a realizar um curso na Faculdade de Filosofia de S. Paulo, Rivet foi denunciado ao governo paulista como agente comunista!” (RIVET, 1960, p.11)

<sup>27</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 701

São Paulo fosse informada da posição contrária do SPI em relação à expedição.

Diante do impasse Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, escreveu ao Conselho de Fiscalização, que a expedição chefiada por Claude Lévi-Strauss à Serra do Norte, havia se transformado *“em expedição dirigida integralmente por este Departamento de Cultura, e composta por membros brasileiros e franceses”* e que *“as coleções etnográficas seriam repartidas por igual entre o Departamento de Cultura e os expedicionários franceses”*. Solicita ainda ao *“Conselho a necessária licença para que esta Expedição Etnográfica à Serra do Norte se realize, bem como a designação de um membro para fiscalizá-la”*<sup>28</sup>. No entanto, o SPI mantém sua posição e responde à Mário de Andrade recusando o pedido, alegando falta de segurança e de organização do SPI na região<sup>29</sup>, dando início a um seqüência de correspondências e o retorno de Heloisa Alberto Torres à negociação com o SPI<sup>30</sup>, que terminou por revisar a posição inicial, autorizando a partida da expedição.

*“...Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil concede permissão à expedição Etnográfica à Serra do Norte representada pelo sr. Mário de Andrade, composta por Prof. Claude Lévi-Strauss, sra. Dinah Lévi-Strauss, sr. Jean Véllard e Sr. Luiz de Castro Faria delegado deste Conselho e representante do Departamento de Cultura da Municipalidade para exploração / estudo de grupos indígenas Nhambiquaras situados na nascente do Juruena e do Gi-Paraná com o fim de fazer pesquisas etnográficas e antropológicas. A missão deverá iniciar seus trabalhos na cidade de Cuiabá e deixar o país pelo porto de Santos.*

*P. Campos Porto*

---

<sup>28</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 705

<sup>29</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 707

<sup>30</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 719

*Presidente do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*<sup>31</sup>

Os trabalhos de antropometria deveriam ser realizados por Dina Lévi-Strauss, mas em 29 de julho de 1938, Castro Faria enviou de Utiariti/MT um telegrama informando o presidente do Conselho de Fiscalização que ela fora obrigada a deixar a expedição devido a uma oftalmia<sup>32</sup> aguda e, aconselhada pelo Dr. VÉllard, a regressar à São Paulo. Castro Faria tentou realizar alguns trabalhos de antropometria, conforme indicam as anotações registradas em seu diário (2001). Além da antropologia, havia dois etnógrafos - Luiz de Castro Faria e Lévi-Strauss - e um médico-naturalista – Dr. VÉllard. Antes do início da expedição, quando ainda discutiam sobre a presença e o perfil do representante do Museu Nacional que integraria a equipe, Lévi-Strauss foi consultado sobre o perfil científico mais adequado, respondendo que ela mesma seria o melhor juiz, porém acrescentava: “um etnógrafo encontraria pouca ocasião de trabalho, pois os resultados científicos da missão, neste domínio, estão destinados a construir minha tese de doutorado” (DOMINGUES, 2001, p17). No entanto, a tradição do Museu Nacional no campo da etnografia e a oportunidade de percorrer os mesmos caminhos que Roquette-Pinto já havia registrado em sua expedição à região, publicada no livro *Rondônia*, levaram Castro Faria a compor a equipe. “*O meu interesse na Expedição à Serra do Norte era de fazer etnografia. Eu ia percorrer uma região já celebrizada pelo livro de Roquette-Pinto. Eu queria fazer etnografia, mas dar um passo além do que tinha sido feito por Roquette-Pinto*” (FARIA, 2001, p.18).

A expedição prosseguiu até dezembro de 1939, quando então o grupo se separou, seguindo Claude Lévi-Strauss e Jean VÉllard para a Bolívia, pegar um avião para retornar à São Paulo, enquanto Castro Faria permaneceu em viagem, encerrada em janeiro de 1940, no Museu Emílio Goeldi, em Belém do Pará.

---

<sup>31</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 724

<sup>32</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 737

A expedição registrou a cultura daqueles grupos em relação ao meio em que viviam por meio de seus hábitos alimentares, conhecimentos botânicos relativos ao uso de plantas alimentares, medicinais ou venenosas, da língua/vocabulário indígena e das diferenças entre um grupo e outro. Descrevendo e fotografando processos de feitura de artefatos e coletando materiais (látex/borracha, flocos de palha, novelo de fios de algodão, entre outros), arcos, flechas, ferramentas, redes, utensílios, cerâmica, instrumentos musicais, adornos, entre outros<sup>33</sup>. Registraram também festas populares e costumes religiosos, versos e músicas (FARIA, 2001). As fotografias registram os “fazeres” dos índios, os utensílios domésticos e de caça, os adornos, as habitações e a natureza de onde tiravam seus materiais.

Procuramos ao longo deste capítulo mostrar as primeiras iniciativas de registro das expedições científicas/etnográficas realizadas no Brasil, no início do século XX, a partir do livro de Mello-Leitão. A documentação do Conselho de Fiscalização das expedições Artísticas e Científicas no Brasil é fundamental para o mapeamento das expedições e para a formação de coleções etnográficas, a partir de 1933, ano de sua criação. Nosso recorte, cronológico e temático, privilegiou as ações de dois pesquisadores franceses, Dina e Claude Lévi-Strauss pois essas expedições estão diretamente ligadas ao tema deste trabalho, a Sociedade de Etnografia e Folclore, o Departamento de Cultura, a Universidade de São Paulo, a formação e profissionalização do campo da etnografia e a sua ligação com o Musée de l’Homme.

---

<sup>33</sup> MAST, CEF.T.2.054, doc 766.

## **CAPÍTULO 2**

### **O CURSO DE ETNOGRAFIA PRÁTICA**

#### **2.1. O DEPARTAMENTO DE CULTURA**

Segundo Paulo Duarte, a idéia do que viria a ser o Departamento de Cultura do Município de São Paulo nasceu das conversas de um grupo de amigos que se reunia em seu apartamento, entre os anos de 1926 e 1931<sup>34</sup>, das quais participavam Mario de Andrade, Sergio Milliet, Rubens Borba de Moraes, Antonio Carlos Couto de Barros, Tácito de Almeida, Antonio de Alcântara Machado, Henrique da Rocha Lima, Randolpho Homem de Melo e Nino Galo, entre outros menos assíduos. Vários deles com participação atuante no movimento Modernista e que após a criação do Departamento de Cultura foram nomeados para os principais cargos, participando ativamente de sua gestão (1985, p.49).

A atuação de Mário de Andrade na vida pública como diretor do Departamento de Departamento de Cultura do Município de São Paulo entre 1935 e 1937 é apontada por Sandroni (1988, p.15) como uma experiência que é fruto natural das exigências expressas em sua própria obra.

Essa passagem de uma obra artística, literária para uma atuação política, segundo Lafetá (1974), aponta para a mudança pela qual o movimento Modernista passou em duas décadas e que marcam a passagem de um projeto estético para um projeto ideológico. Lafetá analisa no primeiro capítulo de seu livro, os pressupostos básicos para a eclosão do movimento, relacionando-o com outros aspectos da vida social brasileira, especialmente o acelerado processo de modernização pelo qual passava a economia paulista

---

<sup>34</sup> “...Foi lá que germinou o Departamento de Cultura. Éramos um grupo pequeno: Mário de Andrade, Antônio de Alcântara Machado, Tácito de Almeida, Sérgio Milliet, Antônio Carlos Couto de Barros, Henrique da Rocha Lima, Randolpho Homem de Melo, ..., Rubens Borba de Moraes e Nino Galo. Havia mais um punhado que aparecia duas ou três vezes por semana...”, DUARTE, 1985, p.49

após a primeira guerra mundial e seus reflexos no desenvolvimento da economia capitalista no Brasil.

*“Nesse panorama de modernização geral se inscreve a corrente artística renovadora que, assumindo o arranco burguês, consegue paradoxalmente exprimir de igual forma as aspirações de outras classes, abrindo-se para a totalidade da nação através da crítica radical às instituições já ultrapassadas”.* (Idem, 1974, p.16-17)

Para Jardim de Moraes (1978, p.78-85) o momento da ruptura ocorre quando a atualização das manifestações artísticas brasileiras a partir de parâmetros internacionais não bastava para alçá-las “a um novo patamar”. O percurso necessário para uma transformação, seria o mergulho na realidade nacional, buscando conhecê-la, a fim de entender o sentido da brasilidade e atuar de forma a garantir o acesso do país ao “concerto das nações cultas”. Mas isso só poderia ser feito a partir do desmanche de falsas perspectivas e da construção de uma nova visão sobre a realidade, da visão de um país redescoberto. A atualização a partir de modelos estrangeiros não é mais suficiente, a modernidade passa estar associada ao nacional, “só participaremos do universo cultural se nele nos integrarmos com o nosso coeficiente de nacionalidade”.

A conjuntura política em que se deu a experiência do Departamento de Cultura é a mesma da criação da Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política e da vinda da chamada missão universitária francesa. Para a liderança política do Estado de São Paulo

*“a questão cultural esteve intimamente ligada à possibilidade de resgatar o papel hegemônico de São Paulo dentro da Federação. Essa ligação é bem ilustrada por um discurso proferido por Júlio de Mesquita Filho como paraninfo da primeira turma de licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no qual afirma que ‘se a nenhum país desejoso de conservar seu lugar no planeta descurar de sua preparação cultural, essa obrigação se impõem de*



*um modo bem mais premente e imperativo no Brasil ... nosso território parece desafiar o poder de adaptação do mais aparelhado dos povos ... nação alguma apresenta dentro dos próprios limites complexidade social que se lhe compare... Pois bem, senhores, para se haver com essa trama quase inextrincável de terríveis problemas, com que conta o brasileiro? ... com homens saídos das Escolas de Direito, de Engenharia e de Medicina ... quatro anos de convívio com figuras proeminentes de ambas facções em luta [levaram-no] à convicção de que o problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura..’.” (SANDRONI, 1988, p.76)*

A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, estava inserida num projeto de transformação política por meio da constituição de novas elites, responsáveis pela “arte de governar relacionada ao saber científico” (PÉCAUT, 1990, 31).

A “cultura” ocupava um lugar importante na estratégia política paulista, preocupados com a formação “de homens capazes de assumir a posição de guias nacionais, em todos os ramos da atividade humana”, o que permite melhor compreender a aproximação com o grupo de intelectuais ligados a Mário de Andrade numa relação complexa e ambígua. (SANDRONI, 1988, p.77).

As relações entre os intelectuais e o poder político são objeto de inúmeras discussões e contradições.

Pécault ao comentar a obra de Sérgio Miceli *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil: 1920-1945* destaca a condição dos escritores desse período, afirmando que a defesa pela profissionalização e uma maior participação no debate político, foi uma reação diante do risco de perda de status. Em sua maioria pertenciam a famílias oligárquicas em decadência, vivendo num período em que as vagas das carreiras tradicionais não estavam mais tão disponíveis, concorrendo com os diplomas das diversas faculdades livres recém criadas. O

fortalecimento do Estado ocorrido após 1930 e a possibilidade de ocuparem os cargos que a eles foram oferecidos, aproximou-os da defesa de um poder central forte. Dessa forma, suas posições ideológicas seriam uma forma de se manterem como elite dirigente. *“O nacionalismo de que eram porta-vozes não aparece senão como uma maneira suplementar de obter reconhecimento do Estado”* (PÉCAULT, 1990, 19-20).

O autor destaca que as posições políticas não eram apenas conveniências para se ter acesso a empregos, e o fato de não possuírem mais herança não seria suficiente para entender o porquê de se sentirem investidos de uma missão política. Sustenta que, diante da decepção com o quadro político nacional inalterado, com a influência das oligarquias mantidas, “aspiravam à organização da nação pelo poder, reagindo contra a ‘oligarquização’ das instituições”. Ao longo dos anos 20 no Brasil os projetos dos intelectuais estavam ligados as iniciativas de “fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente”. Não buscaram a proteção do Estado, mas se colocaram como auxiliares na construção de uma sociedade em bases racionais, apresentando sua “vocação para elite dirigente” (idem, 1990, p.21-22). Pécaut destaca ainda que essa “vocação” e “legitimidade” para a direção do governo era fruto de seus saberes que o habilitavam a compreender o movimento das “massas cegas”, a formação da cultura e a organização do político. O engajamento dos intelectuais não estava restrito a identificação e exaltação de um “caráter brasileiro” ou a proposta de novas instituições, mas envolvia também em muitos casos na filiação/participação em partidos políticos locais de diferentes orientações políticas.

A Semana de Arte Moderna é um marco na aspiração de renovação das formas de expressão da arte brasileira definindo o que seria a modernidade cultural, isto é, um contato profundo com as vanguardas artísticas européias, com os estudos da psicanálise e ao mesmo tempo *“a exploração dos alicerces da nacionalidade brasileira na busca de suas maneiras de ser, seus falares, sua diversidade étnica e cultural, e das indefinições que estão na raiz de sua inventividade”* (CANDIDO, 1980, p.119-21, apud op.cit, p.27).

O movimento foi além ao expor a ligação indissociável entre o plano cultural e o político na proposta de transformação da “nação-latente em nação-sujeito”. A “nação-sujeito” ia em busca de uma identidade nacional, de uma brasilidade, embora o termo nacionalismo tenha assumido diferentes conotações, ora mais conservador, ora mais progressista, patriótico ou esclarecido.

Os intelectuais estariam mais preparados para perceber e interpretar os sinais dessa nacionalidade, mesmo que ainda não houvesse uma expressão cultural e política; era necessário fazer aflorar, trazer para o consciente. Para isso era necessário que recolhessem os fragmentos e indícios da cultura popular, transformando-a na base de uma cultura brasileira. Vários foram os artistas e intelectuais que com seus trabalhos “redescobriam” o Brasil, dos quais mencionamos Mário de Andrade, que desempenhou um papel fundamental tanto no campo artístico, especialmente música e literatura, quanto no campo político, na elaboração do anteprojeto para a criação do Serviço de Proteção Artístico Nacional (SPAN)<sup>35</sup>, quando a frente do Departamento de Cultura de São Paulo propôs o levantamento das artes e tradições populares, resultando nos mapas folclóricos do Estado de São Paulo, na realização do Curso de Etnografia, no financiamento a expedições etnográficas, entre outras ações.

## 2.2 A CRIAÇÃO DO CURSO DE ETNOGRAFIA PRÁTICA

Em São Paulo o Departamento de Cultura chefiado por Mário de Andrade patrocinou o Curso de Etnografia e Folclore ministrado pela etnóloga Dina Lévi-Strauss, cujo objetivo era a formação de um quadro de pesquisadores profissionais para a realização de trabalho de campo, seguindo uma “*orientação prática baseada em normas severamente científicas*”<sup>36</sup>.

Há outros aspectos que poderiam ser destacados na obra de Mário de Andrade, mas nesse trabalho a ênfase está no seu grande interesse pela

---

<sup>35</sup> Anexo organograma do SPAN, parte do anteprojeto apresentado ao Ministro Gustavo Capanema. Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros / USP, Lt1308\_CRB\_D\_SPHAN\_3\_Doc\_78\_051\_Org

<sup>36</sup> ANDRADE, Mário de. *A situação etnográfica no Brasil*. Jornal Síntese, Belo Horizonte, v.1, n.1, out.1936. In: Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore, CCSP, p.2 e 3

cultura popular, pelas manifestações folclóricas, o qual, por sua vez, está ligado à sua preocupação com o problema da identidade nacional. Segundo Sandroni (1988, p.11 e 12) tanto o folclorismo quanto o nacionalismo de Mário apresentam um viés ao mesmo tempo modernizante e universalista, permeado por um esforço de integrar o “*Brasil no curso geral da civilização contemporânea*”.

O Curso de Etnografia e Folclore ocorre em meio a outras iniciativas, num momento importante da profissionalização da antropologia no Brasil, dos esforços envolvidos na constituição, organização e estudo de acervos etnográficos e seu estudo nos permite acompanhar a inserção da discussão sobre a ampliação dos campos das ciências humanas e do diálogo entre elas.

A década de 30 é um período que marca a dissolução de uma ordem econômica tradicional, a passagem da vida rural para a vida urbana, um momento de integração territorial e do fortalecimento de uma gestão centralizadora do Estado. Nesse momento, se firma a necessidade de estudar e entender o país, de constituição de uma consciência nacional, de uma identidade<sup>37</sup>, ainda que cercada de oposições e contrastes resultado das contradições da estrutura social brasileira que se manifestam em suas instituições e idéias políticas. Firma-se também a defesa da criação de universidades incluindo núcleos voltados às ciências humanas e à filosofia para além dos cursos de direito, engenharia e medicina existentes até então, indispensáveis para a constituição de um pensamento científico de caráter nacional.

É nesse contexto que é criada em 1934 a Universidade de São Paulo. Além dos Departamentos, Institutos e Faculdades já existentes que foram reunidos, foi fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que contou em seu quadro docente com a presença de intelectuais franceses, como Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, entre outros, envolvidos com as discussões propostas pela *École des Annales*.

---

<sup>37</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

### 2.3 MISSÕES UNIVERSITÁRIAS

As relações culturais entre Brasil e França são bem anteriores ao momento da criação de universidades e a formação de especialistas. Mas é na década de 20 que os movimentos importantes de intensificação dessa relação são dados e que resultaram na criação da Universidade de São Paulo em 1934. Alguns anos antes, em 1925 foi criado o Liceu Franco-Brasileiro, iniciativa do grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*, “considerado um embrião da futura Universidade de São Paulo” e que trouxe ao país vários profissionais e intelectuais franceses como Georges Dumas (1926) e Paul Rivet (1928).

O primeiro teve papel fundamental na organização da vinda de franceses para lecionar no Brasil, especialmente no momento de criação da Universidade de São Paulo e da Faculdade nacional de Filosofia (1939) no Rio de Janeiro, já que coube a ele intermediar a contratação e a escolha dos nomes. Enquanto que para o caso de São Paulo o contato foi feito via Júlio de Mesquita, no Rio de Janeiro seguiu pelas vias oficiais com autorização de Getúlio Vargas. Como afirma Peixoto (2001, p.483-484), a criação da Universidade com missões francesas atende aos interesses franceses de aproximação com a América, e o Brasil, como também atende aos interesses da elite local brasileira de ilustração, modernização e da formação de quadros profissionais.

A primeira vinda de Dumas ao Brasil foi em 1907-1908 a fim de realizar conferências no Rio e em São Paulo, atuando depois em outras ações, vinculadas ao *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour le relatió n avec l’Amerique*, que visava na aproximação entre a França a América e tornando-se assim num elo de ligação com Brasil. Esteve à frente da criação de Liceus Franceses no Brasil que intensificaram o intercâmbio de profissionais, e culminaram com as missões universitárias dos anos 30. (Idem, 2001, p.478-485).

Peixoto analisa o contexto da formação intelectual, voltada às ciências sociais francesas no período entre guerras, para traçar um perfil desse grupo de franceses que vêm à São Paulo a partir de 1934.

“...vemos que o período entre-guerras é marcado por duas tendências opostas. De um lado os ‘durkheimianos’, que desde o começo do século aumentam seu prestígio intelectual e institucional. De outro, uma nova geração que pretende romper com o ‘durkheimianismo’, e redefinir a Sociologia.” (2001, p.496)

Até a metade do século XX o pensamento dos ‘durkheimianos’ ocupará cinco cadeiras nas universidades francesas, desempenhando importante papel na legitimação da ciência social, mas sua penetração ia além das faculdades, exercendo grande influência por meio da *L’Année Sociologique*. Essa Revista era mais do que um canal de divulgação, operando quase como um centro de pesquisas. Os ‘durkheimianos’ tinham um espaço expandido de atuação e incluíam intelectuais de outras áreas, como psicologia – C. Blondel e Georges Dumas, historiadores – M. Bloch, A. Peganiol, etnólogos – R. Maunier, M. Leemhardt, P. Rivet). Seus opositores se reuniam em torno de outra publicação, a *Revue Internationale de Sociologie* da qual participavam Tarde e Espinas. Apesar dessa classificação entre ‘durkheimianos’ e opositores, os primeiros estavam longe de serem um grupo homogêneo, que se distinguia pelos locais de atuação profissional – professores e pesquisadores e por suas tendências políticas – ligados ao partido radical ou ao socialismo. (Idem, 496-497).

A sociologia de Durkheim era muito ligada à Etnologia, especialmente por meio de Marcel Mauss. Apesar das “inegáveis distâncias existentes” entre as suas linhas de trabalho, Mauss se define como herdeiro da tradição ‘durkheimiana’; os dois trabalharam lado a lado na revista *L’Année Sociologique*, tendo Mauss assumido sua direção após a morte de Durkheim em 1917. Apesar da proximidade e do diálogo, as disciplinas seguiram percursos distintos, tendo a sociologia permanecido mais ligada a Universidade enquanto Mauss e os estudo de etnologia se reuniram inicialmente no *Institut D’Ethnologie*, no *Collège de France* e principalmente na *École Pratique des Hautés Études*.

*“A Etnologia constituía, então, um universo à parte, formado pelos alunos de Mauss na EPHE, em íntima correlação com o Musée Trocadero, dos anos 20 (futuro Musée de l’Homme, anos 30), lugar onde se desenvolviam as pesquisas etnológicas. A ligação com o mundo da arte, mencionada acima, não é fortuita; há um ‘namoro firme’ entre os artistas, principalmente os ligados ao movimento surrealista, e os etnólogos. Por isso, não soa estranho ao período que Michel Leiris, poeta e escritor, passe a freqüentar os cursos de Mauss e torne-se um etnólogo, e que a revista literária Documents, editada por Georges Bataille e onde escrevem R. Desnos, Artaud, entre outros, encontremos colaborações de etnólogos como Marcel Griaule, Rivière e Rivet (Clifford, 1981). Se a antropologia transita num amplo universo cultural, a sociologia não fica atrás; mobiliza distintos ramos do conhecimento e atinge também certa vanguarda artística ...” (idem, 2001, p.498-499).*

A primeira guerra mundial e a crise econômica de 1929 representam uma primeira ruptura entre duas gerações. Os jovens intelectuais da época procuravam novos caminhos que rompessem com a ordem estabelecida, vista como representante do capitalismo e do mundo burguês, falidos com o início da depressão econômica. “Se até os anos 30 as cadeiras de ciências sociais estão nas mãos dos ‘durkheimianos’ e a Etnologia se desenvolve em uma outra esfera, a partir de então a nova geração que se forma principalmente nos cursos de filosofia e letras, vai desenvolver uma nova estratégia de atuação no meio intelectual” (Idem, 2001, p.500-501).

O momento de contratação de professores franceses para as universidades no Brasil ocorre nesse contexto. O país se apresentava como uma nova via profissional para os que estavam iniciando suas carreiras. Não devemos esquecer que o Brasil era também um campo desconhecido e que poderia ser uma área de especialização. As primeiras excursões de Paul Rivet, o interesse francês em se aproximar do país, estimulando os estudos sobre o continente americano necessitava da formação de profissionais. (Idem, 2001, p.503)

Em São Paulo, com Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura do município de São Paulo, foi feito o convite à Dina Lévi-Strauss para ministrar o

Curso de Etnografia cujo intuito era formar quadros profissionais que iniciassem um ambicioso trabalho de pesquisa de campo, buscando identificar, registrar e estudar diferentes aspectos da diversidade cultural brasileira.

O Departamento de Cultura do Município de São Paulo foi oficialmente criado em 30 de maio de 1935, por meio do Ato nº861<sup>38</sup> e previa as seguintes divisões: de EXPANSÃO CULTURAL, com duas seções, a de TEATROS E CINEMA e a da RÁDIO ESCOLA; a de BIBLIOTECAS, a de EDUCAÇÃO E RECREIOS, com três seções, a de PARQUES INFANTIS, a de CAMPOS DE ATLETISMO, ESTÁDIO E PISCINAS e a de DIVERTIMENTOS PÚBLICOS; a de DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL, com duas seções, a de DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA e a de DOCUMENTAÇÃO SOCIAL.

O contato que o grupo mantinha, especialmente por meio de Paulo Duarte, com os profissionais do Museu do Homem em Paris, permitiu um intercâmbio de idéias e estabeleceu contatos de natureza teórica e prática. As relações entre o Departamento de Cultura e os profissionais do Museu do Homem estão documentadas nas correspondências e envio de boletins e publicações da SEF, do Departamento de Cultura a Georges Henri-Rivière e Paul Rivet<sup>39</sup>.

É conhecido a colaboração intensa entre Paulo Duarte e o professor Paul Rivet, incluindo seu trabalho junto ao Museu do Homem e a suas participações na criação do *Institut Français des Hautes Études Brésiliennes*, inaugurado em 28 de julho de 1945<sup>40</sup>, cujo conselho diretor era composto pelos seguintes profissionais: presidente, Paul Rivet; vice-presidente, L. de Souza-Dantas; secretário geral, Paulo Duarte; secretário geral adjunto, Paulette Barret, tesoureiro, Henri Reichlein; conselheiros, Georges Dumas, Georges Le Gentil, Claude Lévi-Strauss, Paulo Carneiro, Cícero Dias, J. A. Cesário Alvim.

E foi Georges Dumas quem fez o convite à Claude Lévi-Strauss para dar aulas de sociologia na Universidade de São Paulo, recentemente fundada

---

<sup>38</sup> O Departamento foi criado pelo **Acto N. 861 – DE 30 DE MAIO DE 1935 – Organiza o Departamento de Cultura e de Recreação**, na gestão do prefeito Fábio da Silva Prado. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Ano I, 1935, volume XII, p.229.

<sup>39</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, Série: Correspondências Recebidas, doc.257.

<sup>40</sup> MUSÉE DE L'HOMME, *Institut Français des Hautes Études Brésiliennes, Séance Inaugurale et Statuts*, Paris, 1945.



(PEIXOTO, 2001, p.481). Dina Lévi-Strauss, embora fosse sua assistente no Museu do Homem e *agregée* da Universidade de Paris, não possuía um cargo na Universidade de São Paulo e passa em 1936 a trabalhar para o Departamento de Cultura, contribuindo em várias iniciativas e atividades do Departamento ligadas à Etnografia e Folclore. Embora fosse ligada à Universidade de Paris antes de vir ao Brasil, a sua possível incorporação aos quadros da USP deveria ser criada por ela própria, conforme escreve a própria Dina em relatório enviado provavelmente ao diretor do *Service des Oeuvres Françaises à L'Étranger*, Jean Marx:

*“ ... Antes de minha partida, o senhor houve por bem considerar-me em deslocamento na Universidade de São Paulo, sem poder no entanto conceder-me nenhuma das vantagens ligadas a esta função; deixou-me no entanto a liberdade de criar uma situação por meus próprios meios, e a esperança de que, em caso de sucesso, meu caso merecesse novo exame.*

*Uma tal situação, eu a criei. A continuidade do seu desenvolvimento está desde já garantida, e tentarei, está claro, fazer com que a influência francesa no Brasil se beneficie ao máximo dele. Neste sentido, estou tentando atualmente situar a atividade etnográfica e folclórica do Departamento de Cultura sob a orientação permanente do Museu do Trocadero<sup>41</sup> e das Instituições folclóricas francesas.*

*Tomo pois a liberdade de pedir-lhe que queira, como permitiu-me esperar há dois anos, examinar de novo minha situação, tanto do ponto de vista moral como do material. E, se tiver a bondade de autorizar-me a tal, virei em alguns dias solicitar-lhe uma audiência sobre este assunto. ...”<sup>42</sup>*

---

<sup>41</sup> o Museu de Etnografia do Trocadero resultado da separação da seção de Antropologia do Museu Nacional de História Natural, que manteve um outro setor, o Laboratório de Antropologia voltado aos estudos dos aspectos físicos do homem. Posteriormente o Museu do Trocadero foi fechado e seu acervo incorporado ao Museu do Homem inaugurado em 1938.

<sup>42</sup> Essa documentação está depositada em Nantes, França, junto às demais correspondências da missão francesa na Universidade de São Paulo e foi levantada por Carlos Sandroni. O texto reproduzido acima está traduzido em artigo de autoria de Sandroni, publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 30, 2002, p.240.

O propósito de criar um curso de etnografia e folclore era o de formar especialistas para a pesquisa de campo e formação de coleções. A precariedade dos dados coletados até então era o que mais afligia o diretor do Departamento de Cultura (DC) que na aula inaugural do curso apresenta a necessidade e urgência de colher material de forma científica diante da possibilidade de destruição dos “costumes e as bases culturais da nossa gente”, frente ao progresso e ao internacionalismo. Os grandes especialistas como Frazer, Tylor, Lévy-Bruhl, viriam com o tempo, mas os dados estavam a se perder e para evitar essa perda o DC decidiu criar um curso eminentemente prático. O curso teve uma grande procura, sendo o departamento obrigado a duplicar o número de aulas para atender a demanda.

*“ E é principalmente, na colheita de documentação popular que a enorme maioria de nossos livros etnográficos é falsa. E é justamente nisto que temos de melhorar a nossa produção imediatamente, enquanto o progresso e o internacionalismo não destruam os nossos costumes e as bases culturais da nossa gente. Porque não nos importa ainda que nos orgulhemos de grandes monumentos científicos de etnografia, da altura dos de um Frazer, dum Tylor, dum Lévy-Bruhl. Esses monumentos virão a seu tempo, e somente quando tivermos ao nosso dispor, documentação legitimamente científica. Colher, colher cientificamente nossos costumes, nossas tradições populares, nossos caracteres raciais, esta deve ser a palavra de ordem dos nossos estudos etnográficos; e num sentido eminentemente prático vão se orientar os trabalhos deste Curso de Etnografia, que o Departamento Municipal de Cultura está iniciando. E que a nossa decisão foi acertada, prova cabalmente a vossa anuência, este afluxo inesperado de estudiosos que ultrapassou de muito a nossa expectativa.”<sup>43</sup>*

Quanto à precariedade dos dados coletados e a necessidade de criar o Curso, no texto O Folclore no Brasil<sup>44</sup>, Mário de Andrade afirma que o curso estava focado na formação para a pesquisa de campo, pois

---

<sup>43</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, Cx.1, doc.3

<sup>44</sup> IEB, Coleção Mário de Andrade, MA-MMA-79-03-26

*“ o que nos prejudica muito em nossos museus, é que suas coleções, por vezes preciosas como documentação etnográfica, foram muito mal recolhidas, de maneira antiquada, deficiente e amadorística, não raro inspirada no detestável critério da beleza ou da raridade do documento. Contra isso quis reagir o Departamento de Cultura de São Paulo como já o estava fazendo, para a etnografia o Museu Nacional, desde Roquette Pinto. “*

### **2.3 A ESTRUTURA DO CURSO DE ETNOGRAFIA**

A análise do programa, das aulas e da bibliografia nos permite compreender melhor as influências e linhas teóricas que delinearão a formação dos primeiros alunos<sup>45</sup> desse curso proposto pelo Departamento de Cultura. A bibliografia é extensa, apresentando autores ligados a correntes teóricas distintas, explicitando o momento de justaposição de idéias presentes nessa época que marca o crescimento e transformação dessas disciplinas. Assim, o recorte dado neste trabalho é o de apresentar, por meio dessa documentação, as discussões sobre a Antropologia Cultural, Etnologia e Folclore apresentadas ao longo do curso.

Na primeira aula Dina diz que a elaboração de um curso como esse “*é ao mesmo tempo uma tarefa vasta e modesta*”<sup>46</sup>, pela extensão dos temas e assuntos tratados, o que por sua vez, lhe obriga a analisar com menor profundidade cada um dos temas propostos.

O programa do Curso de Etnografia (Anexo 2)<sup>47</sup> foi dividido em Antropologia Física e Antropologia Cultural.

---

<sup>45</sup> Anexo 1, Lista de Presença do Curso, Centro Cultural São Paulo, Cx.1 doc.1

<sup>46</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, Cx.1, doc.4

<sup>47</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, Cx.1, doc.2

## ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA

A questão sobre o conceito de etnologia é introduzida desde a primeira aula, na qual Dina menciona uma contradição apresentada no próprio título do curso, já que Etnografia é pela sua natureza um estudo prático, ao passo que a Etnologia visa a compreensão dos dados coletados nas pesquisas de campo, indo além do campo da observação. Introduce assim a diferenciação entre Etnografia e Etnologia e a delimitação do seu campo de trabalho embasada pelas obras de Boas, Frazer e Montandon. Segundo ela, Curso de Etnografia Prática, era

*“ uma denominação contraditória, uma vez que a Etnologia é, por natureza, um estudo teórico, sistemático, generalizador. Em contraste, a Etnografia não cuida de teorias nem de hipóteses, é essencialmente descritiva e monográfica. Como estudo descritivo, não se aparta do objeto concreto; e como método monográfico, concentra-se num só objeto de cada vez, considerando um só grupo, uma só tribo; e qualquer conclusão é tirada exclusivamente sobre esse objeto particular estudado, somente em relação a ele. Assim têm procedido etnógrafos como Boas e Frazer. Manuseando um livro de etnografia, facilmente se o distingue de um de etnologia, pois enquanto seus títulos são nomes de tal e tal população particularmente estudadas, os títulos etnológicos se referem a elementos culturais em separado: o fogo; a cerâmica; as armas ... etc. como exemplo, ... o “Tratado de Etnologia Cultural” de Montandon, no qual o autor começa por expor uma teoria: estuda depois traços culturais isolados, compara-os, generaliza, para chegar a doutrinas.”*

A etnografia deve ser entendida como um estudo descritivo e monográfico, que se concentra no estudo de um objeto por vez, considerando um só grupo e que todas as conclusões tiradas desse estudo referem-se exclusivamente ao objeto particular estudado, seguindo dessa forma o procedimento de etnógrafos como

Franz Boas e Frazer<sup>48</sup>. Pois segundo Boas, ainda não havia registros e conhecimento suficiente para a elaboração de modelos gerais por parte da etnologia, que caberia à história encarregar-se de fazer a análise diacrônica, ao passo que a etnologia deveria fazer a análise sincrônica fornecendo os conteúdos que permitiriam a longo prazo a construção de um quadro geral (Boas, 1932, in: Castro, 2004:87-109). A proposta de Boas de restringir-se a grupos restritos numa área de trabalho mais limitada, num estudo minucioso da sociedade, das instituições, das relações entre os indivíduos e de seus costumes, de suas técnicas e de suas crenças levou a elaboração de trabalhos de alta qualidade etnográfica.

Nessa mesma aula Dina Lévi-Strauss defende o estudo minucioso de qualquer manifestação de cultura humana, desde que apresente alguma particularidade, pois segundo o conceito de Marcel Mauss, quase todos os fenômenos da vida são traduzíveis pelos objetos materiais, pela forma como o homem deixa seus traços nos objetos que fabrica.<sup>49</sup>

*“A evolução da etnografia pode ser assimilada à evolução da etnografia e da história. Assim como existe uma geografia – ciência descritiva do espaço e uma história – estudo dos acontecimentos que se sucedem no tempo – existe um método geográfico, que intervém sempre que há o fator espaço; e um método histórico, aplicável sempre que há o fator tempo. Também a etnografia, primitivamente ciência das raças, se transformou em método geral, aplicável sempre que se estuda o “outro”. O outro – quer dizer a criança, o primitivo, o louco.”*

...

*“... contentando-se com estudar minuciosamente, não conjuntos, mas uma determinada técnica, um dado comportamento, qualquer manifestação da cultura humana, por pequena que seja, desde que apresente alguma particularidade.*

*Qual o valor geral deste estudo, que se apresenta tão modesto?*

---

<sup>48</sup> LÉVI-STRAUSS, Dina. *Instruções Práticas para Pesquisa de Antropologia Física e Cultural*. Coleção do Departamento Municipal de Cultura, VII, São Paulo, 1936.

<sup>49</sup> idem.

*Segundo o conceito de Mauss, quase todos os fenômenos da vida são traduzíveis pelos objetos materiais, por causa da suscetibilidade do homem de deixar seus traços sobre as coisas que fabrica.”*

A definição do campo da Etnologia, sua relação com a Geografia e a História e o porquê de se estudar a etnologia é discutida nessa aula, como também em algumas publicações da época como a Revista do Arquivo, em 1935, que publica textos de Herbet Baldus, *Conceito Moderno de Etnologia*, de Claude Lévi-Strauss *Em Prol de Um Instituto de Antropologia Física e Cultural* e de Samuel H. Lowrie<sup>50</sup>, *Que é Cultura?*<sup>51</sup>.

Sobre esse ponto, Claude Lévi-Strauss (1973, p.15) afirma que no desenvolvimento da Etnologia e da Etnografia e sua relação com a História, a questão que se coloca para a etnologia é a dificuldade de tentar fazer uma análise diacrônica dos fenômenos pela impossibilidade de traçar sua história, inviabilizando a análise pela dimensão temporal, como o historiador o faz. Ao passo que para etnografia a impossibilidade é tentar chegar à história de um presente ignorando os dados sobre seu passado.

Segundo ele, a proposta de Boas de restringir-se a um só grupo num estudo minucioso da sociedade, das instituições, das relações entre os indivíduos e de seus costumes, de suas técnicas e de suas crenças levou a elaboração de trabalhos de alta qualidade etnográfica, embora pode ser considerada ultrapassada, pois ao considerar-se apenas o presente elimina-se o desenvolvimento histórico, o que por sua vez inviabiliza na verdade o conhecimento do presente já que é o desenvolvimento que permite avaliar a constituição dos elementos e suas relações. Ainda segundo Claude Lévi-Strauss etnologia e história possuem o mesmo objeto que é a vida social, o mesmo objetivo que é uma melhor compreensão do homem e em relação ao método, a distinção se dá pela escolha da perspectiva, ainda que complementares, na qual a história organiza os dados pelas expressões

---

<sup>50</sup> Assim como Dina e Claude Lévi-Strauss, Samuel H. Lowrie era membro fundador da Sociedade de Etnografia e Folclore.

<sup>51</sup> Revista do Arquivo Municipal, ano II, v. XVIII, 1935

conscientes da vida social enquanto a etnologia se organiza em relação às condições inconscientes da vida social (1973 p.33-34). Nesse aspecto remonta à Marcel Mauss, que na aula inaugural do curso do *Institut d'Ethnologie* [fundado por ele, por Paul Rivet e Lucien Lévy-Bruhl] apresenta sua postura teórico metodológica como a afirmação do caráter inconsciente dos costumes e foco de investigação para o etnólogo (Oliveria, 1979, p.10-23).

Já no âmbito da História, um grupo de historiadores rompe com o modelo tradicional de fazer história, baseado em feitos político e militares e grandes personalidades, que já não respondia mais às exigências de alguns historiadores. Em 1929, com o início da chamada Escola dos *Annales* buscava-se a substituição da tradicional história narrativa pela história-problema; buscava-se fazer uma história das atividades humanas e não só uma história política, procurando na colaboração com outras disciplinas, como a geografia, sociologia, psicologia, economia, lingüística, antropologia social entre outras, conceitos e instrumentos que permitissem a ampliação das possibilidades do fazer historiográfico.

## **ANTROPOLOGIA FÍSICA E CULTURAL**

Ao longo das vinte e três aulas, o tema da Antropologia Física foi tratado em quatro delas, abordando os princípios gerais da disciplina, seus objetos e suas aplicações; características descritivas, como cabelo, olhos, pele, entre outras e as principais medidas do corpo humano, incluindo apresentação dos materiais para as medições e a constituição de maleta portátil para o trabalho de campo. Tratava-se de definir o quê deveria ser observado e como realizar essa observação, com a utilização dos equipamentos necessários, que além dos materiais de medição, incluíam a fotografia e o registro em película, sempre que possível. Além da observação era necessário documentar bem o que se estava observando e para isso as aulas abordavam também a criação de fichas antropométricas para registro dos dados; a constituição de coleções e medições das ossadas e a observação de atitudes corporais como o caminhar, a postura, o sono, entre outras. Nesse módulo foi dada grande ênfase à pesquisa sobre a mancha mongólica, com a apresentação de dados

levantados por Dina Lévi-Strauss junto à Clínica Obstetrícia da Faculdade de Medicina de São Paulo<sup>52</sup>. A pesquisa foi posteriormente desenvolvida por duas alunas do curso, cujo trabalho será analisado no capítulo seguinte quando tratarmos das produções da Sociedade de Etnografia e Folclore.

O estudo da ocorrência da mancha mongólica, ou mancha de jenipapo como é conhecida no Brasil, nos remete ao início dos anos 20 do século passado, quando Franz Boas esteve envolvido numa ação judicial, do governo americano contra imigrantes armênios, por seu profundo conhecimento da antropologia física e biológica. A ação denominada “United States versus Cartozian”, ocorreu num momento em que o governo americano iniciava de forma oficial uma tentativa de frear a imigração de populações asiáticas, estendida aos armênios por seu suposto vínculo genético com povos de origem mongólica, e conseqüentemente inferior, o que comprometeria a supremacia do branco americano (MOURA, 2004, p.77-81). Os estudos de Boas foram utilizados na defesa dos imigrantes armênios. Em seu livro *The Mind of the Primitive Man* (1911) Boas fala sobre a impossibilidade de se acreditar numa raça pura, já que as migrações e miscigenações vêm ocorrendo a milhares de anos impedindo a sobrevivência de um tipo puro, o processo de miscigenação é muito antigo e se estende a toda a espécie humana. No Brasil, o livro de Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala* (1933) faz referência a esse sinal de mestiçagem ao tratar da contribuição física e cultural dos distintos grupos étnicos que contribuíram para a formação do Brasil, diz ele,

*“Todo brasileiro, mesmo alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica no Brasil – a sombra, ou pelo menos, a pinta do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano.”* (Freire, 1933:283, apud Moura, 2004, 80)

---

<sup>52</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, Cx.1, doc.6



Até o final do século XIX os estudos de Antropologia estavam estreitamente ligados aos aspectos físicos, e assim muito próximos do domínio da biologia e da medicina. Os estudos ligados às criações humanas e suas técnicas, por meio de objetos pré-históricos e dos chamados povos primitivos, eram complementares às classificações de raças e o acompanhamento de sua evolução. A constatação da importância e complexidade das manifestações culturais do homem levou alguns pesquisadores a enfatizarem esse ramo da Antropologia, denominado então de Etnologia. A constatação do risco das discussões teóricas no campo cultural se perderem em especulações filosóficas e morais, levou especialistas, já no início do século XX, a se questionarem se o estudo das culturas humanas deveria se caracterizar como o início para estudos de questões filosóficas ou se deveria manter uma abordagem mais ligada às ciências naturais, identificando o método com o objeto, reunindo o estudo do físico com o cultural, alargando assim o sentido do termo Antropologia, ciência do homem, subdividida em física e cultural. (C. LÉVI-STRAUSS, 1935, p.249).

Em sua primeira aula sobre Antropologia Física, Dina Lévi-Strauss justificou o estudo dos caracteres físicos do homem como um aspecto que deve ser observado tanto quanto o aspecto cultural, entender o elemento físico é entender o homem em relação a seu corpo, enquanto entender o elemento cultural é entender o homem em relação às suas produções, ambos importantes para a compreensão de um país.

As aulas sobre Antropologia Cultural estavam subdivididas em seis módulos: Sociologia; Folclore; Cultura Material; Língua e Lingüística; Arqueologia e Instruções Práticas para o Registro de Documentos.

Dentro de Sociologia, o programa apresentava os princípios gerais de investigação, as pesquisas sociológicas junto a povos primitivos, que incluía o método genealógico, as terminologias usadas para a definição das organizações sociais, aspectos de nascimento, vida e morte do indivíduo, entendidos como estudos históricos do indivíduo, e por final os sonhos, os desenhos, reunidos em uma categoria, a de coleções psicológicas.

Ao todo foram quatro aulas dedicadas ao Folclore, devido à importância que o tema tinha para os participantes do curso. Na abertura da primeira aula sobre esse tema o folclore é definido como o estudo das manifestações culturais populares.

As aulas abordavam temas específicos dedicados à música; dança; jogos; contos e lendas; métodos de medição como peso, tempo, distâncias, entre outros; representações por meio da natureza, as estações, o tempo, o calendário, a astronomia popular, a topografia popular, a botânica e a zoologia popular, a medicina, a higiene, as técnicas de tratamento, as coleções de remédios e por fim as crenças, as superstições e a magia. Ao final das aulas instruções sobre a coleta de material e análise.

As aulas sobre Cultura Material apresentavam as diretrizes gerais para a formação de coleções, a escolha do objeto, os preconceitos frente aos estilos, a raridade; o estudo específico do objeto e sua classificação prática, tecnologia, monumentos sociais, a documentação, numeração e o estabelecimento de fichas descritivas e por fim a embalagem e a preservação dos objetos recolhidos. A décima quinta aula é sobre classificação dos objetos e sua embalagem e preservação, com instruções para a primeira etiquetagem, cuidados com o objeto ao proceder à etiquetagem, a recomendação para diferentes formas de etiquetagem, como o uso de etiquetas metálicas presas com cordéis, ou confeccionadas com tecido, entre outras. Destaca a importância da ficha descritiva, confeccionada em duas vias, para a classificação, campos e a escolha da embalagem mais adequada, bem como limpeza das peças.

O tópico relativo à língua e lingüística destacava a observação e notação das expressões de emoção; os gestos e sinais; a língua falada, suas regras gerais e escrita fonética.

A aula sobre Arqueologia abordava instruções resumidas para as escavações; medições a serem feitas em caso de descoberta acidental; métodos de preservação provisória de sítios, objetos e ossadas.

As Instruções Práticas para a Reprodução de Documentos incluíam desenho e croqui; noções de fotografia, escolha do aparelho, enquadramento, formato, os equipamentos mínimos para a atividade e por fim o cinema, com o emprego de aparelhos portáteis para viabilizar o trabalho.

Apesar do programa, o curso iniciou o módulo sobre antropologia Cultural abordando o folclore com a seguinte observação *“Geralmente o etnógrafo especializado não se ocupa do folclore. Neste curso, entretanto, que se destina a satisfazer as condições particulares dos que o seguem, o folclore será um dos pontos do programa.”*<sup>53</sup>

Nesse curso o folclore foi apresentado como sendo o estudo de manifestações culturais populares, estando para a etnografia assim como esta está para a etnologia, isto é, o estudo folclórico se faz sobre uma base mais limitada do que a etnografia e conseqüentemente de forma mais detalhada, numa relação caracterizada por:

*“1º) Por pertencer mais ao domínio espiritual, levando em conta o fator psicológico, enquanto a etnografia se limita quase exclusivamente aos elementos materiais.*

*2º) Por se ocupar principalmente das manifestações culturais dos povos chamados civilizados, enquanto a etnografia se consagra especialmente aos povos primitivos.”*<sup>54</sup>

As aulas sobre folclore abordaram as artes decorativas e a coleta de material, *“tudo que dá forma, cor, uma característica qualquer superficial as pessoas, animais, plantas, cousas.”*; a música, instrumentos, equipamentos de registro audiovisual, notação musical; a partir do item dança e o drama, compreendido

---

<sup>53</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, CX.1 doc.8

<sup>54</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, Cx. 1 doc. 8.

como sendo uma *“representação duma narrativa, duma história, enfim de uma sucessão no tempo.”*<sup>55</sup> Encerra-se o tema específico sobre folclore, mas ao longo das outras aulas há comentários sobre os demais itens de como eles são abordados pela etnografia e pelo folclore, como no item contos, lendas, mitos e provérbios que configuram na literatura oral ou escrita dum povo, considerados etnograficamente de duas formas:

*“... como constituinte do folclore popular, ou como patrimonio de tradições dos indígenas.*

*No primeiro caso seu estudo tem valor intrínseco : recolher as lendas, mitos, os provérbios dum paiz, é compreender esse país, é fazer um pouco da sua história. No segundo caso, há valor intrínseco ainda maior, porque as lendas e os mitos a propósito de tudo: para explicar uma regra social, para justificar um costume, ou glorificar os heroes. Doutro lado há o valor extrínseco, isto é, estudar as lendas, mitos e provérbios indígenas é o único meio de estabelecer a gramática de sua língua...”*<sup>56</sup>

Estas aulas estão embasadas em importantes discussões teóricas do período, tanto nos debates sobre relações e limites conceituais das disciplinas etnologia, etnografia, história quanto na definição do conceito de cultura e nas teorias largamente debatidas nesse período como o evolucionismo e o distribucionismo.

## **2.4 FRANZ BOAS**

Os textos de Franz Boas, baseados no estudo de coleções etnográficas e do trabalho de campo, são importantes para a análise de correntes teóricas, especialmente a teoria evolucionista, o distribucionismo, e para a discussão do emprego dos métodos dedutivo e indutivo, comparativo e do método histórico.

Em seu trabalho *As Limitações do Método Comparativo da Antropologia* (BOAS, 1896, in:Castro, 2004) apresenta sua crítica à teoria evolucionista.

---

<sup>55</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, Cx. 1 doc. 14.

<sup>56</sup> Idem.

Analisando o trabalho de Otis Mason na classificação e exposição de coleções etnográficas no museu, organizadas em famílias, gêneros e espécies de fenômenos etnológicos com o objetivo de poder assim comparar criações aparentemente semelhantes desenvolvidas muitas vezes em regiões bastante distintas. Essa forma de trabalho levou Boas a expor suas dúvidas sobre a certeza que as criações realizadas em diferentes regiões, embora semelhantes pudessem apontar para um mesmo processo de desenvolvimento, que fossem frutos de um mesmo processo evolutivo. Apesar de considerar que em alguns casos isso fosse possível, considerava essa classificação, sem um estudo mais detalhado desse processo, arbitrária.

Na construção de sua argumentação, Boas se utilizou em grande parte do estudo do folclore, dando especial ênfase no estudo estatístico da distribuição dos elementos do conto folclórico (STOCKING JR, 2004).

Dessa forma, partindo da distribuição real de fenômenos etnológicos e não de uma definição abstrata, ele desconstrói essa postura afirmando que causas dessemelhantes podem causar efeitos semelhantes. Assim, agrupar criações oriundas de diversos grupos humanos como sendo resultado de uma mesma evolução, esvaziaria esses objetos de seus processos de criação, de seus contextos e dos processos internos peculiares de cada grupo, bem como de suas relações com seu meio ambiente. Além disso, esse modelo de classificação expõem as limitações do observador em relação aos indivíduos estudados, por ele estar limitado pelas formas de ver e entender a realidade, de sua própria sociedade. Ao não considerar o processo histórico e o contexto no qual essas criações se desenvolveram o observador expõe sua limitação em compreender para além da lógica de seu próprio grupo social. Torna-se ainda mais difícil compreender elementos que por ventura não existam em sua própria sociedade.

Ao discordar da idéia de que o desenvolvimento da sociedade humana tenha ocorrido da mesma maneira em todos os lugares, não discorda totalmente da existência de processos universais que governariam o desenvolvimento humano, mas não acredita haver dados suficientes para uma análise histórica

mais consistente que embasasse a comparação entre os diversos grupos distribuídos em diversas regiões e em períodos distintos.

Em sua análise, opõem-se à teoria evolucionista mais uma vez ao não concordar com a afirmação de que as idéias existem da mesma forma em todas as partes e que se desenvolveriam a partir das mesmas causas. Afirma que os mesmos fenômenos podem partir de pontos distintos e se desenvolverem de diversas formas, atingindo resultados semelhantes. Não se pode dizer que a ocorrência do mesmo fenômeno sempre se deve às mesmas causas, nem que ela prove que a mente humana obedece às mesmas leis em todos os lugares.

Essa variação seria fruto tanto do ambiente no qual o grupo está inserido como também por questões internas do grupo, dos indivíduos e das relações entre eles. Essas relações regeriam o desenvolvimento da cultura. Para a execução desse estudo, um novo método deveria ser empregado, um método que levasse em consideração o estudo detalhado dos costumes, as relações internas do grupo que os pratica e suas distribuições com as tribos vizinhas. Só assim poderia-se atingir uma maior precisão em relação à identificação do surgimento de um determinado costume e verificar como se processou seu desenvolvimento no grupo e no contato externo com outros grupos. Para que a comparação entre fenômenos tenha argumentos sólidos é fundamental que sejam restritas aos fenômenos que tenham de forma comprovada a mesma causa.

Os estudos baseados no método histórico devem ser restritos a áreas geográficas bem definidas e não muito distante. Assim as comparações estabelecidas referem-se apenas aos fenômenos etnológicos presentes na área de estudo, buscando-se destacar o percurso de sua distribuição, essencial para a compreensão de seus intercâmbios e suas ligações históricas. Dessa forma, seria possível falarmos de histórias de culturas de diferentes grupos a serem estudados. Quanto ao meio ambiente, Boas acredita que ele exerça um efeito importante, porém limitado sobre cultura humana, não acredita que ele possa ser o fator determinante de uma cultura.

Assim, partindo do trabalho sobre a mitologia indígena americana, num recorte geográfico mais restrito, aponta os contrastes e semelhanças entre os mitos de origens de tribos de diversas regiões norte-americanas. Nesse estudo, apresenta o modelo de construção do mito como um modelo de desenvolvimento da cultura em geral. Para compreender esse processo de desenvolvimento, Boas considera importante o entendimento do contexto histórico específico, que definiria a forma como os indivíduos reorganizavam elementos culturais herdados por tradição ou recebidos do contato com outros grupos com os quais tivessem mantido contato.

Nesse trabalho empregou o método estatístico, tabulando os dados buscando mapear as ocorrências e o alcance por meio da difusão de determinadas manifestações:

*“... envio do trabalho referente aos troncos lingüísticos e de línguas da província, com o objetivo de coletar material para um mapa etnológico. ... Procurei mostrar no mapa o alcance de vários costumes e instituições importantes: a extensão da prática da tatuagem, o canibalismo cerimonial, o uso de certos tipos de casa, os limites das instituições maternas...”* (STOCKING JR, 2004, p.165)

Por meio da comparação dos mitos, Boas acreditava ser possível entrever parte da história desses povos; e seguindo o método empregado por Tylor identificar elementos novos incorporados aos mitos que poderiam ser, até certo ponto, excluídos em busca do mito original de cada grupo e assim identificar a migração que esses mitos seguiram. Dessa forma, além de abordar o caráter histórico desse processo, aponta para a questão de como um elemento externo é incorporado e retrabalhado pelo grupo a partir dos elementos já existentes. Seguindo nessa linha toca na questão da origem das idéias e das criações e sua presença em distintos lugares geograficamente distantes.

A discussão do desenvolvimento histórico de um mito é cercada de dificuldades já que ao entrar em contato com um mito, não é possível identificar sua forma anterior. Para esse fim, Boas destaca o valor de mitos novos, especialmente os que tratem de temas históricos, pois permitem uma melhor compreensão de sua construção e organização como no caso do mito surgido a partir do contato dos russos com os índios sitka, na costa do Alasca.

Nesse estudo sobre as mitologias americanas, Boas destaca também sua desconfiança quanto à afirmação sobre a ocorrência do processo de difusão de um determinado mito em se tratando de áreas muito distantes, sem registros seguros de contatos entre os grupos envolvidos. A partir da constatação de que houve um contato cultural regular entre grupos a transmissão de contos e mitos já pode ser considerada como verdadeira. Suas afirmações estão baseadas no trabalho estatístico empregado, segundo o qual pôde identificar que nas extremidades de uma determinada área de estudo, havia redução na semelhança entre as narrativas e aumento significativo de suas variantes.

*“ Embora não haja dificuldade em aplicar esse método, desde que a área considerada não seja grande demais e a semelhança dos contos seja específica, em investigações desse tipo logo achamos difícil determinar se os mitos são os mesmos ou se existe apenas uma semelhança de família; também descobrimos que os princípios metodológicos, que exigem continuidade de distribuição e identidade de conteúdos, ficam envoltos em dúvidas.” (STOCKING JR, 2004, p.181)*

A identificação de semelhanças significativas quanto ao estilo das narrativas, como no caso das mitologias americanas, permite distinguí-las de outros grupos de narrativas mais distantes geograficamente. No entanto, para Boas, isso não basta para identificar nenhuma homogeneidade, são semelhanças pontuais que não permitem afirmar que houve uma disseminação direta de determinada narrativa. Além das distâncias geográficas, outro aspecto importante destacado nessa sua análise é a pouca probabilidade de que o



desenvolvimento dessas idéias estejam ligadas à características mentais específicas desses povos, pois não acredita que a raça seja um fator capaz de provocar um desenvolvimento de formas de pensar semelhantes.

Por fim considera que os aspectos mais semelhantes dessas narrativas sejam resultado da “sobrevivência de formas culturais muito antigas ... que pereceram apesar de todas as modificações posteriores, quer como um efeito da disseminação e da aculturação que se processam por milhares de anos, ora numa direção, ora em outra, e que resultaram numa semelhança de certos traços culturais generalizados na maioria das regiões da América”.

A questão da compreensão da história das mitologias e seus empréstimos não podem se restringir a explicações baseadas em questões ligadas exclusivamente à natureza. Ela implica necessariamente no entendimento das razões que originaram a transmissão e os processos envolvidos nas alterações e modificações presentes no processo de assimilação dessas narrativas.

O registro do patrimônio cultural é a forma de transformá-lo em documento, em fonte. A sistematização da documentação permite acompanhar sua evolução, suas transformações condicionadas pelas mudanças no cotidiano do grupo, provocadas por agentes internos e/ou externos. Permite avaliar o que se mantém e o que se modifica mais lentamente, compondo um quadro maior dessas transformações.

Ao longo do Curso de Etnografia, Dina Lévi-Strauss menciona a importância de pesquisas e registros de diversos aspectos da diversidade cultural brasileira, a cultura cabocla, a presença de imigrantes, bem como a importância e a urgência dos registros e estudos sobre as sociedades indígenas, seus saberes e tradições e sua relação com o meio ambiente onde vivem, refletindo a visão de que essas sociedades estavam num inevitável processo de desaparecimento.

*“ finalmente, do ponto de vista brasileiro, um estudo pormenorizado e completo das populações primitivas não póde ser negligenciado. É uma experiência que o Brasil está na obrigação de não deixar cair na ignorância e no esquecimento. Possui ele – mas por quanto tempo, ainda? – os restos preciosos de grandes civilizações perdidas, de populações cujo território é o seu, cujo solo, vegetação e fauna são os seus. Como tiraram elas partido de condições que existem sempre, por que e como em determinada época, se esborondaram, desagregadas, com tudo o que fazia a sua grandeza. São questões, estas, a cuja resposta não póde continuar indiferente o Brasil, pois lhe trará, sem dúvida, os elementos de uma grande tradição que é preciso não deixar perder-se.”<sup>57</sup>*

Por fim, é importante destacar também a contribuição do trabalho de Franz Boas para a museologia, a partir de suas reflexões sobre o registro, a coleta, a documentação e organização das coleções etnográficas. Seu esforço de introduzir nas exposições formas que contemplassem o contexto e o ambiente – no sentido mais amplo – no qual os fenômenos etnológicos foram produzidos.

## **2.5 MARCEL MAUSS E O MANUEL D' ETHNOGRAPHIE**

Analisaremos o Manual de Etnografia do Marcel Mauss por considera-lo como base para a proposta apresentada por Dina Lévi-strauss ao Departamento de Cultura para a realização do Curso de Etnografia.

Marcel Mauss achava os cursos elementares muito importantes, pois via neles o meio de desenvolvimento futuro da área. A formação que dava a seus alunos era prioritariamente voltada para o trabalho monográfico, de campo, “não negligenciava jamais nem os problemas da difusão cultural e do empréstimo, nem da civilização material” (OLIVEIRA, 1979).

O manual resulta da reunião das aulas de Mauss, publicadas por seus alunos após a sua morte. É um curso que busca responder principalmente a questões

---

<sup>57</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, Cx.1 doc. 4

práticas do trabalho de campo, que se propõe a ensinar a observar e classificar os fenômenos sociais, voltado para os interessados no assunto, mas sem formação profissional. São instruções para iniciantes que permitem realizar um “trabalho intermediário”, empregando o método intensivo ou extensivo, sobre uma determinada população observada. (MAUSS, 1926, p.5)

A primeira aula apresenta a etnologia como a ciência que tem por meta a observação das sociedades e por finalidade geral o conhecimento dos fatos sociais. Registra os fatos, usa a estatística se for preciso e publica os documentos que oferecerem o máximo de certeza em relação aos dados colhidos. O etnógrafo que se preocupar em ser exato, completo, deve ter o sentido dos fatos e de suas relações mútuas, assim como o das suas proporções e conexões. Não há espaço para a intuição: é uma ciência de constatações e estatísticas. Não é uma ciência histórica propriamente dita, pois os fatos não se apresentam de forma cronológica, mas possui um viés histórico ao estabelecer a história da população humana.

Para a pesquisa de campo o etnógrafo tem a sua disposição, dois métodos:

O método extensivo – ver a maior quantidade de gente possível numa área e tempo determinado, e que tem sido amplamente empregado desde a época em que se tratava apenas de colecionar, a maior quantidade de objetos possível, susceptíveis de desaparecerem e de com eles povoarem os museus. O perigo desse método reside no seu caráter superficial, o etnógrafo passa e recolhe objetos que em sua própria história foram reunidos lentamente e com relações específicas.

O método intensivo – observação profunda, o mais completa e avançada possível, sem se esquecer de nenhum aspecto de uma tribo.

Além do emprego do método mais adequado, a atenção tem que estar voltada para a compreensão do fenômeno observado em sua totalidade, pois segundo Mauss os trabalhos etnográficos oferecem, freqüentemente, o aspecto de uma caricatura: quem se interessa por museografia descuida quando não se trata de cultura material; o especialista em religiões vê unicamente cultos,

santuários e magia; outros se propõem a observar a organização social e só falam de clãs e totens, outros só buscam fenômenos econômicos. O observador deve respeitar antes de tudo, as proporções dos diferentes fenômenos sociais.

O método de observação é acompanhado por uma anotação minuciosa do trabalho de campo, a cada objeto recolhido deve haver uma ficha descritiva, detalhada e duplicada e vários aspectos referentes à documentação e identificação, classificação, registro de imagens organização e divisão da coleção de objeto resultante do trabalho de campo que serão destinadas aos museus (MAUSS, 1926, p.12).

Os métodos de observação estão divididos em morfológico e cartográfico; fotográfico; fonográfico; filológico e sociológico, seguidos de modelos de questionários.

Os temas abordados estão divididos de forma distinta dos apresentados por Dina Lévi-Strauss, que simplificou sua organização, provavelmente devido ao tempo e número de aulas. Mas os temas tratados no curso de etnografia e folclore, salvo o folclore são atendidos no curso de Mauss, que incluem alguns outros e aprofundamento de vários aspectos. O manual de Mauss ainda tem várias instruções para a coleta de objetos visando sua incorporação aos museus e orientando os observadores no preenchimento das fichas de registro a fim de facilitar o trabalho da instituição no momento da entrada dessa nova coleção.

## **CAPÍTULO 3**

### **O SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL E A SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E FOLCLORE**

A análise dessa documentação busca contribuir para a avaliação da estrutura montada para a identificação, registro, pesquisa e divulgação de aspectos do diverso patrimônio cultural brasileiro. As ações da SEF mostram similaridades com as propostas de Mário de Andrade presentes no anteprojeto para a criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), inovador na compreensão do patrimônio<sup>58</sup>.

Os temas trabalhados no curso de etnografia e os termos presentes nos inventários sobre tabus alimentares, medicina popular e danças populares da SEF, são semelhantes a muitos dos termos presentes nas categorias de arte arqueológica – ameríndia e arte popular como objetos, monumentos, paisagens, folclore, cantos, vocabulários, danças, medicina, culinária, histórias e lendas, entre outros (Rubino, 2000).

Além disso, os questionários empregados para o levantamento dos dados mencionados acima, permitem “ouvir” os colaboradores e correspondentes, suas formações e profissões, eleitas pelo Departamento de Cultura e a Sociedade de Etnografia e Folclore como as pessoas mais adequadas para colherem dados etnográficos e folclóricos das regiões pesquisadas.

Quanto a sua concepção de museu expressa no anteprojeto, é a de um museu pedagógico, no qual a contextualização e os processos fossem mais valorizados nas exposições do que a beleza, raridade ou exotismo das peças. Propõem a desvinculação da área de etnologia do museu nacional que seria incorporado pelo museu de artes arqueológica e etnográfica suscitando uma discussão sobre as vantagens e desvantagens desse novo formato, determinante para a constituição e estudo das coleções.

---

<sup>58</sup> ANEXO 2, organograma do SPAN

O trabalho realizado a partir do curso de etnografia, da criação da Sociedade de Etnologia e Folclore que culminou com a realização da Missão Folclórica é importante para entender a organização desse projeto, também de Mário de Andrade, que visava à preservação de nosso patrimônio cultural, elaborado num momento importante para a estruturação e institucionalização das ciências humanas no Brasil, e avaliar o impacto que essas discussões teóricas tiveram nessas ações e na constituição dos acervos etnográficos das instituições museológicas.

O anteprojeto previa quatro livros de tombamento e quatro museus, que abrangeriam oito categorias, denominadas: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais, artes aplicadas estrangeira.

Pelo recorte dado neste trabalho discutiremos apenas as categorias de Arte Ameríndia e de Arte Popular.

As Artes Arqueológicas e Arte Ameríndia incluem todas as manifestações que de alguma forma interessem à Arqueologia “em geral” e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndias, especificadas em; **objetos** (fetiches, instrumentos de caça, de pesca, de agricultura, objetos de uso doméstico, veículos, indumentária, etc.), **monumentos** (jazidas, funerárias, agenciamento de pedras, sambaquis, litóglifos de qualquer espécie de gravação, etc.), **paisagens** (determinados lugares de natureza, cuja expansão folclorística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasís, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc.) e **folclore ameríndio** (vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndia, etc.).

.

A Arte Popular inclui todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessem à etnografia, com exceção da ameríndia, especificadas em: **objetos** (fetiches, cerâmica em geral, indumentária, etc.), **monumentos** (arquitetura popular, cruzeiros,

capelas e cruzeiros mortuários de beira-estrada, jardins, etc.), **paisagens** (determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilarejos lacustres vivos da Amazônia, tal agrupamento de mucambos no recife, etc.), **folclore** (música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc.)<sup>59</sup>.

Neste anteprojeto Mario apresenta uma concepção inovadora e particular do que seria um Museu Etnográfico Brasileiro. A começar pela denominação das categorias – Arte. Por ele explicada da seguinte maneira: “Arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”.<sup>60</sup>

O documento aprovado que criou o SPHAN, foi bastante alterado, diante das incompreensões e concessões políticas que se fizeram necessárias. No anteprojeto de Mário de Andrade o patrimônio nacional é sempre artístico, estabelecendo um vínculo forte entre arte e ação, ao fazer ao passo que no projeto aprovado, é a arquitetura que se sobrepõe às demais categorias.

Nas categorias folclore e folclore ameríndio inclui aspectos que nunca antes haviam sido valorizados a ponto de serem sujeitos de ações de proteção e preservação.

Para o registro desses patrimônios, vemos no organograma proposto (anexo2) a importância dada aos registros sonoros e fílmicos. Os quatro museus contavam ou com discoteca, ou com filmoteca e o de Arqueologia e Etnografia contava com ambas. Os quatro estariam subordinados à Seção de Museus que por sua vez se reportaria diretamente à diretoria do SPAN. A Chefia de Tombamento responsável pelo levantamento e registro do patrimônio assim como a Seção de Museu de reportava diretamente à Diretoria do órgão. Dentro dessa cadeia de pesquisa, registro e salvaguarda, Mario inclui uma

---

<sup>59</sup> Arquivo IEB-USP Arquivo Mario de andrade Correspondências Burocrática Doc. Sphan 3  
Crb-D SHAN3 Doc.78

<sup>60</sup> Idem

terceira, que se reporta diretamente à diretoria, a Seção de publicidade que controla a difusão e a comunicação das ações, configurando assim a cadeia operatória da museologia. A Revista, outro setor de difusão também se reportava diretamente, podemos supor que pela extensão de suas atividades.

Esse anteprojeto foi muito rebatido especialmente pela diretora do Museu nacional do Rio de Janeiro que não aceitava alterar a organização de sua instituição, o que gerou longa comunicação entre Mario de Andrade, Heloisa Alberto Torres e Rodrigo Mello Franco. Em carta à Rodrigo Mario justifica seu projeto alegando que pensou exclusivamente no desenvolvimento dos estudo etnográficos e o maior benefício das instituições culturais para o proveito do público. Já a diretora do Museu Nacional, responde analisando o projeto e acredita que “na situação atual dos estudos etnográficos o afastamento dos laboratórios de etnografia dos de qualquer ramo de estudo da história natural é desaconselhável, haveria duplicidade de espaços e recursos humanos da a Seção de etnografia do Museu Nacional tem de recorrer aos laboratórios de química da Divisão de Mineralogia, para realizar suas análises...”<sup>61</sup>

Em carta a Rodrigo Mello Franco, Mario analisa a resposta de Heloisa Alberto torres e conclui:

*“Concordo inteiramente com as razões técnicas que ela dá no início da carta. Com o resto da carta não posso de forma nenhuma concordar. Imaginar mesmo em ponto de dúvida que eu penso que um museu é apenas colecionar objetos, só não é ofensa porque não tenho vontade de ficar ofendido...O SPAN é um organismo de todo em todo cultural com forte base econômica. Achar isso sentimental é desvirtuar a própria essencialidade da coisa...”*  
(ANDRADE, 1981, p.60).

Nos documentos da SEF encontramos farta documentação sobre os diferentes trabalhos realizados e o interesse despertado tanto pelo Curso de

---

<sup>61</sup> IEB-USP. Crb-D Sphan 1 doc,1



Etnografia quanto pelas ações da própria sociedade. Há correspondentes em várias localidades do Estado e o esforço empregado para a realização dos mapas folclóricos resultou na divulgação de suas ações. Os boletins da SEF que seguiam com informações das suas atividades, com o resultado de pesquisas e comunicações, como também com instruções metodológicas para os interessados no tema.

A comunicação dos resultados dos mapas folclóricos no Congresso em Paris, Nicanor Miranda enviado do Departamento de Cultura faz um balanço detalhado de todo o processo desde a elaboração dos questionários, reuniões, contato com correspondentes no interior, da metodologia do trabalho, número de questionário elaborados, enviados, respondidos e tabulados. Essas informações encontram-se impressa numa pequena publicação em francês no IEB-USP e não localizei no Centro Cultural São Paulo nenhuma similar.<sup>62</sup>

Em suas ações a Sociedade de Etnografia e Folclore estabeleceu contatos no interior do Estado e no Exterior como mostram as correspondências presentes nesses acervos. Como a carta de Dina Lévi-Strauss ao Museo Nazionale di Antropologia e Etnologia<sup>63</sup> solicitando modelos de fichas antropométricas — e a correspondência recebida dos Musées Royaux<sup>64</sup>, da Bélgica que queriam estabelecer um intercâmbio com o Departamento de Cultura e solicitando informações sobre a metodologia de trabalho com folclore.

Após o afastamento de Mario de Andrade e sua mudança para o Rio de Janeiro, a saída a Sociedade ainda sobreviveu mas os membros foram se afastando até a sua desativação. A uma carta de Dina Lévi-Strauss para Mario de Andrade participando-o com detalhes das intensas atividades da Sociedade, mas também relata a dificuldade de manter o mesmo empenho e dedicação de todos, após a sua partida para o Rio<sup>65</sup>.

---

<sup>62</sup> IEB-USP, O folclore de Salesópolis, doc.49.

<sup>63</sup> IEB-USP, MA-C-CT n.116

<sup>64</sup> IEB-USP, MA-C-CT n.101

<sup>65</sup> IEB-USP, MA-C-CPL n.4009

A Sociedade de Etnografia e Folclore, o Curso de Etnografia, a Expedições Etnográficas à Serra do Norte, o anteprojeto do SPAN, são alguns exemplos do empenho e esforço de Mario de Andrade a frente do Departamento de Cultura para a estruturação da etnografia, registro da “cultura popular” e constituição de coleções e ações que buscavam a preservação de um “patrimônio cultural brasileiro”.

## CAPÍTULO 4

### A COLEÇÃO SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E FOLCLORE E A COLEÇÃO MÁRIO DE ANDRADE

O estudo da Sociedade de Etnografia e Folclore nos leva a um momento importante da profissionalização da antropologia no Brasil, dos esforços envolvidos na constituição, organização e estudo de acervos etnográficos e nos permite acompanhar a inserção da discussão sobre a ampliação dos campos das ciências humanas e do diálogo entre elas.

Essa documentação permite perceber a introdução de novas premissas e perspectivas para o trabalho etnográfico. Ao mesmo tempo permite identificar por meio das respostas desses questionários como esses temas eram percebidos e retratados pelos colaboradores responsáveis por fornecerem os dados solicitados pelo Departamento de Cultura do município de São Paulo. E que aponta para a força que a idéia de um modelo de civilização mais desenvolvida exigiria o distanciamento dessas manifestações populares já abandonadas ou restritas a locais e festas específicas.

Além disso, a análise dessa documentação contribui para a avaliação da estrutura montada para a identificação, registro, pesquisa e divulgação de aspectos do diverso patrimônio cultural brasileiro, já que as ações da SEF mostram similaridades com as propostas de Mário de Andrade presentes no anteprojeto para a criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), inovador na compreensão do patrimônio.

A coleção Sociedade de Etnografia e Folclore é uma das três coleções que compõem o Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga. As outras duas são: a Missão de Pesquisas Folclóricas e a Discoteca Pública Municipal.

O **Acervo Histórico** da Discoteca não tem uma existência jurídica constituída, *“...exite de fato, mas não de direito, numa sala do Centro Cultural São Paulo, que funciona como uma reserva técnica. Ele é uma atualização do antigo*

*Museu Folclórico que existia na Discoteca Pública Municipal na mesma situação” (Centro Cultural São Paulo, 2000:15) e reúne material referente aos primeiros anos do Departamento de Cultura (1935-1938) e da Discoteca pública Municipal (1935-1982), dentre eles, objetos etnográficos, discos, documentação textual, películas, fotografias e publicações.*

Esse acervo passou muito tempo depositado em locais nada adequados à sua conservação, à sua documentação, tampouco estavam disponíveis para estudo e pesquisa como descreve Paulo Duarte, em artigo publicado na Revista Anhembi (1951, nº 5,v.II, p.378-381):

*“Durante muito tempo esses objetos e esses cadernos ficaram nas gavetas da Discoteca ou nos porões do teatro Municipal, à espera de melhores circunstâncias que permitissem o seu estudo, porque a verdade é esta: depois que o sr. Fabio Prado deixou a prefeitura, nunca mais apareceu prefeito algum capaz de compreender o espírito do Departamento de Cultura. Um deles classificou mesmo esse material, com tanta dificuldade e sacrifícios obtido no norte do Brasil, como ‘bugigangas que estavam atravancando os porões do Teatro’... o fato é que era imensa riqueza que se perdia.*

*O que salvou isso foi a perseverança de meia dúzia de resistentes, que ingressaram no Departamento levados pelos seus fundadores, os quais preservaram o pouco que resta daquele esplêndido instituto que se, pela sua orientação original, pôde irradiar-se até pela Europa, não pôde entretanto, mercê do “Estado Novo”, irradiar-se, como se pretendia, pelo Brasil. Dentre esses resistentes, cumpre destacar a diretora da Discoteca Oneyda Alvarenga, graças à qual, exclusivamente à sua paixão pelas atividades do setor que lhe foi entregue logo após a fundação do Departamento, se deve não ter a Discoteca se amasmado ou desaparecido como tantos outros ramos do grande instituto que os minúsculos administradores filhos da confusão jamais compreenderam nem podiam compreender.*

*Devemos ser pois particularmente gratos a Oneyda Alvarenga, chefe desse serviço, por ter finalmente publicado, numa série de volumes, os resultados da missão folclórica de 1938. E de lhe ter também acrescentado as melodias*

*colhidas por ela própria, por Mario de Andrade, Camargo Guarnieri e Martin Braunwieser ...”*

Após a criação, em 1982, do Centro Cultural São Paulo (CCSP) todo esse acervo foi reunido na Discoteca Oneyda Alvarenga, uma seção da divisão de bibliotecas do CCSP.

A coleção **Missão de Pesquisa Folclóricas** é fruto da expedição idealizada por Mário de Andrade enquanto esteve à frente do Departamento de Cultura do município de São Paulo. Essa expedição teve o propósito de recolher para o museu folclórico um grande número de objetos e, principalmente, teve o propósito de registrar em discos os cantos do folclore brasileiro (Duarte, op. cit.,1951). A Missão era chefiada por Luis Saia, engenheiro-arquiteto, aluno do Curso de Etnografia Prática e membro da Sociedade de Etnografia e Folclore, Martin Braunwieser, músico e maestro, Benedito Pacheco, técnico de gravação e Antonio Ladeira, auxiliar. Em poucos meses foram recolhidas 1.500 melodias, 1.126 fotografias, 17.936 documentos textuais, 19 filmes de 16 e 35mm, 600 peças catalogadas e 1058 objetos de arte popular de madeira ou de cerâmica. Os membros da expedição *“tiveram o cuidado de sempre se informar sobre a função dos objetos que levavam, sobre o sentido dos cantos que registravam. Caderninhos cheios de notas que muitas vezes esclarecem pontos pouco conhecidos das religiões afro-brasileiras, que trazem informações inéditas sobre a perpetuação dos ritos africanos, caderninhos escritos a lápis, às pressas, com uma letra por vezes difícil de se decifrar e que foram depositados nos arquivos da Discoteca Municipal”* (Duarte, op.cit.:378).

A coleção **Discoteca Pública Municipal** possui os documentos relativos às atividades administrativas e culturais desenvolvidas por esse setor, entre elas, o cotidiano administrativo de compras de equipamentos, discos, livros e partituras, relatórios e as atividades culturais como concertos musicais, monografias de folclore, pesquisas folclóricas e publicação, além dos materiais de expedições realizadas por Camargo Guarnieri, Claude e Dina Lévi-Strauss, bem como o de outros pesquisadores de cidades próximas à capital paulista (Centro Cultural São Paulo, 2000:15).

A coleção **Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF)** reúne documentação sobre as atividades do *Curso de Etnografia Prática* (1936) e da Sociedade de Etnografia e Folclore. O curso, ministrado pela antropóloga Dina Lévi-Strauss, assistente de Georges Dumas, no Museu do Homem (Paris), foi o precursor da sociedade, bem como formou vários dos membros e responsáveis pelas atividades da SEF, que manteve suas atividades até 1939, quando foi extinta. Teve três diretorias, sendo a primeira presidida por Mário de Andrade, com a colaboração de Dina Lévi-Strauss, Lavínia Costa Villela e Mário Wagner da Cunha.

A Sociedade de Etnografia e Folclore, “*que foi a primeira organização coletiva desse gênero, criada no Brasil*” (Andrade, 1942), tinha por objetivo orientar, promover, incentivar, manter intercâmbio com outras instituições, realizar reuniões, conferências, cursos, viagens de estudo e divulgar estudos etnográficos e folclóricos. Ao longo do período em que esteve em atividade, produziu, registrou e publicou estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos do estado de São Paulo, como as pesquisas sobre tabus alimentares, danças populares e medicina popular. Cabia ao Departamento de Cultura a difusão das pesquisas e coletas da SEF, por meio da Discoteca Pública e das publicações dos seus boletins na Revista do Arquivo Municipal (Andrade, 1942). Essa coleção é constituída por relatórios, atas, estatutos, correspondências, fichas, projetos, publicações e recortes de jornais.

As pesquisas sobre tabus alimentares, danças populares e medicina popular realizadas foram utilizadas na elaboração dos Mapas Folclóricos do Estado de São Paulo, primeiro ensaio de cartografia folclórica do Brasil. Esse trabalho foi apresentado, por Nicanor Miranda, em junho de 1937, em Paris, no Congresso Internacional de Folclore, sob o título *Etudes Cartographiques des Tabous Alimentaires et des Danses Populaires* e o Mapa Folclórico de *Variações Lingüísticas* foi apresentado no I Congresso da Língua Nacional Cantada ; ambos foram publicados nos anais desses Congressos - *Travaux du Ier. Congrès International de Folklore* e Anais do I Congresso de Língua Nacional Cantada (1938), respectivamente. Fazem parte da coleção da Sociedade de

Etnografia e Folclore as correspondências, os questionários, os dados tabulados, bem como os Mapas Folclóricos.

A documentação está dividida em quatro GRUPOS: CURSO DE ETNOGRAFIA; CLUBE DE ETNOGRAFIA; DIRETORIA e CONSELHO TÉCNICO; cada grupo está subdividido em SÉRIES e SUBSÉRIES que nos permitem visualizar o cotidiano administrativo da SEF, as discussões sobre a forma que a sociedade deveria operar, por meio das propostas de estatuto e de regimento interno, as correspondências administrativas, correspondências entre seus membros, colaboradores, correspondentes, entre instituições internacionais, isto é, permite compor um quadro do seu cotidiano de trabalho.

O grupo denominado Curso de Etnografia está subdividido em quatro séries: Livros de Presença, Programas, Palestras, Apostilas, num total de vinte e um documentos.

O grupo denominado Clube de Etnografia está dividido em três séries: RECORTES, ESTATUTOS E CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS E ANEXOS, totalizando quatro documentos.

O terceiro grupo, denominado Diretoria é composto por três subgrupos denominados SECRETARIA, TESOURARIA E PRESIDÊNCIA. Por sua vez, os três subgrupos estão subdivididos em séries e subséries como descrito a seguir:

Subgrupo Secretaria: cinco séries, divididas em LISTAS E IMPRESSOS, totalizando quatorze documentos;

Subgrupo Tesouraria: uma série: PRESTAÇÃO DE CONTAS e três subséries, RECIBOS, NOTAS FISCAIS E CADERNETAS, totalizando dezenove documentos;

Subgrupo Presidência: doze séries, denominadas ESTATUTOS, REGIMENTO INTERNO, TERMO DE COMPROMISSO, ATAS, RELATÓRIOS, CORRESPONDÊNCIA ENVIADA, CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA, PUBLICAÇÕES, RECORTES, FICHAS DE INSCRIÇÃO, CARTÕES FOTO-POSTAIS, ANOTAÇÕES, totalizando duzentos e setenta e cinco documentos.

O quarto e último grupo, Conselho Técnico, é composto por treze séries, denominadas FICHAS, SEPARATAS, ARTIGOS, FOLHETOS, PROGRAMA, COMUNICAÇÕES, PROJETOS, TABELAS, LISTAS, ANOTAÇÕES, QUESTIONÁRIOS, CADASTROS, MAPAS FOLCLÓRICOS, num total de um mil quatrocentos e noventa e seis documentos. A série mapas Folclóricos é formada por um mapa-base, nove mapas transparentes e estão anexados ao Ofício nº303 (doc.207 da Série Correspondência Recebida). Os questionários tabulados e ordenados alfabeticamente por municípios totalizam 842 unidades, já os questionários recusados para a tabulação somam oito unidades.

O Departamento de Cultura organizou e financiou várias atividades da SEF, desde o curso inicial, de 1936. O Curso de Etnografia era o primeiro dos cursos livres<sup>66</sup> que o Departamento de Cultura pretendia propor e, cujo esforço concentrava-se na estruturação de um corpo técnico profissionalizado, por meio do curso de formação e das palestras, publicações de instruções de pesquisa etnográfica e de trabalhos realizados, a participação em congressos e a tentativa de criar uma rede de contato interna que reunisse os interessados e pesquisadores nacionais e o contato com instituições estrangeiras por meio do envio recíproco de trabalhos e publicações, conforme atestam algumas das correspondências enviadas e recebidas.

**O Curso:** A documentação referente ao curso inclui o programa “*Plan Sommaire pour un Cours d’Ethographie Pratique*” proposto por Dina Lévi-Strauss, as apostilas com as vinte e três aulas<sup>67</sup> do curso, a bibliografia apresentada, o livro de presença com a lista de alunos matriculados e a palestra de inauguração do Curso de Etnografia Prática proferida por Mário de Andrade. Por meio dessa documentação é possível analisar a estrutura desse curso, as linhas teóricas mencionadas ao longo das aulas e na bibliografia apresentada, entendendo melhor o início da formação de profissionais da área

---

<sup>66</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, grupo Clube de Etnografia, série Palestras, Cx.1 doc.3.

<sup>67</sup> não foi localizada a apostila da vigésima segunda aula, só uma cópia dela na documentação depositada no Instituto de Estudos Brasileiros, na coleção Mário de Andrade.



de etnografia e folclore no Brasil, nesse período de justaposição de influências<sup>68</sup> teóricas.

A proposta de um curso de formação nessa área suscitou um interesse maior do que o esperado pelo próprio Departamento de Cultura, como disse Mário de Andrade na palestra inaugural, “*E que a nossa decisão foi acertada, prova cabalmente a vossa anuência, este afluxo inesperado de estudantes que ultrapassou de muito a nossa expectativa*”<sup>69</sup>. Por meio da lista de presença dos alunos, podemos identificar entre eles, futuros membros da sociedade da qual fazem parte vários pesquisadores que continuaram atuando na área comprovando o alcance dessa iniciativa. Dentre eles podemos mencionar Luis Saia, chefe do grupo responsável pela Missão de Pesquisas Folclóricas (1938); Antonio Rubbo Muller, Ernani Silva Bruno, Gioconda Mussolini, Mario Wagner da Cunha, entre outros (ANEXO 1).

**Clube de Etnografia:** Este grupo é composto por recortes de jornal noticiando a homenagem feita à Dina Lévi-Strauss na época da sua partida para a Europa; projeto de estatuto do Clube de Etnografia e correspondências com duas personalidades envolvidas no estudo de folclore, Edmundo Krüg, que viria a ser um dos sócios-fundadores e Arthur Ramos. Na documentação depositada no Centro Cultural São Paulo (CCSP), não há referência sobre a escolha do nome de Sociedade em detrimento de Clube, mas na coleção do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), há uma carta de Dina Lévi-Strauss à Mário de Andrade apresentando sua justificativa para a preferência pelo termo Sociedade ao invés de Clube de Etnografia e Folclore.

**Os trabalhos, as palestras e os boletins:** divididos ao longo dos quatro grupos, bem como de publicações como as INSTRUÇÕES PRÁTICAS PARA A PESQUISA DE ANTROPOLOGIA FÍSICA E CULTURAL, nos sete BOLETINS da SEF e os trabalhos publicados na REVISTA DO ARQUIVO, essa parte da documentação inclui ainda as palestras proferidas pelos sócios e também solicitações de

---

<sup>68</sup> MELATTI, Júlio Cezar. *A Antropologia no Brasil: um Roteiro*, in: BIB, Rio de Janeiro, n.17, p3-52, 1º semestre de 1984.

<sup>69</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, grupo Clube de Etnografia, série Palestras, Cx.1 doc.3.

envio de trabalhos e propostas de temas de estudo. O primeiro boletim da Sociedade de Etnografia e Folclore foi publicado em 1º de outubro de 1937, era uma publicação mensal para difusão dos trabalhos da SEF, bem como o “*órgão permanente de ligação entre o corpo central da Sociedade e os seus sócios correspondentes e pesquisadores, residentes no interior.*”<sup>70</sup> Além de difundir os trabalhos o Boletim pretendia formar e auxiliar pesquisadores por meio das Instruções e Questionários, que seria o assunto principal do Boletim, já que as pesquisas coletivas da Sociedade seriam publicadas na Revista do Arquivo do Departamento de Cultura.

*“O assunto principal do Boletim serão porém as Instruções e Questionários. Nem todos têm a possibilidade de possuir livros fundamentais de etnografia e folclore, e muito menos os questionários e instruções idênticos àqueles que as sociedades congêneres do mundo civilizado distribuem entre seus sócios e colaboradores. O boletim publicará tais instruções sistematicamente adaptadas ao Brasil, inspiradas diretamente nele – pretendendo constituir pois, em breve tempo, um verdadeiro vademecum do assunto, guia que a todos auxiliará...”*

As Instruções Práticas foram reunidas numa outra publicação, uma edição especial da Revista do Arquivo sob o título de Instruções práticas para as Pesquisas de Antropologia Física e Cultural, de autoria de Dina Lévi-Strauss, “*agrégée de l’Université de Paris*”<sup>71</sup>.

**Os Questionários:** além dos questionários propriamente ditos, há correspondências sobre métodos e modelos que poderiam se empregados, as escolhas feitas, o encaminhamento da pesquisa, as dificuldades encontradas. Além dessa etapa de preparação e elaboração dos questionários, há o material preenchido e retornado à SEF, sua tabulação e organização. Por meio desse material, além das informações utilizadas na confecção dos mapas folclóricos podemos perceber o voz dos correspondentes e analisar o impacto que esse material suscitou. Recebidos com entusiasmo, ou mesmo com cerco ressentimento os questionários respondidos por estarem sendo inquiridos

---

<sup>70</sup> Boletim da Sociedade de Etnografia e Folclore, ano 1, número 1. In: Mário de Andrade e a Sociedade de Etnografia e Folclore no Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1936-1939, p 21. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore: Secretaria Municipal de Cultura, 1983, 84p., facs (Folclore/Memória 2).

<sup>71</sup> LÉVI-STRAUSS, Dina. *Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1936.

sobre aspectos considerados, por alguns dos correspondentes, como pertencentes a um “passado” menos “civilizado”, o que eles atribuíam especialmente as questões sobre danças populares, deixam entrever por meio de alguns comentários uma carga de preconceito frente a essas tradições<sup>72</sup>. Outro aspecto que aparece na análise desse material é o distanciamento que algumas vezes os correspondentes tinham do objeto de estudo por pertencerem à camada mais letrada da população.

**Mapas Folclóricos:** os mapas folclóricos produzidos como resultado das pesquisas da SEF e apresentados no Primeiro Congresso Internacional de Folclore, em Paris.

**Recortes de jornais:** divulgando alguns encontros da SEF, atividade do Departamento de Cultura e especialmente a partida de Dina Lévi-Strauss de São Paulo, retornando à França, numa despedida que contou com a presença de alunos do curso, ministrado por ela em São Paulo.

Essas três coleções formam um corpo documental cujas atividades permanentemente se entrecruzam, é uma divisão que facilita o acesso a seus conteúdos, sua organização, seu acondicionamento, mas os trabalhos da SEF, da Missão e do Departamento não possuem essa delimitação tão explícita e se cruzam permanentemente, como aponta a carta que Arthur Ramos, médico, residente no Rio de Janeiro, ao escrever à Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura, respondendo a uma solicitação de informações sobre o arquivo etnográfico, sobre o Clube de Etnografia e o Congresso Nacional da Língua Cantada<sup>73</sup>. As correspondências internacionais seguem em nome do Departamento de Cultura, assim como as correspondências enviadas para as Secretarias Municipais do interior do Estado de São Paulo, solicitando suas colaborações no empreendimento das pesquisas e aplicação dos

---

<sup>72</sup> A resposta de um colaborador em que diz que sua cidade está próxima à região de Ribeirão Preto e que já é um local civilizado onde já não há mais esse tipo de manifestação, ou em outra situação em que havia, mas desapareceram e que naquele momento só havia “no bairro dos pretos”, Centro cultural São Paulo, Divisão de Bibliotecas, Sociedade de Etnografia e Folclore, rolo n.2.

<sup>73</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, grupo Clube de Etnografia, série Correspondências Recebidas, Cx.1 doc.24.

questionários para a elaboração dos mapas folclóricos da SEF, bem como correspondência de Dina Lévi-Strauss para Mário de Andrade informando sobre a chegada do material da Missão de Pesquisas Folclóricas, entregue à Sociedade.

A **coleção Mário de Andrade** depositada do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) é muito vasta e poucos documentos estão diretamente relacionados à Sociedade de Etnografia e Folclore e ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O recorte feito no estudo dessa coleção foi temático, assim, foram tratados apenas os documentos que tinham relação direta com a SEF e com o SPHAN, especialmente o anteprojeto e seu organograma, bem como algumas correspondências. Também fazem parte dessa documentação pesquisada algumas das correspondências entre Mário de Andrade com Rodrigo Mello Franco de Andrade, correspondências sobre o SPHAN e seu trabalho para esse departamento, bem como a correspondência entre Rodrigo Mello Franco e Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, argumentando contra o modelo proposto por Mário de Andrade no seu anteprojeto de criação do SPAN, posteriormente denominado SPHAN.

Sobre a SEF há documentos que tratam de modelos de fichas catalográficas de materiais sonoros e audiovisuais; sugestões de temas para os questionários, a publicação, em francês, da apresentação que Nicanor Miranda fez em Paris dos trabalhos da SEF para o 1º Congresso Internacional de Folclore, materiais sobre o tema folclore, incluindo a proposta de criação do Clube do Folclore no Rio de Janeiro que apresenta similaridades com a proposta da SEF e um longo trabalho sobre o Folclore Brasileiro redigido por Mário de Andrade para ser publicado nos EUA.

Além disso, foi realizada uma entrevista com prof. José Eduardo de Azevedo, um dos responsáveis pelo acervo histórico do Centro Cultural São Paulo a fim de conhecer o percurso pelo qual essa documentação passou desde que foi localizada, recolhida, documentada e restaurada.

## **Entrevista com José Eduardo Azevedo**

**23 de setembro de 2008**

José Eduardo, sociólogo, trabalhou no Centro Cultural São Paulo (CCSP) de agosto de 1990 até dezembro de 2003.

Ele conta que quando começou a trabalhar com o acervo da Discoteca em 1991, ele estava espalhado por vários equipamentos da cidade de São Paulo. Quando a Discoteca foi evada para o Centro Cultural São Paulo, no momento da inauguração desse equipamento, a discoteca Municipal foi rebaixada de divisão para Seção. A Secretaria reuniu diversos acervos que tinha para reuni-los nessa nova instituição. Com a mudança, dos quinze funcionários que trabalhavam na Divisão, apenas dois foram para o Centro Cultural São Paulo - Tamiko e Toninho – e como estavam há muito pouco tempo trabalhando na Discoteca e não conheciam o acervo. A escolha dos objetos foi aleatória, não respeitando o conjunto e uma boa parte não foi para o CCSP, permanecendo na biblioteca Francisco Pati, na Lapa. Depois um longo período eles foram chamados para retirar a parte que havia permanecido na Biblioteca, pois durante uma forte chuva a sala fora alagada, e os funcionários resolveram esvaziar essa sala que ficava permanentemente fechada. Começou a estudar a respeito da história da Discoteca para conhecer e tentar descobrir mais informações sobre esse acervo e assim, ficou conhecendo a história da Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF).

O trabalho com a documentação da sociedade de Etnografia e folclore foi feito em conjunto com Elizabeth Shimabokuro, bibliotecária aposentada do CCSP, na identificação da documentação e no tratamento arquivístico da coleção. Essa documentação já estava no Centro Cultural São Paulo, devidamente guardada, em situação bem diferente da que se encontrava as demais coleções da Discoteca Oneyda Alvarenga. Não houve necessidade de buscar informações acerca dela, pois estava bem documentada. Havia a necessidade de um trabalho de conservação preventiva, envolvendo a higienização e acondicionamento adequados. O Centro Cultural São Paulo pagou um curso de organização de arquivos no Instituto de Estudos Brasileiros da USP para

ambos, a fim de que eles pudessem trabalhar adequadamente na identificação da documentação, dando a ela o tratamento arquivístico necessário, dividindo por série, subséries e grupos como está até hoje. Esse arranjo documental foi feito por eles e posteriormente uma empresa contratada - não se recorda do nome - fez alguns pequenos ajustes nessa organização inicial. Os dois receberam o apoio de Aparecida Salles Linhares Botanio, que os ajudava nos finais de semana (sábados ou domingos) a organizar essa coleção, pois durante a semana tinham que desenvolver as atividades de rotina da Discoteca. Em 2000/2001 a documentação já estava organizada e pronta para ser publicada.

O histórico dessa coleção contribui para a reflexão sobre como os esforços empregados na preservação, em especial no que tange a passagem da fase de registro e coleta para a pesquisa e divulgação desses conteúdos, contribuindo para a compreensão dos fenômenos sociais e tornando-os significativos para mais pessoas. Evitando o risco que há de que os registros de manifestações culturais permaneçam apenas no campo da investigação e documentação inicial.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho buscamos traçar um percurso da formação das coleções etnográficas no Brasil de 1914 a 1945, período determinante para a formação e estruturação das ciências sociais no país. O interesse em conhecer e “desbravar” o país não era novo, sempre atraiu pesquisadores nacionais e estrangeiros. O contato com grupos humanos e a natureza desconhecida, sempre estimularam a realização de expedições. O que muda ao longo do tempo são os enfoques e a postura do observador.

O Curso de Etnografia e Folclore ocorre em meio a outras iniciativas, num momento importante da profissionalização da antropologia no Brasil, dos esforços envolvidos na constituição, organização e estudo de acervos etnográficos inseridos nas discussões sobre a ampliação dos campos das ciências humanas e do diálogo entre elas.

Dentre essas iniciativas destacamos neste trabalho, a criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, das Expedições Etnográficas à Serra do Norte, o anteprojeto do SPAN e posterior criação do SPHAN. São alguns exemplos do empenho e esforço de Mario de Andrade a frente do Departamento de Cultura para a estruturação da etnografia, o registro de manifestações de “cultura popular” e a constituição de coleções bem elaboradas e documentadas.

A década de 30 é um período que marca a dissolução de uma ordem econômica tradicional, a passagem da vida rural para a vida urbana, um momento de integração territorial e do fortalecimento de uma gestão centralizadora e estruturadora do Estado com a instituição de uma legislação e aparato burocrático que permitisse o controle de todo o território nacional.

A criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, em 1933, o Conselho de Fiscalização tinha por objetivo regulamentar as expedições realizadas no Brasil, com o intuito de vigiar e controlar essas ações e proteger o patrimônio científico e cultural nacional. A

criação do SPHAN com a missão de proteger o patrimônio histórico, artístico e arquitetônico nacional.

São vários os movimentos que buscam estudar e entender o país, de tentativas de criação de uma consciência nacional, de uma identidade, ainda que cercada de oposições e contrastes resultado das contradições da estrutura social brasileira que se manifestam em suas instituições e idéias políticas. Nesse contexto defende-se a criação de universidades incluindo núcleos voltados às ciências humanas e à filosofia para além dos cursos de direito, engenharia e medicina existentes até então, indispensáveis para a constituição de um pensamento científico de caráter nacional.

A criação do Departamento de Cultura nos moldes propostos pelo grupo ligado à Mário de Andrade é um exemplo do papel que as elites políticas davam à cultura esse momento. Eram ações inseridas num projeto de transformação política, cuja uma das estratégias, era a formação de quadros preparados para atuar em diferentes frentes da administração nacional, na qual a cultura ocupava um lugar importante.

Havia o desejo de transformar o país, de atualização, mas essa não poderia mais ser a reprodução de modelos importados, a modernidade passa estar associada ao nacional. As questões acerca do nacionalismo, presente nas discussões e na tentativa de construção de uma identidade nacional, vão impor a necessidade de conhecer, “a fundo”, o país. Que só poderia se apresentar ao mundo como nação, por meio da sua brasilidade.

Os intelectuais estariam mais preparados para perceber e interpretar os sinais dessa nacionalidade, mesmo que ainda não houvesse uma expressão cultural e política; era necessário fazer aflorar, trazer para o consciente. Para isso era necessário que recolhessem os fragmentos e indícios da cultura popular, transformando-a na base de uma cultura brasileira.

Em 1934 é criada a Universidade de São Paulo, pela reunião Departamentos, Institutos e Faculdades já existentes reunidos e a abertura a Faculdade de



Filosofia, Ciências e Letras. Destacamos o papel da missão francesa, com a presença de intelectuais franceses, como Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, entre outros e o impacto que escola francesa, mesmo com toda as suas diferenças internas, teve na formação de profissionais e na constituição de novas coleções etnográficas.

Por fim, foi importante marcar o percurso da própria documentação trabalhada nessa monografia, para apontar brevemente problemas e dificuldades que a envolvem a guarda de acervos, cujos esforços envolvidos na formação de coleções não podem deixar de considerar a sua preservação.

ANEXO 1

Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: Inventário Sumário <sup>74</sup>					
DADOS ORGANIZADOS POR DATA, TEMA E ESTADO					
DOCUMENTOS TEXTUAIS	DATA	TEMA(S) DA EXPEDIÇÃO	ASSUNTO DA EXPEDIÇÃO	DESTINO DA EXPEDIÇÃO	DESTINO DA EXPORTAÇÃO DAS COLETAS
CEF.T.2.001	1933-35	Antropologia / Etnografia/Arqueologia	exportação arqueológica e etnográfica chefiada por Emil Heinrich Snethlage (Alemanha)	Amazonas / Pará	Alemanha
CEF.T.2.002	1933-34	Antropologia / Etnografia/Geografia	pedido de licença de Wanda Hanke (Áustria) para realizar pesquisa etnográfica, cartográfica e geográfica	Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.008	1933	Antropologia / Etnografia/Arqueologia	investigações etnográficas e arqueológicas de Vincenzo Petruzzo (Estados Unidos)	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.010	1933	Antropologia / Etnografia/Geografia	expedição geográfica e etnográfica de Desmond X. Holdridge (Estados Unidos)	Roraima	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/12	1933-68	Antropologia / Etnografia/Arqueologia/ Geografia/Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/22	1933-68	Antropologia / Etnografia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Destino não identificado	Não mencionado na documentação

<sup>74</sup> Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: inventário sumário / Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2a edição, RJ: MAST, 2000

CEF.T.2.012/31	1933-68	Antropologia / Etnografia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/42	1933-68	Antropologia / Etnografia/Jornalismo	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Região Amazônica / Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/123	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/124	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/125	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/126	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/127	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/128	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/129	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/130	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/131	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha

CEF.T.2.012/132	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/133	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/134	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/135	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/136	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/137	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/138	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/139	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/140	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/141	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/142	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Pará / Região Amazônica / Rondônia	Alemanha

CEF.T.2.012/143	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Pará / Rio de Janeiro / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/144	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Pará / Rio de Janeiro / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/145	1933-68	Antropologia / Etnografia/Botânica/Ecologia/ Pesca/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Pará / Rio de Janeiro / Rondônia	Alemanha
CEF.T.2.012/146	1933-68	Antropologia / Etnografia/Biologia/Botânica/ Ecologia/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Acre / Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Minas Gerais / Pará / Paraná / Rio de Janeiro / São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/147	1933-68	Antropologia / Etnografia/Biologia/Ecologia/ Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Acre / Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Minas Gerais / Pará / Paraná / Rio de Janeiro / São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/148	1933-68	Antropologia / Etnografia/Biologia/Botânica/ Ecologia/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Acre / Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Minas Gerais / Pará / Paraná / Rio de Janeiro / São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/149	1933-68	Antropologia / Etnografia/Biologia/Botânica/ Ecologia/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Acre / Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Minas Gerais / Pará / Paraná / Rio de Janeiro / São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/150	1933-68	Antropologia / Etnografia/Biologia/Botânica/ Ecologia/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Acre / Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Minas Gerais / Pará / Paraná / Rio de Janeiro / São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/151	1933-68	Antropologia / Etnografia/Biologia/Botânica/ Ecologia/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Acre / Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Minas Gerais / Pará / Paraná / Rio de Janeiro / São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/152	1933-68	Antropologia / Etnografia/Biologia/Botânica/ Ecologia/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Acre / Amapá / Amazonas / Mato Grosso / Minas Gerais / Pará / Paraná / Rio de Janeiro / São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/153	1933-68	Antropologia / Etnografia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Minas Gerais	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.012/154	1933-68	Antropologia / Etnografia/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Pará	Uruguai
CEF.T.2.012/155	1933-68	Antropologia / Etnografia/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Pará	Uruguai
CEF.T.2.012/176	1933-68	Antropologia / Etnografia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/179	1933-68	Antropologia / Etnografia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/180	1933-68	Antropologia / Etnografia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.027	1935-46	Antropologia / Etnografia	expedições etnográficas de Curt Nimuendajú (Brasil) patrocinadas pela Universidade da Califórnia e pelo Museu Nacional incluindo relatórios e mapas	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.053	1935-36	Antropologia / Etnografia	pedido de franquia aduaneira e facilidade, coletado por R. Courteville (França) durante expedição etnográfica	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.054	1935-39	Antropologia / Etnografia	expedições etnográficas de Claude-Lévi Strauss (França) em Mato Grosso (novembro de 1935 a março de 1936 e maio de 1938 a janeiro de 1939)	Mato Grosso	França
CEF.T.2.065	1936-37 1941-42	Antropologia / Etnografia/Jornalismo	pedidos de licença e expedições realizadas e integradas pelo etnógrafo Bertrand Flornoy, Conde Jean de Guebriant e Fred Matter (França) para realização de pesquisas e filme documentário	Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.105	1937-39	Antropologia / Etnografia	expedições de William Lipkind e Buell H. Quaim (Estados Unidos)	Goiás	Estados Unidos
CEF.T.2.129	1937-65	Antropologia / Etnografia/Geografia/Zoologia	expedição Bandeira Piratininga, chefiada por Willy Aureli (Brasil) para coleta e levantamento topográfico, possui recorte de jornais, relatórios, fotografias e mapas	Goiás/Mato Grosso	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.134	1939	Antropologia / Etnografia	pedido de licença de Charles Wagley (Estados Unidos) para fazer estudos etnográficos	Goiás	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.170	1940	Antropologia / Etnografia	pedido de licença de Wanda Hanke (Áustria) para realizar estudos etnográficos	Amazonas /Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.174	1940-42	Antropologia / Etnografia	vinda dos padres franceses Teillard de Chardin e Pierre Leroy ao Brasil para pesquisar sobre a origem do homem, em expedição patrocinada pelo Instituto Geobiológico de Pequim (China)	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.181	1941-49	Antropologia / Etnografia	expedição Melville J. Herskovits (Estados Unidos) para realizar estudos antropológicos afro-americanos	Bahia	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.196	1942-43	Antropologia / Etnografia	expedição de Maria Alice Fonseca Moura (Brasil) para estudos antropométricos	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.438/1	1938-59	Antropologia / Etnografia	recortes de jornais sobre diversas expedições	Maranhão	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.438/2	1938-59	Antropologia / Etnografia	recortes de jornais sobre diversas expedições	Amapá / Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.438/10	1938-59	Antropologia / Etnografia	recortes de jornais sobre diversas expedições	Mato Grosso / Pará	Hungria
CEF.T.2.012/90	1933-68	Arqueologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Pará	Estados Unidos
CEF.T.2.012/93	1933-68	Arqueologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Ceará	Origem não identificada
CEF.T.2.012/107	1933-68	Arqueologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Pará	Origem não identificada

CEF.T.2.040	1935-38	Arqueologia	pedido de licença de Fritjof Gison detthow (Suécia) e Fred Lane (Brasil) para continuarem as pesquisas iniciadas por Hanna Rhyd Munch Rosenhold (Suécia num sambaqui em São Paulo, incluindo recortes de jornais)	São Paulo	Brasil
CEF.T.2.055	1935-36	Arqueologia	pedido de licença do geólogo Fritz Ackermann (Alemanha) para estudar sambaquis, coletar fósseis e rocha, incluindo fotografias	Região Amazônica	Alemanha
CEF.T.2.084	1937	Arqueologia	pedido de licença de Ryuso Torri (Japão) para realizar pesquisas arqueológicas no município de Iguape, incluindo recortes de jornais	São Paulo	Japão
CEF.T.2.095	1937	Arqueologia	estada no Brasil do arqueólogo Antonio Serrano (Argentina) em viagem de estudos	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.438/3	1938-59	Arqueologia/Botânica	recortes de jornais sobre diversas expedições	Amazonas/Maranhão/Rio de Janeiro	Grã-Bretanha
CEF.T.2.438/7	1938-59	Arqueologia/Botânica	recortes de jornais sobre diversas expedições	Amazonas/Brasília/Maranhão/Mato Grosso	Grã-Bretanha
CEF.T.2.438/9	1938-59	Arqueologia/Botânica	recortes de jornais sobre diversas expedições	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.450	1937-38	Arqueologia/Levantamento Topográfico	recortes de jornais sobre a expedição Bandeira Anhangüera, chefiado por Hermano Ribeiro da Silva, na região entre os rios da morte e Araguaia, para realizar levantamento fotográfico da região percorrida, filme da flora e fauna e coleta de material indígena. Não há menção ao CFE.	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/19	1933-68	Biologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Destino não identificado	Não mencionado na documentação



CEF.T.2.182	1941-43	Biologia/Botânica	expedição de Hugh C. Cutler e Marian Cornele Cutler (Estados Unidos) para realizar estudos citológicos e coletar espécimes botânicos, incluindo recortes de jornais	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/3	1933-68	Botânica/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/4	1933-68	Botânica/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/17	1933-68	Botânica/Geografia/Jornalismo/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Goiás/Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/29	1933-68	Botânica	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/46	1933-68	Botânica/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/47	1933-68	Botânica/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/83	1933-68	Botânica	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/166	1933-68	Botânica	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/167	1933-68	Botânica	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/168	1933-68	Botânica	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Região Amazônica	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.012/175	1933-68	Botânica/Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Rio de Janeiro	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.016	1933-46	Botânica	pedido de licença de Jason R. Swallen (Estados Unidos) para empreender uma expedição botânica pelo Brasil	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.031	1935-36	Botânica/Zoologia	diversos sobre Hugo Salomon da "Comisión Nacional Protectora de la Fauna Sulamericana" situada em Buenos Aires, que deseja realizar um intercâmbio com o Conselho para defesa da fauna e flora.	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.037	1935	Botânica/Zoologia	pedido de exportação de material de Doris M. Cochran (Estados Unidos)		Estados Unidos
CEF.T.2.038	1935	Botânica	pedido de licença de S. C. Johnson & Son, Incorporated, de Racine, Wisconsin (Estados Unidos), para realizar vôos próximos a Fortaleza para estudar a carnaubeira e outras espécies vegetais	Ceará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.047	1935	Botânica/Zoologia	pedido de licença de D. M. Popovici (Romênia) para realizar pesquisa sobre flora e fauna, incluindo fotografias		Não mencionado na documentação
CEF.T.2.057	1936-39	Botânica	pedido de licença de Julius L. Collins (Estados Unidos) para efetuar estudos botânicos, incluindo recortes de jornais	Bahia/Paraná/Rio de Janeiro/São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.067	1936-37	Botânica	pedido de licença de William Andrew Archer (Estados Unidos) para coletar espécies de amendoins	Bahia/Goiás/Minas Gerais/São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.068	1936	Botânica	pedido de licença de Dupuis de Rollegem (França) para realizar expedição botânica ao Amazonas	Amazonas	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.075	1936 e 1938	Botânica	pedido de licença de Carl T. Schmidt (Estados Unidos) para realizar pesquisa sobre a praga do abacaxi	Destino não identificado	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.086	1937	Botânica	pedido de licença de S. C. Corbett e Malcon Kirkpatrick (Estados Unidos) para realizar estudos sobre árvores floríferas	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.090	1937-39	Botânica	pedido de licença de Günther Theodor Tessmann (Alemanha) para exportar material botânico coletado em Rolândia	Paraná	Alemanha
CEF.T.2.094	1937	Botânica/Zoologia	recortes de jornais sobre a vinda ao Brasil de expedição chefiada por William C. Morrow (Estados Unidos) para estudar a flora e a fauna	Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.101	1938	Botânica/Zoologia	pedido de licença de Otto Vogt Von Sickingen (Tchecoslováquia) para realizar expedição para estudar venenos de cobras e vegetais, incluindo recortes de jornais	Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.104	1937-38	Botânica	pedido de licença do agrônomo F. J. Pound (Grã-Bretanha) para realizar expedição de estudo das pragas de variedades de cacau, incluindo documentos sobre exportação de material coletado	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.108	1938	Botânica	recortes de jornais sobre a expedição botânica de Thomaz Harper Goodspeed (Estados Unidos) para colher plantas exóticas	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.114	1938	Botânica	estada no Brasil do naturalista Pablo Franke (Peru)	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.119	1938	Botânica	expedição do naturalista Frinnie Kindson para coletar orquídeas	Amazonas	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.120	1938	Botânica	pedido de licença de Augusto Koch para coletar material botânico		Não mencionado na documentação
CEF.T.2.127	1938-40	Botânica/Zoologia	pedido de licença de Heinz Himmelreich (Alemanha) para realizar estudos entomológicos e fotografar a fauna e flora do rio Araguaia até a Ilha do Bananal. Heinz Himmelreich participou da Bandeira Piratininga	Goiás/Pará	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.145	1939-48	Botânica	expedições de estudos do botânico Mulfort B. Foster (Estados Unidos)	Rio de Janeiro/Santa Catarina/Sergipe	Estados Unidos
CEF.T.2.146	1939	Botânica/Zoologia	expedição a São João do Araguaia de Francisco Whitaker (Brasil) para coletar material botânico e zoológico	Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.161	1940-42	Botânica/Zoologia	expedição zoológica e botânica organizada pelo Museu Paranaense (Brasil)		Não mencionado na documentação
CEF.T.2.172	1940-42	Botânica	expedição de estudos dos problemas da borracha chefiada por J. Cardwell King (Estados Unidos)	Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.188	1942	Botânica	expedição de T. M. Goodspeed (Estados Unidos) para realizar pesquisas sobre a flora sul-americana e brasileira	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.192	1942-44	Botânica	expedição botânica de Christopher A. W. Sandeman (Grã-Bretanha)	Amazonas	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.206	1944	Botânica	pedido de licença do New York Botanical Garden, representado por Basset Maguire (Estados Unidos), para realizar expedição botânica	Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.438/8	1938-59	Botânica	recortes de jornais sobre diversas expedições	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.438/11	1938-59	Botânica	recortes de jornais sobre diversas expedições	Maranhão/Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.003	1933	Caça	pedido de licença de Alexandre Daveron (Estados Unidos) para capturar animais raros para o jardim zoológico de seu país		Estados Unidos
CEF.T.2.012/84	1933-68	Caça	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Pará	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.012/117	1933-68	Caça	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.030	1935-38	Caça	expedição de caça do Marquês Basily-Sampieri (Grécia) e do conde Richard de La Falaise (França), incluindo recorte de jornais	Goiás	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.069	1936	Caça	documentação sobre Sasha Siemel (Estados Unidos), que realizou filmagem de caça no estado de Mato Grosso	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.085	1937-43	Caça/Zoologia	expedição de Alexander Daveron (Estados Unidos) para coleta de material zoológico	Mato Grosso/Pará/Amazonas/Goiás	Estados Unidos
CEF.T.2.112	1938	Caça/Zoologia	pedido de licença de François Xhignesse (Bélgica) para organizar uma coleção de animais para o Jardim Zoológico da Antuérpia	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.125	1938	Caça	expedição de caça de Alexandre Polaco nos rios Piriqui e Cuiabá	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.150	1939	Caça	solicitação de John Tazewell Jones (Estados Unidos) para realizar uma caçada	São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/49	1933-68	Geofísica/Geografia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.187	1942-44	Geofísica	expedição de Joel B. Campbell, do Coast and Geodetic Survey (Estados Unidos), para realizar observações magnéticas em diversas regiões, incluindo recortes de jornais	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/78	1933-68	Geografia/Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Paraná/Santa Catarina/São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/108	1933-68	Geografia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Mato Grosso	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.012/158	1933-68	Geografia/Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Bahia	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/159	1933-68	Geografia/Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Alagoas/Bahia/Paraíba/Pernambuco/Rio Grande do Norte	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/169	1933-68	Geografia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amapá	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.044	1935	Geografia	expedição de Robert S. Platt (Estados Unidos) para realizar estudos sociais e geográficos em várias regiões	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.092	1937	Geografia	pedido de licença de Heinz Himmelreich (Alemanha) para realizar estudos entomológicos e fazer levantamento geográfico no Rio Arinos	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.098	1937	Geografia	pedido de licença da expedição chefiada por Wiktor Karolewicz (Polônia) com o objetivo de pesquisar as condições do solo em terras adquiridas para a imigração polonesa	Paraná	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/34	1933-68	Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/35	1933-68	Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/36	1933-68	Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/37	1933-68	Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/38	1933-68	Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Região Amazônica	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.012/45	1933-68	Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/54	1933-68	Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/57	1933-68	Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Minas Gerais/ Rio de Janeiro	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/62	1933-68	Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/63	1933-68	Geologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.019	1934	Geologia	incursão não autorizada de Giacomo Auzil (Itália) para explorar ouro em Mato Grosso	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.033	1935	Geologia	pedido de licença de Arthur B. Cleaves (Estados Unidos) para realizar investigações geológicas no oeste do rio Paraguai	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.042	1935	Geologia	pedido de informações de T. M. Brown (Canadá) sobre leis referentes à exploração de minas e à localização destas	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.045	1935	Geologia	correspondência sobre a estada no Brasil do engenheiro de minas Lindsay Justian Foss (Estados Unidos), em viagem de estudos	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.087	1937	Geologia	recortes de jornais sobre pesquisas mineralógicas de Yoso Shimisu e Tadeji Inonye (Japão)	Bahia/Goias	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.123	1938-39	Geologia	expedição de Alan Caplan (Estados Unidos) para realizar estudos	Bahia/Espírito Santo/Minas Gerais	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.151	1939-40	Geologia	exportação geológica de Traian T. Serghiesco (Romênia)	Paraná/Santa Catarina/São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.156	1939-42	Geologia	expedição de Reinhard Maack (Brasil) pra realizar estudos, incluindo mapa e fotografias	Mato Grosso/Paraná/Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.163	1940-42	Geologia/Paleontologia	expedição de Llewellyn Ivor Price, do Carnegie Institution of Washigton (Estados Unidos) em colaboração com os técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.186	1941-42	Geologia	expedição de Alice Summer Penha (Estados Unidos), que realizou estudos mineralógicos em dois estados e pede prorrogação de licença em outros estados, incluindo recortes de jornais	Bahia/Minas Gerais	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.202	1943-44	Geologia	pedido de informação do geólogo Frederick Harvey Pough (Estados Unidos) sobre expedição ao estado de Minas Gerais, bem como licença para coletar espécimes mineralógicas no Nordeste	Minas Gerais/Região Nordeste	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.209	1944	Geologia	expedição a procura de ouro, chefiada pelo engenheiro Oswaldo Gouveia (Brasil), na região do Rio das Mortes	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/58	1933-68	Jornalismo	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Pernambuco	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.034	1935-36	Jornalismo	pedido de licença do jornalista Willian La Varre (Estados Unidos) para uma expedição jornalística à Amazônia	Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.041	1935	Jornalismo	pedido de licença das jornalistas Sigurd Breack e Reidar Lovlie (Noruega) para viajar e fazer reportagens sobre os índios, incluindo recorte de jornais	Goiás/Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.164	1940	Jornalismo	expedição não licenciada do repórter cinematográfico Julien Bryan (Estados Unidos), que filmou aspectos da vida amazônica	Região Amazônica	Não mencionado na documentação



CEF.T.2.208	1944	Jornalismo	pedido de licença de Wanda de Roycewicz (Polônia) para pintar e escrever sobre os índios	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/177	1933-68	Linguística	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Amazonas	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/178	1933-68	Linguística	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.162	1940-42	Linguística	estudos lingüísticos de Lorenzo D. Turner (Estados Unidos) para observar, em Pernambuco, o eclipse solar	Alagoas/Bahia/Maranhão/Minas Gerais/Pernambuco/Rio de Janeiro	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.171	1940	Linguística/Zoologia	Ofício do secretário geral do Ministério das Relações Exteriores ao presidente do Conselho, sobre pedido de licença de Lorenzo D. Turner, Edward Franklin Frazer e Joseph R. Bailey (Estados Unidos) para realizar estudos sobre lingüística, pesquisas sociológicas e estudos de zoologia	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/59	1933-68	Paleontologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Rio Grande do Sul	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.052	1935-37	Paleontologia	expedição de Theodore E. White e Llewelyn I. Price (Estados Unidos), incluindo recortes de jornais e relações de material científico coletado	Bahia/Paraná/Rio Grande do Sul/Santa Catarina/São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.103	1937	Paleontologia	chegada ao Brasil do paleontologista John Essinger (Grã-Bretanha) para realizar pesquisas pré-históricas	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.056	1936-38	Pesca	pedido de licença de M. Rabaut (França) para coletar peixes	Amazonas	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.060	1936	Pesca	pedido de licença de William Mordem (Estados Unidos) para coletar e exportar peixes	Destino não identificado	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.136	1939	Pesca	expedição de Charles Randall (Grã-Bretanha) para coletar peixes poraquê	Amazonas	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/56	1933-68	Sociologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Rio de Janeiro / São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.044	1935	Sociologia	expedição de Robert S. Platt (Estados Unidos) para realizar estudos sociais e geográficos em várias regiões, incluindo publicações.	Rio do Janeiro	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.109	1938	Sociologia	documentos sobre a estada de James Preston (Estados Unidos) para estudar as possibilidades econômicas e a colonização européia, incluindo recortes de jornais.	Rio de Janeiro / Rio Grande do Sul	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.116	1938-39	Sociologia	documentos sobre o pedido de licença de William B. Larsen (Estados Unidos) para fazer um filme sobre café no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos.	Rio de Janeiro	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.154	1939	Sociologia	documentos sobre o pedido de licença de Jay Dreibelbis (Estados Unidos) para fotografar e filmar a vida doméstica dos povos do vale do Amazonas.	Rio de Janeiro	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.169	1940-42	Sociologia	documentos sobre a expedição para assuntos sociológicos sobre o negro, de Edward Franklin Frazer (Estados Unidos), no Rio de Janeiro, na Bahia, em Sergipe, Alagoas, Pernambuco, no Maranhão e em Minas Gerais.	Alagoas/Bahia/maranhão/Minas Gerais/Pernambuco/Rio de Janeiro/Sergipe	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.171	1940	Sociologia	Ofício do secretário geral do Ministério das Relações Exteriores ao Presidente do Conselho, sobre pedido de licença de Lorenzo D. Turner, Edward Franklin Frazer e Joseph R. Bailey (Estados Unidos) para realizar estudos sobre lingüística, pesquisas sociológicas sobre o negro e estudos de zoologia.	Destino não especificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.179	1941	Sociologia	Documentos sobre a expedição chefiada por Emílio Willens, da Escola Livre de sociologia e Política de São Paulo, para realizar estudos sobre a colonização japonesa no Vale do Ribeira (SP), incluindo recortes de jornais.	São Paulo	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.006	1933-34	Zoologia	expedição de G. Meyers (Grã-Bretanha).	Amazonas/Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.012/99	1933-68	Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	São Paulo	Destino não identificado
CEF.T.2.012/164	1933-68	Zoologia	diversas expedições guias e certificados de exportação, pedidos de informações, parecer, incluindo recortes de jornais	Espírito Santo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.013	1933-38	Zoologia	expedição zoológica de George W. D. Hamlet (Estados Unidos)	Ceará//Goiás/São Paulo	Estados Unidos
CEF.T.2.026	1934	Zoologia	pedido de licença de Wenceslau Roszkowski e Janusz Nast (Polônia) para estudar flora e fauna	Paraná	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.028	1935	Zoologia	pedido de licença de Harold Compere (Estados Unidos) para prosseguir estudos sobre o parasita dos laranjais	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.039	1935-38	Zoologia	expedição de Otto Schultz-Kampfenkel, Gerd Kahle e Gerhard Krause (Alemanha) às bacias dos rios Jari e Puru, incluindo recortes de jornais	Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.050	1935	Zoologia	pedido de licença de W. Adam (Bélgica) para coletar material zoológico	Região Amazônica	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.051	1935-36	Zoologia	estada de D. T. Fullaway (Estados Unidos) no Brasil para realizar pesquisas entomológicas	Destino não identificado	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.062	1936	Zoologia	pedido de licença de George N. Wolcott (Estados Unidos) para realizar expedição entomológica	Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.082	1937	Zoologia	pedido de licença de R. T. Cox (Estados Unidos) para estudar os peixes da região , incluindo recortes de jornais	Região Amazônica	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.088	1937-38	Zoologia	pedido de licença de E. R. Blake e H. B. Conover (Estados Unidos) para realizar expedição zoológica, incluindo exportação de material	Mato Grosso/Rio de Janeiro/São Paulo	Estados Unidos
CEF.T.2.091	1937-39	Zoologia	pedido de licença de Alfonso Maia Olalla (Brasil) para coletar espécimes da fauna na região do rio Urariquera (RR)	Roraima	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.092	1937	Zoologia/Geografia	pedido de licença de Hugo Hegenberg e Heinz Himmelreich (Alemanha) para realizar pesquisas entomológicas e fazer levantamento geográfico no Rio Arinos	Mato Grosso	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.093	1937	Zoologia	expedição do casal Eckner (Alemanha) para coletar material zoológico	Ceará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.097	1937-51	Zoologia	expedição e pedido de renovação de licença de Adolf Schneider (Alemanha) para realizar estudos e coleta de material	Espírito Santo/Mato Grosso/Minas Gerais/Rio de Janeiro/São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.100	1937-40	Zoologia	pedido de licença de Hans Krieg (Alemanha) para realizar expedição, incluindo recortes de jornais	Paraná	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.102	1937	Zoologia	pedido de licença do helmintologista W.M.F. Woodland (Grã-Bretanha) para realizar expedição e colecionar parasitas de peixes	Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.131	1939	Zoologia	expedição zoológica de Harry M. Wegeforth (Estados Unidos) ao Amazonas	Amazonas	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.132	1939	Zoologia	pedido de licença de Kenneth A. Barlett (Estados Unidos) para realizar expedição entomológica	São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.138	1939	Zoologia	pedido de licença de R. W. E. Tucker (Grã-Bretanha) para realizar expedição entomológica	Minas Gerais/São Paulo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.173	1940-42	Zoologia	expedição zoológica de Joseph R. Bailey (Estados Unidos) nos vales dos rios São Francisco e Amazonas	Amazonas/Paraná	Não mencionado na documentação

CEF.T.2.175	1941-45	Zoologia	expedição de Heinrich Maximilian Friedrich Helmut Sick (Alemanha), que realizou estudos ornitológicos no Pico da Bandeira, incluindo fotografias, recortes de jornais, cadernetas de campo e caderno de anotações	Espírito Santo	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.184	1941-42	Zoologia	expedição não licenciada do zoólogo Horst Klee e Heinrich Maria Wenzel (Alemanha) à Ilha do Bananal e ao rio Araguaia, incluindo recortes de jornais	Goiás/Pará	Não mencionado na documentação
CEF.T.2.199	1943	Zoologia	coleta de animais feita pelo ornitologista Ernest Thomas Gillard (Estados Unidos), sem licença	Amazonas	Não mencionado na documentação

**ANEXO 2**

**ORGANOGRAMA SPHAN**

### ANEXO 3

#### LIVRO DE PRESENÇA DO CURSO DE ETNOGRAFIA Instituído pelo Departamento Municipal de Cultura - 1936<sup>75</sup>

1	Lavinia Costa Villela	39	Margarida Gonçalves Dente
2	Ondina Garrido	40	Ivone Peixoto
3	Gioconda Mussolini	41	Eva Brochsztain
4	Porfirio da S. Mello Junior	42	Francisco Luiz de Almeida
5	Serafica Marcondes Pereira	43	Brasilino Antunes Proença
6	Carlos Corrêa Mascaro	44	Ernani Silva Bruno
7	Serafina de Falco	45	Paulo Zingg
8	Mario de Falco	46	Luiz Americo Pastorino
9	Rosina Camargo Guarnieri	47	Luiz Saia
10	Iracema D. Espindola	48	Constantino Ianni
11	Rafael Grisi	49	João Cruz Costa
12	Oneyda Alvarenga	50	Joaquim Eugenio Lima Neto
13	Maria Stella Guimarães	51	Silviano A. Moreira de Oliveira
14	Cecilia de Castro e Silva	52	Francisco Vieira de Barros
15	Jacira Fragnan	53	José Garibaldi Bellinello
16	Carlota Camargo Whlendoff	54	M. Conceição Vieira Carvalho
17	Oscar Araujo	55	Antonieta Paula Souza
18	Joffre Bueno de Camargo	56	A. H. Ralstan
19	Domingos Juliano	57	Marina de C. Lomba
20	Edith Saboya	58	Manoel M. Carvalho
21	Alice Camargo Guarnieri	59	José G. Vieira
22	Ciro Ferreira Mendes	60	Carlos Rodrigues de Barros
23	Leny Carvalho de Arruda	61	Idomeneu de Campos Mattos
24	Ophelia Ferraz do Amaral		
25	Antonio Rubbo Muller		
26	Clemente de Bojano		
27	Maria Leny Kuntz		
28	Maria Martins da Silveira		
29	Maria A. M. Kerberg		
30	Marciano Santos		
31	Mario Wagner da Cunha		
32	Alfredo Oliani		
33	Cecilia de Campos Pereira Vpré		
34	Helio Damante		
35	José Candido Monteiro de Andrade		
36	Francisco Cusciana		
37	Lucilla Herman		
38	Maria Aparecida Duarte		

<sup>75</sup> 1 Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, Cx.1, doc. 1

## ANEXO 4

### PLAIN SOMMAIRE POUR UN COURS D'ETHNOLOGIE PRATIQUE<sup>76</sup>

#### ***I – Antropologie Physique***

- 1) Principes généraux; objet; applications.
- 2) Caractères descriptifs: cheveux, yeux, peau, etc...
- 3) Mensurations.
  - a) Principales mensurations sur le vivant.
  - b) Matériel pour les mensurations; constitution d'une trousse portative.
  - c) Établissement d'une fiche anthropométrique.
  - d) Les ossements; collection et mensuration.
  - e) Attitudes du vivant: sommeil, marche, posture, etc...

#### ***II - Antropologie Culturelle***

##### A) Sociologie.

- 1) Principes généraux d'investigations: notes, témoignages, etc...
- 2) Recherches sociologiques chez les peuples primitifs:
  - a) méthode généalogique;
  - b) terminologie de l'organisations sociale: groupes sociaux, groupes locaux;
  - c) étude historique de l'individu: naissance, vie, mort.
  - d) collections psychologiques: rêves, dessins, etc...

##### B) Folk lore

- 1) Art décoratif; principes d'analyse et de classifications.
- 2) Musique: instruments. Collections de phonogrammes. Méthode élémentaire d'enregistrement; étude des appareils existant dans le commerce.
- 3) Danse; représentation graphique, description.
- 4) Jeux; classification, description. Collections de jouets.
- 5) Contes et légendes; proverbes, dictons, etc...
- 6) Méthodes de mesure: de poids, du temps, de la distance, etc...
- 7) Représentations naturelles:
  - a) Saisons, temps, calendrier.
  - b) Astronomie populaire.
  - c) Topographie populaire.
  - d) Botanique et zoologie populaires.
- 8) Médecine, hygiène: techniques de traitement, collections de remèdes.
- 9) Croyances, superstitions, magie, etc...

##### C) Culture matérielle.

- 1) Directives générales pour former une collection: choix de l'objet; préjugés du style, de la rareté.
- 2) Étude de l'objet: classement pratique:
  - a) Technomorphologie (cartes en couleurs, en relief, plans, modèles réduits).

---

<sup>76</sup> Centro Cultural São Paulo, fundo SEF, Cx.1, doc.2



- b) Technologie: feu, instruments mécaniques, travail de la Pierre et du bois, poterie, vannerie, tissage & filage, armes, vie économique, transports, habitation.
- c) Monuments sociaux: objets rituels, insignes sociaux & juridiques.
- 3) Etiquetage et documentation: établissement d'une fiche descriptive.
- 4) Emballage et préservation des spécimens.

D) Linguistique, langage.

- 1) Expression des émotions: observation et notation.
- 2) Gestes et signaux.
- 3) Langage parlé:
  - a) règles générales.
  - b) Écriture phonétique.

E) Archéologie.

- 1) Instructions sommaires pour les fouilles; mesures à prendre en cas de découverte fortuite.
- 2) Méthodes de préservation provisoire des sites, objets et ossements.

F) Instructions pratiques pour la reproduction des documents.

- 1) Dessins et croquis.
- 2) Photographies: conditions d'établissement d'un document photographique; choix de l'appareil, disposition du sujet, format, équipement minimum.
- 3) Cinéma: l'emploi des appareils portatifs.

## ANEXO 5

### BIBLIOGRAPHIE<sup>77</sup>

#### 1) TRAITÉS GÉNÉRAUX:

Boas	The Mind of Primitive Man
Kroeber	Antropology
Lowie	Culture and Ethnology
	Manual d'Antropologie culturelle
Tylor	Antropologie
	Primitive Culture
Montandon	Traité d'Ethnologie Culturelle

#### 2) ANTROPOLOGIE PHYSIQUE:

Deniker	Les Races et les Peuples de la Terre
Montandon	La Race et les Races
Haddon	Les Races humaines et leur Répartition géographique
Smith	Essays on the Evolution of man
Koith	The antiquity of man

#### 3) ANTROPOLOGIE CULTURELLE ET CULTURE MATÉRIELLE

Frazer	Le Rameau d'Or
Goldenwiser	Early Civilisation
Lowie	Traité de sociologie primitive
Malinowski	Crime and Custom in Savage Society
Rivers	Social Organization
Mason	The Origin of Invasions
Kroeber & Waterman	Source Book on Antropology

#### 4) MONOGRAPHIES:

Wissler	The American Indians
Radin	Histoires de Civilisation Indienne
Métraux	La civilisation Matérielle des Tupi Guarani
Junod	The life of South American Tribe
Malinowski	La Vie Sexuelle des Sauvages du N.O. de la Mélanésie
	Argonauts of the western pacific
Rivers	The Todas
Seligman	The veddas
Spencer & Gillen	The Arunta

---

<sup>77</sup> Centro Cultural São Paulo, Fundo SEF, Cx.1 doc15, 3.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Mário de. *Cartas a Murilo Miranda [1934-1945]*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho. Correspondência com Rodrigo Mello Franco Andrade (1936-1945)*. Brasília: Fundação pró-Memória, 1981.
- ARANTES, Antonio Augusto. *A Preservação de Bens Culturais como Prática Social*. In: Revista de Museologia, Instituto de Museologia da São Paulo/FESP, nº1, 1989.
- BATISTA, Marta Rossetti. *Introdução*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº30/2002.
- BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BELLAIGNE, Mathilde. *Museologia e Interdisciplinaridade*. In: O Desafio Museológico, Fórum de Museologia do Nordeste, Salvador, 1992.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.
- BOAS, Franz. *Os objetivos da pesquisa Antropológica*, In: Antropologia Cultural, organização e tradução Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BOAS, Franz. *As limitações do Método Comparativo da Antropologia* In: *Antropologia Cultural*, organização e tradução Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BOAS, Franz. *Os Métodos da Antropologia*, In: *Antropologia Cultural*, organização e tradução Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BOAS, Franz. *Raça e Progresso*, In: *Antropologia Cultural*, organização e tradução Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV – XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. *La Historia y las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. *Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1997 (Cadernos de sociomuseologia, nº 10).

- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989. A revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CABELLO CARRO, Paz. *Coleccionismo Americano Indígena em la Espana del Siglo XVIII*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispanica, 1989.
- CALIL, Carlos Augusto. *Tradutores de Brasil*, in: Da Antropologia, Brasil, a Brasília (1920-1050) São Paulo : MAB-FAAP, 2002.
- CENTRO CULTURAL SÃO PAULO. Divisão de Bibliotecas. Discoteca Oneyda Alvarenga. Acervo de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade 1935 –1938. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2000.
- CENTRO CULTURAL SÃO PAULO. *Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore*. Discoteca Oneyda Alvarenga, Série Catálogo Acervo Histórico, n2, 1995.
- CHAGAS, Mario. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Cadernos de Sociomuseologia, v.13, 1999.
- CLIFFORD, James. *The Predicament of Culture, Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art*. Harvard University Press, 1988.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. *Patrimônios Bioculturais: ensaios de antropologia do patrimônio cultural e das memórias sócias*. São Luís: Edufma, 2008.
- COSTA, Paulo de Freitas. *Sinfonia de Objetos: a coleção de Ema Gordon Klabin*. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- DORTA, Sônia T. Ferraro. *Coleções e Museus : uma relação conflituosa?*. In: Ciências em Museus, v.4, Belém : Museu paraense Emílio Goeldi, 1992.
- DUARTE, Paulo. *Oneyda Alvarenga – Melodias Registradas por Meios não-mecânicos e Catálogo Ilustrado do Museu Folclórico (Arquivo Folclórico da Discoteca Pública Municipal de São Paulo)*. In: Revista Anhembi, n° 5, volume II, 1951, p.378 a 381.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade Por Ele Mesmo*. São Paulo: Hucitec/Secretaria Municipal de Cultura, 2ª edição, 1985.
- DUARTE, Paulo. *Memórias*. São Paulo: Hucitec, v.2, 1976.
- DUARTE, Paulo. *Memórias*. São Paulo: Hucitec, v.3, 1976.

- FERNANDES, Florestan. *A Etnologia e a Sociologia no Brasil, ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Anhembi, 1958.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. *Acervo Etnográfico como centro de comunicação Intercultural*. In: Ciências em Museus, v.1, Belém, 1992.
- GUARNIERI, Waldísia Russio C. *Conceito de Cultura e sua Inter-relação com o Patrimônio Cultural e a Preservação*. In: Cadernos Museológicos, IBPC, nº3, 1990.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nations and Nationalism Since 1780 Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, second edition, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas Patrimoniais*, 2<sup>a</sup> edição, ver. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- JARDIM DE MORAES, Eduardo. *A Brasilidade Modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930, a Crítica e o Modernismo*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.
- LÉVI-STRAUSS, Dina. *Instruções Práticas para Pesquisa de Antropologia Física e Cultural*. Coleção do Departamento Municipal de Cultura, VII, São Paulo, 1936.
- LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: Enciclopédia Einaudi, vol.1, Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: Enciclopédia Einaudi, vol.1, Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *História*. In: Enciclopédia Einaudi, vol.1, Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *Calendário*. In: Enciclopédia Einaudi, vol.1, Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- MAUSS, Marcel. *Manuel d' Ethnografie*. In: "lês Classiques des sciences sociales". Québec: Bibliothèque Paul-émile-Boulet, 2002.

MEC.SPHAN Fundação Pró-memória. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma Trajetória*. Brasília: SPHAN, nº. 31, 1980.

MELATTI, Júlio Cezar. *A Antropologia no Brasil: um Roteiro*, in: BIB, Rio de Janeiro, n.17, p3-52, 1º semestre de 1984.

MICELI, Sergio [org]. *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol.1 e 2. São Paulo: Editora Sumaré : FAPESP, 1995.

MOURA, Margarida Maria. *Nascimento da Antropologia Cultural: a obra de Franz Boas*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MUSEU PAULISTA. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, vol. 9, 1914.

MUSEU PAULISTA. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, vol. 10-12, 1918-20.

MUSEU PAULISTA. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, vol. 13, 1922.

MUSEU PAULISTA. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, vol. 14-15, 1926-27.

MUSEU PAULISTA. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, vol. 16, 1929.

MUSEU PAULISTA. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, vol. 17, 1931/32.

MUSEU PAULISTA. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, vol. 18-21, 1934-37.

MUSEU PAULISTA. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, vol. 22-23, 1938.

OLIEIRA, Roberto Cardoso de [organizador]. *Marcel Mauss: antropologia, Grandes Cientistas Sociais*, 11; São Paulo: Ática, 1979.

PRADO, Paulo. *Retratos do Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 1997.

PÉCAULT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEIXOTO, F. A. . *Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo*. Mana - Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1998.

PEIXOTO, F. A. . *Mário e os primeiros tempos da USP*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, v. 30, 2002.

PEIXOTO, F. A. *Franceses e Norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras*. In: MICELI, Sergio [org]. *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol.1 . são Paulo: Editora Sumaré : FAPESP, 2001.

POMIAN, Krzysztof. *Coleção*. In: *Enciclopédia Einaudi*, v.1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

RIBEIRO, Berta G. *Coleções Museológicas: do estudo à exposição*. In: *ciências em Museus*, v.4, Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1992

RIBEIRO, Berta G. e VELTHEM, Lucia H. van. *Coleções Etnográficas Documentos materiais para a história indígena e a etnologia*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras : Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2ª edição, 1998.

RIVET, PAUL. *As origens do Homem Americano*. São Paulo: Anhambi, 1960.

RUBINO, Silvana. *A memória de Mário*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº30/2002.

RUBINO, Silvana. *Clube de pesquisadores A Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia*. In: MICELI, Sergio [org]. *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol.2. são Paulo: Editora Sumaré : FAPESP, 1995.

SANDRONI, Carlos. *Mário Contra Macunaíma*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *A “Era dos Museus de Etnografia no Brasil: o Museu paulista, o Museu Nacional e o Museu Paranaense em finais do XIX*. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à museologia Moderna*, Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPQ, 2005.

SCHWARCZ, Lilia K. M. *O Nascimento dos Museus Brasileiros (1870-1920)*. In: MICELI, Sergio [org]. *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol.1. São Paulo: Editora Sumaré : FAPESP, 1995.

STOCKING JR, George W (org), *A Formação da Antropologia Americana, 1883-1911:antologia*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2004

UNESCO, *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial*, Paris, 2003.

VALDÉS SAGÜÉS, Maria del Carmen. *La Difusión Cultural en el Museo: servicios destinados al gran público*. Gijón (Astúrias): Ediciones Trea, 1999.